Lindener Pareto Jr.

***O COTIDIANO EM CONSTRUÇÃO:
OS “PRÁTICOS LICENCIADOS” EM SÃO PAULO
(1893-1933)***

**São Paulo
2011**

Lindener Pareto Jr.

***O COTIDIANO EM CONSTRUÇÃO:
OS “PRÁTICOS LICENCIADOS” EM SÃO PAULO
(1893-1933)***

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Paulo como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Mestre em Arquitetura e
Urbanismo**

**Área de Concentração: História e Fundamentos
da Arquitetura e do Urbanismo**

**Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Piccolotto
Siqueira Bueno**

**São Paulo
2011**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: lindenerpareto@gmail.com

P228c Pareto Júnior, Lindener
O cotidiano em construção : os “práticos licenciados”
em São Paulo (1893-1933) / Lindener Pareto Jr. -- São
Paulo, 2011.
250 p. :il

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração :
História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) –
FAUUSP.

Orientador: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

1. Construção civil – História – São Paulo (SP)
2. Arquitetura – História – São Paulo (SP) 3. Urbanismo –
São Paulo (SP) 4. Práticos – São Paulo I. Título

CDU 69(816.11)

Aos meus pais, Sueli e Lindener Pareto.
Aos anônimos da história de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Uma vez terminado um rito de passagem fundamental, alguns agradecimentos são mais do que necessários. Reconheço a importância e agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq pelo apoio de ordem material, sem o qual as dificuldades seriam ainda maiores. Meu profundo e respeitoso agradecimento à Professora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno por ter acreditado em mim e no meu trabalho do primeiro ao último minuto. Não menos grato sou aos Professores José Eduardo de Assis Lefèvre e Heloisa Maria Silveira Barbuy, pelas sempre apaixonadas explicações e pelas recomendações de encanto urbano e poesia. Minha gratidão ao Prof. Paulo César Garcez Marins, pelas prosas sempre críticas e instigantes. A Eudes Campos e Ricardo Mendes, meu muito obrigado pela fundamental colaboração.

Agradeço aos meus amigos e professores José Carlos Soto Ribeiro e Larissa Giroldo por me apoiarem incondicionalmente. Minha gratidão também vai para todos os funcionários dos locais onde pesquisei, do Arquivo Histórico Municipal às Bibliotecas da Universidade de São Paulo. Grato sou aos funcionários e funcionárias das seções do mundo burocrático, meu obrigado pela paciência. Às famílias dos construtores identificados, meus agradecimentos.

Aos meus amigos a certeza de que mesmo longe, sempre atentos estavam nos meus caminhos, aqui estou. Meus pais, gratidão *ad aeternum*, amor incondicional. Aos meus irmãos o meu obrigado sincero. À Gabella, ofereço uma flor, meu carinho, um amor. Obrigado.

RESUMO

A proposta deste trabalho é estudar a atuação profissional dos Práticos Licenciados, construtores populares sem diploma de engenheiro e/ou arquiteto, entre 1893 e 1933 como uma chave de compreensão privilegiada para a história da formação arquitetônica e urbana da cidade de São Paulo. Num período em que São Paulo passou por profundas transformações arquitetônicas e urbanísticas, a atuação de construtores brasileiros, portugueses, alemães e grande leva de imigrantes italianos na construção da cidade não se fez sem embates com os profissionais mais qualificados (diga-se diplomados). Nesse sentido, buscamos compreender justamente os embates e o processo de organização da construção civil em São Paulo, numa época em que se iniciou a institucionalização do ensino da profissão de engenheiro-arquiteto, com a criação da Escola Politécnica e do Mackenzie em São Paulo. Portanto, a análise da dinâmica de transformação da *urbe* paulistana está sendo estudada a partir da ação de construtores que, principalmente a partir do fim do século XIX, contribuíram para a formação da cidade, uma vez que edificaram casas de classe média alta e baixa, casas operárias, casas de aluguel, platibandas e porões, introduziram latrinas, trocaram janelas por portas, levantaram muros, cercas, cocheiras e armazéns.

Palavras-chave: Arquitetura/Práticos/ História/São Paulo/Urbanização

ABSTRACT

The purpose of this study is to assess the professional performance of the Licensed Practical, builders popular without an engineering degree and / or architect, between 1893 and 1933 as a prime key to understanding the history of the formation of architectural and urban city of Sao Paulo. In a period in which St. Paul passed through profound transformations architectural and urban planning, the role of builders Brazilian, Portuguese, German and Italian great wave of immigrants in building the city has not been without struggles with the most qualified professionals (say, graduates). In this sense, we understand precisely the conflicts and the process of organizing the building in Sao Paulo, in an era that began the institutionalization of the teaching profession of engineer-architect, with the creation of the Polytechnic School and Mackenzie in São Paulo. Therefore, the analysis of the dynamics of transformation of the Sao Paulo metropolis is being studied from the action of builders, especially from the late nineteenth century, contributed to the formation of the town since they built houses of upper middle class and low workers' homes, rent houses, terrace walls and basements, introduced latrines, shared windows for doors, raised walls, fences, barns and warehouses.

Key Words: Architecture / Practice / History / Sao Paulo / Urbanization

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1 – Relação de Mestres de obra da cidade de São Paulo em 1885.**
Fonte: “Almanak Laemmert” **92**
- Figura 2 – Planta do palacete do Dr. Alcântara Machado na Rua Sebastião Pereira, Santa Cecília, s/n. Ano: 1905.** Fonte: AHMWL- SOP-OP1906. 001.541 **99**
- Figura 3 – Projeto para a construção de uma casa simples na Rua Itararé, n.15, na Bela Vista. Ano: 1912.** Fonte: AHMWL - SOP-OP1912. 002.391 **124**
- Figura 4 – Projeto para a construção de três casas em série na Rua Frei Caneca, n.128 e 130 A e 132 B. Ano: 1912.** Fonte: AHMWL – SOP-OP1909. 001.055 **125**
- Figura 5 – Projeto para a construção de um sobrado de dois pavimentos na Av. Tiradentes, n. 120. Ano: 1912.** Fonte: AHMWL- SOP - OP1912. 003.508 **127**
- Figura 6 - Projeto para a construção de uma “garage” na Rua Frederico Abranches, s/n. Ano: 1912.** Fonte: AHMWL – SOP – OP1912. 001.693 **128**
- Figura 7 - Registro do construtor português Euzébio Belleza como Arquiteto Licenciado pelo CREA-SP.** Fonte: AHMWL – “Livros de registro de construtores Práticos Licenciados”. **128**
- Figura 8 – Fotografia da Família Belleza. Data desconhecida.** Fonte: Arquivo Pessoal do Arquiteto Gilberto Belleza. **129**
- Figura 9 – Fotografia de Benjamim Domingues de Oliveira Belleza.** Fonte: Arquivo Pessoal do Arquiteto Gilberto Belleza. **129**

Figura 10 - Projeto para a construção de uma casa simples de padrão operário, na Rua do Trabalho, n.20 no Pari. Ano: 1911. 130

Fonte: AHMWL – SOP-OP1911. 003.546

Figura 11 - Projeto para a construção de uma casa simples na Rua Canindé, Pari. Ano 1910. Fonte: AHMWL – SOP – OP1910. 002.769 130

Figura 12 - Registro do português José Barbosa como “Constructor licenciado só para o Município Capital” pelo CREA-SP. Fonte: AHMWL - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados. 132

Figura 13 - Projeto para a construção de quatro *casas em série* no interior de um terreno na Rua João Boemer, nº 26 - Brás. Ano: 1911. Fonte: AHMWL – SOP – OP1911. 001.965. 133

Figura 14 - Projeto para construção de onze *casas em série* na Rua Joaquim Carlos - Pari em 1913. Fonte: AHMWL - SOP-OP1913. 003.098 – PR001. 134

Figura 15 - Projeto de reforma no primeiro andar do *Hospital Samaritano* em 1914. Fonte: AHMWL – SOP – OP1914. 001.359 – PR001. 141

Figura 16 - Projeto para a construção de uma *Oficina de Litografia* na Av. Rio Branco, n. 70, em 1907. Fonte: AHMWL – SOP-OP1907. 001.700. 144

Figura 17 - Projeto para a construção de um edifício de armazéns entre as ruas da Estação – Protestantes – Gusmões, no entroncamento da Estrada de Ferro Sorocabana e da São Paulo Railway, em 1906. Fonte: AHMWL – SOP- OP1906. 001.310. 145

Figura 18 – Projeto para a construção de um sobrado na Rua Vitória, s/n – Campos Elíseos, em 1911. Fonte: AHMWL - SOP-OP1911. 003.802-PR001. 147

Figura 19 - Projeto para a construção de um prédio na Alameda Cleveland - Campos Elíseos, 1913. Fonte: AHMWL-SOP-OP1913. 001.489. 148

Figura 20 - Termo de compromisso da Diretoria de Obras Municipal exigindo que o proprietário Thomaz Luppo não transformasse seu imóvel em habitação coletiva ou cortiço. Fonte: AHMWL – SOP-OP1907. 000.617. 152

Figura 21 - Projeto para a construção de uma casa simples na “Vila Sophia” – Lapa - em 1907. Fonte: AHMWL – SOP-OP1907. 000.617. 154

Figura 22 - Projeto para a construção de uma casa simples de padrão operário na Rua Homem de Mello, s/n, em 1908. Fonte: AHMWL-SOP-OP1908. 000.750. 155

Figura 23 - Projeto para a construção de uma reforma numa casa de uso misto (residência e armazém) na Rua Barão de Ladário, n.65, em 1906. Fonte: AHMWL – SOP - OP1906. 000.152. 156

Figura 24 - Projeto para a construção de duas casas em série na Rua Itapira, n.6, no Bairro do Brás em 1907. Fonte: AHMWL – SOP – OP1907. 000.861. 170

Figura 25 - Projeto para a construção de um “Atelier” para a Marmoraria Tavolaro, propriedade de Miguel Tavolaro, na Rua Santa Efigênia, n.69 em 1906. Fonte: AHMWL – SOP – OP1906. 001.413. 171

Figura 26 - Projeto para a construção de um sobrado de uso misto – armazém e residência – de propriedade de Azira Maluff, na Ladeira da Constituição - Sé - em 1906. Fonte: AHMWL-SOP-OP1906. 000.120. 172

Figura 27 - Detalhe do carimbo propaganda do italiano Miguel Marzo como “Architecto-Constructor” com escritório na “Rua Capitão Salomão, 42 – S. Paulo. Fonte: AHMWL-SOP-OP1906. 000.120. 172

Figura 28 - Projeto para a construção de duas casas em série de “padrão operário” na Villa Mariana”, 1907. Fonte: AHMWL-SOP- OP1907.000.647-PR001. 174

Figura 29 - “Croqui” com o local da construção acima da Rua A, atual Rua Manoel Paiva, na Vila Mariana. Fonte: AHMWL- SOP- OP1907. 000.647-PR002. 174

Figura 30 - Fachada principal do Palacete Santa Helena na Praça da Sé. Fonte: CAMPOS, Candido Malta e SIMÕES JR. José Geraldo. *Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo*. São Paulo: SENAC, 2006. **175**

Figura 31 - Registro de Luiz Asson com a habilitação de “Arquiteto Licenciado” pelo CREA-SP. Fonte: AHMWL - Livro de Registro de “Práticos Licenciados”. **177**

Figura 32 - Projeto para construção de duas *casas em série* de classe média para o Sr. Paulo de Souza Queiroz na Rua Santo Amaro em 1910. Fonte: AHMWL-SOP-OP110.002.298. **178**

Figura 33 - Projeto para a construção de um Palacete no Largo dos Guaianazes, 20. Fonte: AHMWL – SOP - OP.1911.001.678. **179**

Figura 34 - Projeto para a construção de um “Pavilhão para depósito da Typographia” para os Srs. Siqueira Nagel & Cia. Fonte: AHMWL-SOP-OP1912.001.297. **180**

Figura 35 – Retrato de Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro no início do século XX. Fonte: Arquivo da Família Mendes – Cavalheiro. **183**

Figura 36 - Anotações de Joaquim Cavalheiro sobre seus familiares e localização dos mesmos no jazigo da família no Cemitério da Consolação. Fonte: Arquivo da Família Mendes – Cavalheiro. **184**

Figura 37 - Cartão de visitas de Joaquim Cavalheiro nos anos 1920. Fonte: Arquivo da Família Mendes – Cavalheiro. **186**

Figura 38 – Registro Municipal de Empreiteiros de Obras de 1897. Fonte: AHMWL- Registro de Empreiteiros de 1897. **187**

Figura 39 – Projeto para a construção de uma casa de classe média para José Máximo, na Rua Conselheiro Carrão, nº 126 no Bairro da Bela Vista em

1913. Fonte: AHMWL – SOP –OP.1913.001.587.

189

Figura 40 – Projeto para a construção de nove casas num terreno da Rua Santa Rita, esquina com a rua (Rio) Bonito, propriedade do Sr. Francisco Maria Barata, 1913. Região entre Brás e Pari. Fonte: AHMWL - SOP – OP.1913.004.525

190

Figura 41 - Projeto para a construção de um armazém para padaria, forno, salão de trabalho, cocheira e 14m de muro no terreno da Rua Silva Telles nº 4 e 6, ano de 1913.

191

Figura 42 – Título de Eleitor de Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro em 1933.
Fonte: Arquivo da Família Mendes – Cavalheiro.

192

ACERVOS CONSULTADOS E ABREVIATURAS

- **AHMWL – Arquivo Histórico Municipal Washington Luis – SP**
- **APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo**
- **BAFAU – Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP**
- **BFF – Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP**
- **CONPRES - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo**
- **DPH – Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo**
- **IEB-USP – Instituto de Estudos Brasileiros da USP**
- **LAP/FAU – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Urbanismo**
- **MP – Museu Paulista da USP**
- **SBD/FEA - Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Economia e Administração da USP**
- **SOP – Série Obras Particulares – AHMWL**
- **OP – Obras Particulares**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O TEMA NA BIBLIOGRAFIA	19
OBJETIVOS	25
METODOLOGIA	26
<i>Opções teórico-metodológicas</i>	26
<i>Fontes primárias</i>	27
<i>Procedimentos metodológicos</i>	38
ESTRUTURA DO TRABALHO	40
CAPÍTULO 1 – Os Práticos na escrita da história	41
1.1. Questões de historiografia: os Práticos Licenciados como tema de pesquisa	41
1.2. Poder Público e iniciativa privada	47
<i>O controle da produção arquitetônica em São Paulo</i>	47
<i>A Diretoria de Obras e a especificidade da Série Obras Particulares</i>	56
1.3. Aspectos do processo de controle das profissões relacionadas à construção civil em São Paulo	69
Os embates da profissão: Engenheiros-Arquitetos e Práticos Licenciados	69
<i>As formas de registro da profissão</i>	73

<i>Registro de Empreiteiros (1894-1904)</i>	75
<i>Livros de Registros de Construtores (1925-1928)</i>	77
<i>Livros de Registro de construtores Práticos Licenciados (1934-1950)</i>	80
 CAPÍTULO 2 - “Práticos Licenciados”: definições, identificação e perfis de atuação na cidade de São Paulo”	83
2.1. De mestres a engenheiros-arquitetos, de engenheiros-arquitetos a Práticos Licenciados	83
2.2. As fontes de identidade: de conhecidos nas fontes primárias a anônimos nas fontes historiográficas	98
2.3. Uma São Paulo fora do lugar	118
2.4. Os lusos	120
2.5 . Os germânicos	135
2.6. Os italianos	157
2.7. Os brasileiros	181
2.8. Fichas-perfis exemplares de alguns práticos	193
 2.9. Considerações Finais: A cidade dos Práticos: nos fios e rastros de algumas trajetórias pessoais e profissionais	243
3. Bibliografia	246

INTRODUÇÃO

“Esse é o meu avô Raul, com certeza. Lembro-me muito bem dele, já velhinho mas sempre elegante e polido. Completamente diferente do Tanganelli que trazia uma personalidade marcante e irreverente. Como o Raul se separou da minha avó Josefina (Cota) quando meu pai era ainda jovem, sua imagem ficou um tanto distante da família. Ele era frágil, magro e muito educado, enquanto o Tanganelli era explosivo, grosseiro se necessário e surpreendia seu interlocutores com citações demolidoras, iconoclastas e desconcertantes. Mas realmente, eu reuni em meu pedigree, nas duas vertentes, forte influencia cultural para a arte e ofício da construção.”

(Depoimento do Engenheiro Newton Simões Filho ao ver os retratos de seus avós materno e paterno nos Livros de Registros de Construtores “Práticos Licenciados”).¹

A passagem acima nos lembra uma história há muito esquecida, a trajetória profissional daqueles que foram durante décadas os principais responsáveis pela produção do espaço urbano paulistano, os construtores licenciados não-diplomados. O depoimento de um engenheiro diplomado, neto por via materna e paterna de construtores não-diplomados põe na berlinda a história de numerosos profissionais da construção civil que até o presente não tiveram a devida atenção. Imigrantes e nacionais que, para além de projetarem e construíram nas mais diversas localidades da *urbe* de Piratininga, engendraram com sua prática novas formas de interpretar vocábulos e conceitos antigos como “Architecto”, “Constructor”, “Empreiteiro”, “Engenheiro” e “Mestre d’obras”. De certo modo, a forte presença e impressionante atuação de construtores sem formação

¹ Entrevista concedida pelo Engenheiro **Newton Simões Filho**, Presidente Fundador da Empresa Construtora **Racional Engenharia** e neto de dois “Arquitetos Licenciados”. Por via materna é neto do toscano **Alberto Tanganelli**, e pelo lado paterno é neto do carioca **Raul Simões**. Analisaremos a trajetória de ambos ao longo do presente trabalho.

acadêmica desde o último quartel do século XIX contribuíram para a reinvenção da prática profissional da arquitetura de São Paulo. Nesse sentido, analisar a trajetória dos sujeitos que construíram a cidade é também pensar nas mudanças e permanências, no novo e no velho, nas múltiplas temporalidades e subjetividades de um passado sempre conflituoso.² Na escrita dessa história vislumbramos as tensões sociais e as batalhas simbólicas da cultura como elementos fundantes da condição dos sujeitos; condição que pode ser espreitada pelo viés da transcendência da criação artística, através da cultura material que subjaz à sociabilidade nas cidades, nas ruas, nos edifícios.³ Em São Paulo, inúmeras foram as construções que levaram a marca das vultosas transformações alavancadas por uma inserção vertiginosa da cidade na economia mundial, fruto da recepção de milhares de indivíduos que, para usar o dizer de Sérgio Buarque de Holanda, participavam de outra paisagem, de outra visão de mundo e civilização, trazendo para o Brasil esperança e desterro.⁴ Muitos foram os autores que “preludiam”⁵, na narrativa histórica, o crescimento vertiginoso de São Paulo entre 1870 e 1970: “Três cidades em um século”, “Alvenaria Burguesa”, “Vila, cidade metrópole”⁶, são títulos de clássicos estudos que cristalizaram metáforas que nos

² SARLO, Beatriz. *Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

³ BARBUY, Heloisa. *A Cidade Exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006. p.23. Tomamos de empréstimo as definições da autora ao entender a “cidade como documento material”, colocando o “*locus* urbano como dimensão com significado próprio”.

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. A ideia de desterro cabe bem aos mestres italianos, portugueses e alemães que aqui tentavam dar novos sentidos para a arquitetura que aprenderam no Velho Mundo.

⁵ SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole*. Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. São Paulo: Atelier Editorial, 2004.

⁶ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. Duas Cidades, São Paulo, 1981. LEMOS, Carlos A.C. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2 ed., São Paulo: Nobel, 1989. REIS FILHO,

ajudam a imaginar e recompor a dinâmica desse vertiginoso processo de transformação da cidade de São Paulo, em meio aos fragmentos do passado que ainda pisamos nas “rugosidades”⁷ do presente. No bojo das pesquisas sobre a arquitetura eclética nos anos de 1970 e 1980⁸, redescobre-se o século XIX ainda através de um prisma parcial que privilegia as obras públicas monumentais de Ramos de Azevedo, eleito como o grande arquiteto da São Paulo envolta nas astúcias da ordem e nas ilusões do progresso Oitocentista.⁹ Trabalhos instigantes sobre sua trajetória pessoal e profissional foram realizados privilegiando sua formação e atuação profissional e docente.¹⁰ Nesse âmbito, pouco discutiram a “arquitetura menor” dos construtores anônimos, bem como os debates e embates nas instituições oficiais de ensino de Arquitetura e Engenharia que pressionaram pela regulamentação da profissão e pela definição da técnica, da competência, estabelecendo a categoria dos “Práticos Licenciados” em oposição aos

Nestor Goulart. *São Paulo: Vila Cidade Metrôpole*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, Bank Boston, 2004.

⁷ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo, Edusp, 2004.

⁸ Trata-se do pioneiro trabalho organizado por Annateresa Fabris. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo. Livraria Nobel, 1987.

⁹ Conceito instigante da análise de Nicolau Sevcenko sobre o discurso excludente do progresso e das ilusões massacrantes da ordem que marcaram a República Velha. SEVCENKO, Nicolau (org.). “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In NOVAIS, Fernando A. (coord.) *História da Vida Privada no Brasil; 3. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.7-48.

¹⁰Para o estudo específico de Ramos de Azevedo ver: LEMOS, Carlos C.A.C. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993. A atuação de Ramos de Azevedo à frente do Liceu de Artes e Ofícios, a partir de 1895, foi fundamental para a formação de um quadro de profissionais ligados à construção, dentre eles muitos italianos. Ver também CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *A Arquitetura de Ramos de Azevedo*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FAUUSP, 1996. A autora traça neste trabalho as diretrizes práticas e teóricas que fundamentaram a formação de Ramos de Azevedo quando este estudou, de 1875 a 1878, na Universidade de Gant na Bélgica, onde se graduou Engenheiro-Arquiteto, em 1878. Para tanto, Wolff remonta ao ensino belga, ou seja, à estrutura curricular do curso de Engenheiro-Arquiteto de Gant, e como Ramos de Azevedo absorveu teorias e práticas de alguns de seus mestres.

engenheiros e arquitetos diplomados. Nessa esteira, e a despeito da tendência contemporânea das pesquisas em História do Urbanismo e da Arquitetura de se estudar a trajetória de arquitetos que estiveram na “linha de frente” da construção do espaço urbano paulistano¹¹, este trabalho pretende contribuir com o estudo de outros sujeitos que conduziram também a expansão da urbe, mas que por força das derrotas da memória, diga-se, por construções muitas vezes lineares e excludentes de uma narrativa historiográfica marcada por discursos hegemônicos e neutralizadores dos embates sociais, foram aos poucos desaparecendo da história de São Paulo. Cumpre dizer que o estudo dos construtores anônimos, denominados aqui de Práticos Licenciados – *construtores sem ensino superior habilitados pelo poder público, e reconhecidos como competentes para a prática da arquitetura* – deve ser levado a cabo não só para suprir uma lacuna historiográfica, mas para que se superem também alguns juízos de valor tão comuns aos estudos arquitetônicos. A arquitetura construída pelos Práticos - o que inclui aqui empreiteiros, mestres de obras e pedreiros que foram habilitados pelos órgãos públicos como ‘arquitetos’ – não pode ser entendida de maneira alguma como ‘arquitetura menor’, ou simples pastiche de modelos advindos da arquitetura eclética erudita européia. Pelos resultados de nossas pesquisas, podemos dizer que, da última

¹¹ Acreditamos que mesmo os conhecidos engenheiros e arquitetos diplomados devam ser alvos de novas pesquisas. Nesse sentido, citamos o II Congresso Internacional de História Urbana realizado na PUCCAMP na cidade de Campinas em outubro de 2009. Apresentando os resultados do Projeto Temático FAPESP: Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano – Estado de São Paulo, séculos XIX e XX, a coordenadora e Prof^a Dr^a da UNICAMP Maria Stella Bresciani apresentou seu trabalho em andamento sobre a trajetória do Engenheiro-Arquiteto e Urbanista Luiz R. de Anhaia Mello. No mesmo projeto, Marisa Carpintéro abordou a gestão política e cultural de Prestes Maia entre 1938-45, e Ivone Salgado apresentou sua pesquisa em andamento sobre o engenheiro alemão Carl Friederich Joseph Rath (1802-1876) ou Carlos Rath, atuante engenheiro da Província de São Paulo. Contudo, ainda se privilegia a trajetória profissional daqueles que foram de alguma maneira legitimados pelos poderes públicos institucionais, caso dos profissionais citados. E, assim, deixam-se de lado outros sujeitos que “configuraram e reconfiguraram” o espaço urbano de São Paulo.

década do século XIX aos anos 1930, a cultura material edificada na cidade de São Paulo foi construída, na sua maioria, pelos chamados construtores leigos, nacionais ou estrangeiros e, mesmo que a maioria deles não estivesse presente na arquitetura eclética mais conhecida (aí incluso palacetes, edifícios comerciais da região central – e as obras públicas), alguns alcançaram também este circuito deixando nele sua marca. Entrementes, em grande parte, edificaram habitações comuns em bairros operários e de classe média, multiplicados em larga escala nas últimas décadas do século XIX, além de galpões para pequenas oficinas de manufaturas, armazéns, lojas de pequeno comércio, cocheiras, assim como muros e reformas. Nesse sentido, um estudo da trajetória profissional desses sujeitos urge para que possamos deslindar uma narrativa histórica há muito sem o seu devido lugar no cotidiano da “paulicéia” em permanente reconstrução.

O tema na bibliografia

No cotidiano sobre a arquitetura e urbanismo de São Paulo, uma série de estudos, de forma direta ou indireta, nos propiciou pistas e apontamentos para trilhar por caminhos de histórias encobertas, por memórias apagadas. Difícil não se inspirar na metáfora de tons melancólicos utilizada por Benedito Lima de Toledo, em *“São Paulo, três cidades em um século”*,¹² ao comparar a urbe paulistana com um palimpsesto que tem sua escrita raspada de tempos em tempos para receber outra nova. De igual inspiração se afiguram as memórias de Jorge Americano em *“São Paulo Naquele Tempo”*, narrando a natureza dos interiores das casas de classe média da Vila Buarque e

¹² TOLEDO, Benedito Lima de. op. cit. p.78-79.

outros casos de vivas cores do cotidiano de outrora.¹³ Também há de se lembrar aqui a grande fonte de imaginários e sociabilidades traduzidas pela obra “A alma encantadora das ruas”¹⁴ de João do Rio, pseudônimo do jornalista e escritor Paulo Barreto, grande intérprete da rua como espaço de sociabilidade, pintando-a literariamente como portadora de alma, condição dada pelos tipos sociais. Alguns trabalhos, além da profunda e competente pesquisa, nos deram pistas preciosas. Os clássicos estudos de Carlos Lemos, “Alvenaria Burguesa” e a “República ensina a morar (melhor)”¹⁵, com foco na *Série Obras Particulares*, nos deram a dimensão de que a prática profissional desses construtores esteve pautada, em grande parte, por normativas urbanísticas e sanitárias emanadas do poder público a partir de meados do século XIX. Eudes Campos em “Arquitetura Paulistana sob o Império”¹⁶ apontou que o uso de novos estilos arquitetônicos, a propagação de novos hábitos de conforto e higiene, as novas normas edilícias e os embates da profissão de engenheiros e arquitetos, são resultado do processo de inserção da sociedade paulistana nos quadros da economia internacional e no ideário da modernidade de ordem liberal burguesa. Tratando especificamente da mão de obra da arquitetura paulistana durante o Império, Campos evidenciou o predomínio de mestres de obras na construção civil, nos anos de 1880, especialmente lusos, germânicos e depois italianos.¹⁷ Alguns nomes apontados pelo autor, e outros que identificamos posteriormente, são ainda recorrentes nos primeiros anos do século XX,

¹³ AMERICANO, Jorge. São Paulo Naquele Tempo (1895-1915). São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um/Carbono 14, 2004.

¹⁴ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo, Cia das Letras, 2008.

¹⁵ LEMOS, Carlos. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo:Hucitec.

¹⁶ CAMPOS. Eudes. *Arquitetura Paulistana sob o Império: Aspectos as formação da cultura burguesa em São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada a FAUUSP em 1997.

¹⁷ Idem, p.196.

na *Série Obras Particulares*¹⁸, mesmo diante do aumento de engenheiros-arquitetos estrangeiros ou recém-formados pela Escola Politécnica ou pela Escola de Engenharia do Mackenzie College, cursos criados, respectivamente, em 1893 e 1896. Também nos auxiliou sobremaneira, a imprescindível tese de Heloisa Barbuy, “A Cidade-Exposição”¹⁹, ao analisar a introdução de hábitos até então incomuns na vida cotidiana da cidade, ao procurar entender as transformações ocorridas nas artérias do Triângulo (Ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento), edifícios construídos e novos usos introduzidos, reconstituindo aspectos da cultura material em renovação de 1886 até 1914, arrolando por detrás das fachadas, proprietários, construtores e usuários. Entre os construtores responsáveis pelas obras que a autora estudou, encontramos alguns “Práticos Licenciados”, como Fernando Simões, Miguel Marzo e Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro, três dos mais atuantes construtores de São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX. Não menos importante é a original tese de doutorado do arquiteto e professor Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre, que ao perscrutar a formação da Rua São Luiz percebeu a presença de mestres de obra estrangeiros, como o germânico Julius Ploy, construindo para famílias “quatrocentonas” como os “Souza Queiroz.”²⁰

O sensível aumento do número de profissionais diplomados nos leva à questão dos embates da profissão, das disputas entre práticos e diplomados pelo mercado da construção civil. Obra de referência para se entender a história do ensino e da profissão de engenharia e arquitetura na Escola Politécnica, e entrar na seara dos conflitos entre

¹⁸ Esta série documental do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, foi a principal fonte primária central desta pesquisa e será analisada no item *Metodologia Adequada*.

¹⁹ BARBUY, Heloisa. op. cit. p.26-28.

²⁰ LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. *De Beco a Avenida*. A História da Rua São Luiz. São Paulo: EDUSP, 2006.

os profissionais da construção civil, “Os Arquitetos da Poli”, de Sylvia Ficher, nos forneceu os dados necessários para perceber como aos poucos o discurso técnico e científico foi dando aos profissionais diplomados a primazia sobre os antigos mestres (os práticos), fato que culmina com a regulamentação da profissão em 1933.²¹ Lembremos ainda, mesmo que fora do nosso recorte cronológico, da instigante e recente tese de doutorado de Joana Mello que, ao remontar à experiência profissional do arquiteto francês Jacques Pilon (1905-1962) e à sua produção na cidade de São Paulo entre 1930 e 1960, nos deu elementos chave para entender a formação do campo arquitetônico após a regulamentação da profissão, assim como repensar as formas de contribuição dos sujeitos estrangeiros e mecanismos de inserção na sociedade paulistana.²²

Dos trabalhos que tratam mais diretamente dos práticos, aqui em foco, importante para nossos estudos foi o livro “*Arquitetura Italiana em São Paulo*”²³ de Anita Salmoni e Emma Debenedetti. Objeto de uma única edição, em 1953 e em língua italiana (reeditada em português pela Editora Perspectiva em 1981), a obra se tornou referência obrigatória para a História da Arquitetura de São Paulo, dada a predominante presença de italianos na construção civil desde a última década do século XIX. Mesmo que tomada pelo tom saudosista e ufanista, além de algumas incorreções relativas às biografias de certos construtores, a obra nos permitiu identificar alguns conhecidos mestres de obra italianos entre 1890 e 1930, como Carlos Milanese e Miguel Marzo,

²¹ FICHER, Sylvia. *Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo* - São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

²² SILVA, Joana Mello de Carvalho. *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva 1930-1960*. Tese de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. FAUUSP, 2010.

²³ DEBENEDETTI, Emma e SALMONI, Anita. *Arquitetura Italiana em São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

bem como visualizar o tipo de edificação feita pelos mesmos. As autoras atentam para o fato de que quando alguns desconhecidos mestres italianos ganhavam certa clientela e capital, procuravam a “autopromoção” intitulando-se “construtor” e, logo depois, “arquiteto”. Na linha de Salmoni e Debenedetti, a artista plástica Ivoty Macambira, no livro *“Os Mestres da Fachada, artistas e artesãos”*, analisa as diversas atividades exercidas por distintos trabalhadores artesãos nas edificações ecléticas, observando que as funções de pedreiros, frentistas e mestre de obras, muitas vezes, se confundiam.²⁴ Pensando nos produtores do espaço urbano do Brás e da Mooca, Luciana Gennari aponta a grande recorrência de práticos na construção de casas em série na região, elencando brevemente alguns nomes, como Miguel Marzo, Vicente Branco e Ângelo Bitelli²⁵, os três com uma produção significativa também em outras áreas da cidade, e alvo de nossas investigações. Gennari observa também a necessidade de um estudo mais detido sobre os mesmos, evidenciando sua importância na produção do espaço da cidade de São Paulo. Nessa linha, Sheila Schneck estudou a formação do bairro do Bexiga²⁶ e constatou a efusiva presença dos práticos na sua produção arquitetônica, tendo encontrado nomes que podem ser verificados, também, em outros bairros da cidade, como por exemplo Leopoldino Antonio dos Passos, Fernando Simões, José kanz e Carlos Milanese, construtores que serão alvos de nossa análise mais adiante. Finalmente, e no intuito de compor um dicionário de profissionais da construção civil

²⁴ MACAMBIRA, Yvoty de Macedo Pereira: *Os Mestres da Fachada: artistas-artesãos*. Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria de Cultura, 1985.

²⁵ GENNARI, Luciana Alem. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, 2005.

²⁶ SCHNECK, Sheila. *Formação do Bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários, 1881-1913*. Dissertação de Mestrado apresentada à FAUUSP, abril de 2010.

nos primeiros 350 anos da história de São Paulo, Carlos Augusto Matttei Faggin elencou 231 sujeitos, compondo verbetes com nomes, datas de nascimento e falecimento, locais de atuação e possíveis obras. Como seu recorte vai até a década de 1900, poucos são os nomes que coincidem com os aqui levantados. Contudo, consideramos que sua contribuição vai ao encontro de nosso objetivo maior, tirar do anonimato sujeitos obscurecidos pela História, cujas trajetórias merecem todo nosso respeito e consideração.²⁷

Há certamente mais informações esparsas da atividade dos práticos na bibliografia sobre a história da arquitetura paulistana, que aparecerão oportunamente citadas e analisadas ao longo da narrativa, mas os autores supracitados foram aqueles que mais diretamente se aproximaram do nosso objeto de estudo. Nas trilhas daqueles apontamentos, e das fontes primárias analisadas no presente estudo, nosso objeto de pesquisa tomou forma e ganhou força. Quando se abordar o período da grande virada urbanística da cidade, na passagem do século XIX para o XX, quando reafirmarem a importância de Ramos de Azevedo, Max Hehl, Victor Dubugras e Giulio Micheli, dentre outros ilustres arquitetos, há que se considerar também que os “ilustres” conviveram com uma imensa quantidade de construtores ‘arquitetos’ que não só era maioria em relação aos diplomados, mas foram fundamentais na constituição arquitetônica da cidade, seja construindo casas simples ou em série em bairros como a Liberdade, a Bela Vista e o Bom Retiro, seja edificando armazéns, cocheiras e galpões para fábricas no Brás, Barra Funda, etc.

²⁷ Nosso tema não é exclusividade da cidade de São Paulo. O anonimato ronda a maior parte das obras do ecletismo em várias cidades do Brasil. Em Campinas, a pesquisadora Rita de Cássia Francisco, doutoranda pela FAU-USP, desenvolve pesquisa similar ao estudar os construtores anônimos responsáveis pela maioria das obras da cidade entre 1880-1929.

OBJETIVOS

O objetivo principal deste trabalho é analisar a atuação de construtores caídos no anonimato historiográfico, geralmente sem ensino superior, ou sem diploma de engenheiro-arquiteto, na cidade de São Paulo entre 1893 e 1933, considerando para tanto as seguintes questões:

- a) Identificação dos construtores não diplomados e suas respectivas categorizações como “Práticos Licenciados”, assim como definição da historicidade do termo;
- b) Controle do exercício da profissão pelas repartições da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual;
- c) Contextualização de suas atuações profissionais, com respectivas trajetórias, no quadro das disputas lideradas pelas agremiações de classe (diga-se dos engenheiros e arquitetos formados pela Escola Politécnica e pela Escola de Engenharia do Mackenzie), para a regulamentação da profissão de engenheiro e arquiteto, percebendo os embates entre práticos e engenheiros-arquitetos diplomados na concorrência pelo crescente mercado da construção civil;
- d) Espacialização de sua intensa atuação em vastas áreas da cidade, identificando os programas arquitetônicos e tipologias edilícias predominantes;
- e) Identificação, quando possível, do tipo de formação técnica, corporativa ou escolar que eventualmente receberam para trilhar os caminhos da profissão;
- f) Identificação de sua clientela, evidenciando os proprietários que requisitavam os serviços prestados pelos práticos.

METODOLOGIA

Opções teórico-metodológicas

Pioneiro das abordagens historiográficas contemporâneas, Marc Bloch escreveu uma de suas principais obras prisioneiro da Gestapo na França ocupada pelos nazistas durante a II Guerra Mundial. Sem suas fontes e materiais essenciais à mão, Bloch escreveu linhas cruciais que definiriam os métodos da história ou o ofício do historiador por longa data.²⁸ Citamos aqui o acontecido uma vez que não há como deixar de lembrar que as coisas só possuem significado quando atribuídos pelos sujeitos que as estudam, e que tais significados são “filhos” do tempo presente, limitados por questões do tempo presente. A difundida influência da Escola dos Annales na trajetória dos estudos históricos, revista protagonizada em 1929 por Bloch e Lucien Febvre, nos coloca questões como a inutilidade do “mito das origens”, possibilidades da “volta possível ao passado” e questionamentos possíveis das fontes. Imbuídos dessas balizas teórico-metodológicas, recortamos nossas fontes primárias e secundárias no intuito de criticá-las no que registraram ou no que deixaram de registrar. Tentamos de alguma maneira não sermos “iludidos” pelo que Jacques Le Goff intitulou de “imperialismo dos documentos”, criticando a história positivista que tomava o documento primário como absoluta verdade.²⁹ De qualquer maneira, qualquer recorte não deixa de ter suas limitações temporais, espaciais e de ordem subjetiva, ainda que comprometido com a clareza e objetividade do discurso histórico. Nesse sentido, partilhamos também das

²⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. Lembramos aqui que o historiador se envolveu na Resistência Francesa, sendo torturado pela Gestapo e fuzilado em 16 de julho de 1944 em Saint Didier de Formans, perto da cidade de Lyon.

²⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: SP, Editora da Unicamp, 2003.

abordagens de Roger Chartier ao problematizar a concorrência para a representação do passado entre história, literatura e memória. Assim como entendemos que o estudo das representações é fulcral para o entendimento dos sentidos construídos pelos grupos sociais e suas chaves de classificação e exclusão.³⁰

Na esteira dos estudos de urbanização e urbanismo, partilhamos da visão de Heloisa Barbuy quando entende que o “locus” urbano constitui dinâmica própria, dimensão independente que deve ser estudada também nas suas relações com o fluxo internacional de ideias. Referência pertinente sobretudo se pensarmos que a maioria dos construtores aqui estudados eram estrangeiros ou descendentes deles.

Fontes primárias

- ***A Série Obras Particulares – (SOP)***

Depositada no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (AHMWL) e pertencente ao *Fundo Prefeitura Municipal, Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação*, a *Série Obras Particulares* é o principal *corpus* documental do estudo aqui proposto. Compreender a *Série Obras Particulares* no âmbito da gestão municipal paulistana é, sobretudo, perceber a historicidade que permitiu sua gênese como documento visceral da burocracia normativa municipal, desde 1870, e sua posterior função como uma das mais importantes fontes de informação sobre as edificações particulares realizadas na cidade de São Paulo, entre 1870 e 1921, datas limites da coleção pertencente ao

³⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Ver também do mesmo autor: *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

AHMWL.³¹ A *Série* é constituída por 429 volumes encadernados com datas entre 1870 e 1905, e mais de 900 caixas-arquivos, contendo aproximadamente 68.000 processos dos anos de 1906 a 1921.³² No que tange ao teor dos requerimentos da *Série*, entre 1870 e 1893, se constituem em pedidos de alinhamento à Câmara, exigidos pelas Posturas Municipais desde os anos 1830.³³ Em 1893, pela Lei n.38, passou a ser exigida a aprovação de plantas das novas edificações junto à Intendência Municipal e, por conseguinte, um Alvará de Licença deveria ser lavrado pelos fiscais engenheiros, e a partir de 1899, pelo diretor da *Diretoria de Obras e Viação*, o Engenheiro Victor da Silva Freire. A leitura dos requerimentos que acompanham as plantas arquitetônicas nos revela os sujeitos que fizeram parte do cotidiano da cidade, justamente no seu período de maior transformação. Identificam-se nomes de proprietários de perfil social variado, desde o Conde Francisco Matarazzo e seus empreendimentos industriais, até um

³¹ A documentação subsequente encontra-se sediada no Arquivo Geral de Processos da Prefeitura na região do Piqueri.

³² A realização da presente pesquisa foi possível graças à nossa participação, entre abril de 2007 e setembro de 2008, no projeto “Arquivo Histórico Municipal Washington Luís: A cidade de São Paulo e sua arquitetura”, coordenado por Nestor Goulart Reis Filho e Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. De 2007 a 2010, em parceria, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís realizaram o referido projeto, com financiamento da FAPESP, no âmbito do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas. O objetivo foi organizar, digitalizar e informatizar duas preciosas coleções de desenhos arquitetônicos de amplo interesse para a comunidade acadêmica e para os consulentes habituais do Arquivo Municipal - a *Série Obras Particulares* (1906-1915) e o *Fundo Particular Escritório Técnico Ramos de Azevedo/ Severo e Villares*. Cerca de 35.000 documentos mereceram tratamento arquivístico adequado - descrição documental em catálogo informatizado e reprodução digital dos desenhos arquitetônicos - com o intuito de facilitar a sua consulta e garantir a sua preservação. Informatizar as coleções, agilizar a pesquisa e divulgá-la em larga escala, via internet, foram as metas fundamentais deste projeto.

³³ No caso da construção de imóveis urbanos construídos junto das testadas dos lotes, tinha de ser solicitado à Câmara o alinhamento da testada do terreno junto da qual seria levantada a construção; no caso de imóveis suburbanos, isolados no interior dos terrenos, deveriam ser solicitados os alinhamentos dos muros externos ou dos gradis de ferro correspondentes às diferentes testadas que eventualmente possuísse a propriedade.

simples imigrante querendo edificar uma casa de três cômodos na várzea do Bom Retiro, em meio a mestres de obras, empreiteiros e engenheiros-arquitetos que, em geral, foram os responsáveis pela construção civil na cidade desde 1870. Além dos nomes dos produtores do espaço urbano, podemos verificar: a evolução dos materiais, técnicas e sistemas construtivos (por exemplo, a gradativa introdução do tijolo); a evolução das normativas legais para o ordenamento das construções (as posturas, códigos e leis); a introdução de novos elementos nos diversos programas e tipologias edilícias, tais como porões, pátios de iluminação, platibandas; a natureza das técnicas ligadas ao desenho arquitetônico, com projetos contendo representação em planta, fachada, corte e elevação, tipo de tinta, tipo de suporte, escalas e etc. No que tange à legislação que regula a construção e as medidas de salubridade no interior das edificações, dentre outras questões do fazer urbano, são instigantes os debates entre o poder público - representado pela Diretoria de Obras em consolidação, com seu corpo de funcionários chefiados por Freire - e os requerentes, representados pelos proprietários e construtores ávidos por um espaço no crescente negócio da construção civil.

- ***Livros de Registro de Empreiteiros e Práticos Licenciados - AHMWL***

Para que pudéssemos esclarecer se um nome encontrado na *SOP* era ou não de um profissional da construção civil (sendo ele um prático ou um engenheiro-arquiteto), recorreremos aos registros de empreiteiros e construtores (disponíveis no próprio Arquivo Municipal). O resultado foi surpreendente, ao nos dar a confirmação de que nomes

corriqueiros eram de fato construtores diplomados ou mestres de obras com “status” de arquiteto. Utilizamos três registros correspondentes a três períodos distintos, a saber:

a) *Registro de Empreiteiros de Obras – Intendência/Prefeitura do Município de São Paulo* (Fonte: Assuntos Diversos- Etiquetas Verdes – AHMWL)

Datas limite: 1894-1904

Categorias de empreiteiros: 2ª classe (Engenheiros-Arquitetos) e 4ª classe (mestres de obras)

Catalogados e digitalizados ao longo de nossa pesquisa, os registros acima são o resultado da consolidação da burocracia administrativa paulistana na tentativa fiscalizar as atividades profissionais exercidas na cidade. Tal registro é parte da organização da Seção de Obras, subordinada ao gabinete do prefeito a partir de 1898. Caracteriza-se, em 1894, por um registro simples com os nomes e impostos pagos pelo empreiteiro, e relaciona-se com o pagamento de impostos sobre indústria e profissão exigidos pela municipalidade. Podemos encontrar nesses registros alguns importantes empreiteiros da época como o “Dr. Ramos de Azevedo”, estabelecido na cidade desde 1886, e principal arquiteto relacionado às obras do poder público. No mesmo registro encontram-se nomes de empreiteiros italianos e germânicos, como Narciso Frediani (Prático Licenciado italiano atuante desde fins dos Oitocentos) e Jorge Müller, construtores de intensa atuação entre 1900-1910. Cumpre dizer que esses registros são esparsos e pouco organizados. No entanto, são importantes por documentar parte dos profissionais que atuaram na virada do século XIX para o XX, que se tornaram referências fundamentais nas suas respectivas áreas (espaços da cidade e categorias profissionais) de atuação.

b) *Livros de Registro de Construtores- Diretoria de Obras e Viação*

(Fonte: Assuntos Diversos -Etiquetas verdes- AHMWL).

Datas limite: 1925-1928

Categorias de construtores: 1ª ordem e 2ª ordem

Tais registros encerram inúmeras informações, e correspondem ao período em que o mercado de trabalho e a consolidação da profissão já estavam bem estruturados e dominados, geralmente, por escritórios-técnicos de engenheiros-arquitetos diplomados. Correspondem também às normativas legais que aos poucos regulamentavam o exercício da profissão nos primeiros 25 anos do século XX. Tal legislação é resultado da estruturação do poder público sobre o crescimento urbano e das pressões de agremiações de classe para restringir o exercício da profissão aos engenheiros-arquitetos diplomados. Os livros são resultado da Lei Municipal n.2.986 de 7 de julho de 1926, de autoria do engenheiro e então vereador Alexandre de Albuquerque, veemente defensor da regulamentação da profissão, desde seus tempos de recém-formado na Escola Politécnica no início do século XX. Porém, a exemplo da Lei Estadual 2.022 de 1924, a Lei n.2.986 permitia o registro de práticos com a devida comprovação. Os livros nos dão um bom panorama dos construtores atuantes na década de 1920, no âmbito da municipalidade, espaço que nos interessa nessa pesquisa. Diferentemente dos registros da passagem do século, estes livros possuem informações sistemáticas como nacionalidade, endereço residencial e de trabalho (escritório), número do registro e categoria. São repletos de práticos italianos, portugueses e brasileiros, alguns deles atuantes desde o começo do século XX.

c) *Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção - Prefeitura do Município de São Paulo – Diretoria de Obras e Viação – CREA(Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura)* – (Fonte: AHMWL).

Datas limite: 1934-1950

Categorias: “Práticos Licenciados” ou “Arquitetos Licenciados”

Estes constituem o ponto culminante dos embates pela regulamentação da profissão e a documentação mais importante encontrada em nossas pesquisas. São resultado direto da crescente pressão das corporações de classe, representadas em São Paulo pelo Instituto de Engenharia e pelo Instituto Paulista de Arquitetos,³⁴ instituições que encontram no Decreto Federal n.23.569, de 11 de dezembro de 1933, a esperada regulamentação da profissão.³⁵ Interessante notar que, apesar das restrições, a lei ainda garantia os direitos dos construtores leigos que já atuavam antes, daí um livro específico para “Práticos Licenciados”. Porém, o decreto legitimou de vez as escolas de engenharia e arquitetura como a forma mais “competente” de formação profissional. Os tempos já eram outros, e daí em diante os mestres de obras seriam lembrados como aqueles que riscavam com a ponta do guarda-chuva seus projetos, interpretação corriqueira e sem fundamento histórico comprovável, que ajuda a encobrir a memória daqueles que foram outrora os artífices de boa parte da arquitetura paulistana. Quanto à natureza dos documentos, são registros da “Diretoria de Obras e Viação - 5ª Secção”, órgão da municipalidade, e do “Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – 6º Região”. Os registros possuem além do nome, tipo de habilitação (arquiteto), fotografia, data de nascimento e naturalidade. Somam-se assim às informações obtidas nas fontes precedentes, como endereço do escritório e residencial, nacionalidade, assinatura e anotações sobre pagamento de impostos (Indústria e Profissões). É o primeiro registro a usar na sua “lombada” a denominação “Prático Licenciado”. O item que os categoriza como

³⁴ FICHER, Sylvia. op.cit., p.180.

³⁵ Idem, p.188.

Práticos Licenciados (além da inscrição na lombada dos livros) é a descrição “Repartição em que se licenciou”, no caso a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pela Lei Estadual n.2.022, de 27 de dezembro de 1924,³⁶ ao passo que no registro de diplomados consta o nome da instituição de ensino que cursaram. Como prático registrado em 1934, encontra-se José (Giuseppe) Chiappori que, diferentemente do que apontam Salmoni e Debenedetti, aparentemente não possuía formação em engenharia civil ou arquitetura.³⁷ As autoras informam que “tinha-se brilhantemente diplomado em engenharia industrial” em Turim. Porém, não constam nos registros de Chiappori sua formação e sim sua “Licença de Arquiteto”, o que caracteriza sua condição de não-diplomado. É possível que alguns estrangeiros não tenham conseguido apresentar os papéis competentes relativos à sua formação na Europa, sendo assim enquadrados como “Práticos”. Contudo, acreditamos que tal fato não era corriqueiro e que realmente o livro de “Práticos” representa os não-diplomados “acuados” pela legislação que regulamentou a profissão.

³⁶ Os registros de licença de construtores leigos exigidos por essa lei e sediados na então *Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, não foram encontrados em nossas pesquisas realizadas no Arquivo do Estado de São Paulo. De qualquer maneira, os registros de âmbito municipal são sua contrapartida e apresentam os principais construtores do período. Dispomos também dos registros do CREA-SP levantados pela pesquisa de Joana Mello de Carvalho Silva, que gentilmente nos concedeu seus dados. O livro de registro de “Arquitetos licenciados” ou comumente chamado livro de “Práticos Licenciados” é a versão municipal (da Diretoria de Obras e Viação) dos registros elencados por Joana Mello em sua pesquisa no CREA-SP.

³⁷ DEBENEDETTI, Emma e SALMONI, Anita. op. cit. p.104.

- ***Legislação***

A análise da legislação, de âmbito federal, estadual e municipal, foi essencial para deslindar os conflitos cotidianos das práticas sociais subjacentes às relações entre o poder público e a iniciativa privada, assim como aos embates entre os profissionais da construção. Utilizamos principalmente leis ligadas à questão do controle sobre a profissão, além do Código de Posturas reorganizado em 1886 e do Código Sanitário de 1894, analisados por Eudes Campos e por Carlos Lemos³⁸.

Legislação Federal

- Decreto n.23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regula as profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor.

Legislação Estadual

- Lei n.191, de 24 de agosto de 1893. Aprova o regulamento que organiza a Escola Politécnica de São Paulo.

-Decreto n.233, de 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário.

- Lei n.2.022, de 27 de dezembro de 1924. Regulamente o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto e agrimensor.

Legislação Municipal

- Ato da Câmara, de 11 de agosto de 1886. Padrão Municipal (Código de Posturas)

- Lei n.38, de 24 de maio de 1893. Estabelece a aprovação de plantas para as novas edificações.

- Lei n.220, de 18 de março de 1896. Obriga a demolição de qualquer edifício, muro ou obra que ameaçar ruína ou estiver construído fora do Padrão Municipal.

³⁸ CAMPOS, Eudes. Op. Cit. p.580-612. LEMOS, Carlos. A República ensina a morar..Op.Cit.

- Lei n.264, de 20 de agosto de 1896. Cria na Intendência de Obras uma comissão técnica.
- Lei n.374, de 29 de novembro de 1898. Organiza o Poder Executivo Municipal (Criação do cargo de Prefeito).
- Ato n.1, de 7 de janeiro de 1899. Reorganiza as repartições municipais.
- Lei n.491, de 9 de março de 1909. Dispõe sobre a abertura de novas ruas.
- Lei n.1580, de 22 de agosto de 1912. Proíbe qualquer obra de acréscimo ou de adaptação dos prédios urbanos, que estivessem construídas em desacordo com o padrão.
- Lei n.1.666, de 26 de março de 1913. Dispõe sobre a abertura de ruas, avenidas ou praças.
- Ato n.671, de 14 de março de 1914. Dispõe sobre o reconhecimento de ruas.
- Lei n.1.874, de 12 de maio de 1915. Divide o Município em quatro perímetros
- Lei n.2.332, de 9 de novembro de 1920. Estabelece o Padrão Municipal para as construções particulares no município.
- Lei n.2.986, de 7 de julho de 1926. Regulamenta as profissões de construtor, eletricitista e encanador e dá outras providências.
- Lei n.3.427, de 19 de novembro de 1929. Código de Obras Arthur Saboya.

- ***Almanaques***

Nos almanaques encontramos importantes informações sobre os profissionais da construção civil em São Paulo, desde 1884. Entre as categorias profissionais denominadas “Empreiteiros de obras”, “construtores”, “engenheiros”, “arquitetos”, identificamos alguns nomes recorrentes na *Série Obras Particulares*. Nesse sentido, os almanaques são, para esta pesquisa, documentos que complementam os livros de

registro, uma vez que seus anúncios comprovam que muitos nomes antes tidos como “prováveis” construtores, se confirmam como tal. Os volumes relacionados abaixo foram consultados na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros e no Museu Paulista, ambos pertencentes à Universidade de São Paulo.

- *Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno bissexto de 1884, 1886, 1887*. Organizado por Francisco Ignácio Xavier de Assis Moura. São Paulo, Jorge Seckler & Cia, 1883.

- *Almanach do Estado de São Paulo para 1890*. Organizado por Jorge Seckler, Sétimo Anno. São Paulo, Editores Jorge Seckler & Comp.

- *Completo Almanak Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1895, Contendo Todos os Municípios e Districtos de Paz*. Reorganizado segundo os decretos por Canuto Thorman. São Paulo, Companhia Industrial de São Paulo, 1895.

- *Completo Almanak Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1896*. Reorganizado por Canuto Thorman. São Paulo, Companhia Industrial de São Paulo, 1896.

- *Almanach para o Anno de 1896*. Publicado pelo “O Estado de S. Paulo” Anno I, J. Filinto & Cia. Editores, 1896.

- *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1905*. Obra estatística e de consulta, fundada em 1844, por Eduardo Von Laemmert, reformada e reorganizada por Arthur Sauer. Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, 1905.

- ***Cartografia antiga***

A cartografia antiga nos deu a medida do desenvolvimento da mancha urbana dos bairros surgidos nas duas últimas décadas do século XIX. Os novos loteamentos, criados além da várzea do rio Tamanduateí e além do Vale do Anhangabaú, foram o grande palco da atuação dos construtores práticos, encontrando-se nessas regiões o seu patrimônio edificado.

1. *“Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes”* (1890). Desenhada e publicada por Jules Martin.
2. *“Planta da cidade de São Paulo”* (1895). Ugo Bonvicini
3. *“Planta Geral da Capital de São Paulo”* (1897). Organizada sob a direcção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras.
4. *“Planta Geral da Cidade de São Paulo”* (1905). Adotada pela Prefeitura Municipal para uso de suas Repartições, Alexandre Mariano Coccoci e Luís Fructuoso e Costa.
5. *“Planta da Cidade de São Paulo”* (1916). Divisão Cadastral da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal.

Procedimentos metodológicos

Discutindo as relações entre documento e monumento, Le Goff adverte:

*“De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.*³⁹

Todo documento é uma escolha do historiador. Não é inócuo, sendo resultado da sociedade que o realizou. O arrolamento das fontes primárias desta pesquisa não pretende mostrar os documentos acima relacionados, principalmente os livros de registros de construtores, como testemunhos positivistas e inquestionáveis do passado. Para além da separação, critérios de seleção e seriação quantitativa e qualitativa, faz-se necessário perceber em que medida a fonte documental foi instrumento de um poder. Interessante notar, que os registros da passagem do século XIX para o XX não diferenciam nominalmente os construtores, chamando-os todos de ‘Empreiteiros’. Todavia, os cadastros posteriores são rigorosamente instrumentos de institucionalização do conhecimento, no caso específico do nosso objeto de estudo, do ato de saber-fazer arquitetura. A regulamentação da profissão em 1933 e os documentos/monumentos coetaneamente gerados estão na seara dos embates pela primazia da competência do conhecimento, urgente no auge da modernidade do século XX. Sempre atento à referida problemática, para que atingíssemos os objetivos propostos, ou seja, identificar dezenas de nomes anônimos na *Série Obras Particulares*, nos valem dos livros de registro mencionados. As ilações inéditas entre as duas fontes, auxiliadas pelas demais fontes

³⁹ LE GOFF, Jacques. op. cit. p.525-539.

citadas, permitiram a composição de listas com os nomes dos principais construtores da cidade, incluindo práticos (mais de 70 nomes) e diplomados. Organizamos assim dezenas de fichas (mais de 30 até o momento) com breves perfis e contextualização de atuação de cada construtor, incluindo nacionalidade, naturalidade, endereço, registros, período de atuação e obras feitas. Nossa metodologia seguiu os seguintes passos:

- a) Com os dados da *Série Obras Particulares* e dos livros de registro de construtores pudemos compor aos poucos uma lista com o nome dos profissionais mais atuantes em São Paulo entre 1893 e 1933, enquadrados na categoria de práticos;
- b) Colocando em paralelo as fontes primárias (*Obras Particulares*, *Registros e Almanques*) e a literatura especializada (fontes secundárias) passamos a elaborar os perfis de cada construtor, contexto de atuação profissional e relação e qualificação das obras realizadas;
- c) Com base na *Série Obras Particulares-SOP* relacionamos as obras realizadas por eles e as áreas de incidência dos mesmos na cidade, identificando programas e tipologias edilícias recorrentes.
- d) No imbricar das fontes, realizamos alguns estudos de caso de construtores Práticos Licenciados.

Lembramos que o recorte temporal do presente estudo deveu-se à série documental eleita para a investigação, a *Série Obras Particulares*, cujos requerimentos passaram a ser acompanhados de plantas a partir de 1893 (fato que facilita a identificação dos construtores) e os Livros de Registro que culminam com a institucionalização da

profissão pelo CREA em 1933. Todavia, estes recortes não inviabilizam, quando necessário, recuos e avanços nas suas datas limite.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Organizamos a presente dissertação em três partes. O Capítulo 1, “Os Práticos na escrita da história” trata dos mecanismos de esquecimento que por longo tempo qualificaram a arquitetura eclética como “menor” e, por conseguinte, a atuação dos construtores licenciados. Também figura no mesmo capítulo, uma análise da legislação que condicionou a ação dos práticos entre 1893 e 1933, destacando, em especial, aquelas emanadas da Diretoria de Obras da Prefeitura, em fase de organização e consolidação administrativa, estabelecendo fiscalização mais ampla sobre a produção arquitetônica privada. Entrementes, problematizamos os embates da profissão de “engenheiro-architecto” em face da presença de numerosos construtores “leigos” na cidade. No Capítulo 2, “Práticos Licenciados”: definições, identificação e perfis de atuação na cidade de São Paulo”, tratamos de identificar e caracterizar numerosos construtores até hoje tidos como anônimos, evidenciando suas origens e trajetórias profissionais, além de alguns casos exemplares apresentando documentação de cunho familiar e pessoal. E nas *Considerações Finais*, “A cidade dos práticos: nos fios e rastros de algumas trajetórias pessoais e profissionais”, buscamos fazer um balanço sobre as possibilidades de abordagem do tema biográfico, tão caro à nossa pesquisa.

1. OS PRÁTICOS NA ESCRITA DA HISTÓRIA

1.1. Questões de historiografia: os Práticos Licenciados como tema de pesquisa

Qualquer conversa informal com especialistas ou leigos sobre a história da construção na cidade de São Paulo na passagem do século XIX para o XX, geralmente revela o velho axioma de que os principais sujeitos que construíram a cidade foram mestres de obras, principalmente italianos, e que normalmente não dispunham de ensino técnico ou superior. Não há como negar certa verdade na constatação mesmo que tomada por alguns clichês. Todavia, a questão parece ser mais complexa, e a pergunta que deveria ser feita é: se eram tão importantes, por que não conhecemos os seus nomes, suas identidades, suas histórias? A resposta é por sua vez ainda mais intrincada, exigindo reflexões e pesquisas mais aprofundadas. Talvez, para começar a responder, devêssemos fazer ainda outras perguntas, não tão diretas, mas que apontam algumas pistas para a resposta da indagação principal. Por que a historiografia da arquitetura e do urbanismo não se deteve sobre esse tema? Quando o fez, por que estudou os chamados “ilustres” personagens, deixando de lado os tão requisitados mestres de obras? Podemos começar a responder de diversas maneiras. Uma delas seria constatar que não houve até o momento uma pesquisa exaustiva na *Série Obras Particulares*, corpo documental do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, que guarda a história dos pedidos feitos pela iniciativa privada ao poder municipal para construir obras novas ou fazer reformas,

entre 1870 e 1921.⁴⁰ Como demonstraremos adiante, um levantamento sistemático da documentação feito por nossas pesquisas entre 1906 e 1914⁴¹, demonstra que os pedidos assinados por construtores leigos superam em muito aqueles assinados por engenheiros-arquitetos diplomados. De fato, o estudo detido das *Obras Particulares* revela a dimensão da atuação dos mestres de obras e empreiteiros na cidade e, por conseguinte, sua fundamental importância. Porém, cabe ainda outra pergunta: Por que só agora uma pesquisa exaustiva sobre tal documentação? Para além das dificuldades de manuseio desta imensa massa documental, hoje facilitada pela informatização parcial da coleção, a memória desses construtores não esteve encoberta até agora só por conta da ausência de estudos anteriores da documentação, mas também por questões ideológicas ligadas aos conceitos de Arte e Arquitetura. Nesse sentido, por opções ideológicas, a chamada Arquitetura Eclética⁴², no Brasil, foi preterida pela Arquitetura do período Colonial, por seu caráter internacionalizante, pouco afeito a referenciar nossa identidade nacional.

⁴⁰ Tal lacuna vem sendo suprida com o projeto “Arquivo Histórico Municipal Washington Luís: A cidade de São Paulo e sua arquitetura”.

⁴¹ Atuei, como bolsista de Treinamento Técnico Nível III no projeto acima referido, no período de abril de 2007 a outubro de 2008.

⁴² Por uma definição mais ampla e adequada do termo “Eclético”, Luciano Patetta sugere uma longa duração para as variadas apropriações de estilos históricos por parte de uma burguesia em ascensão desde meados do século XVIII. A miscelânea de estilos históricos e a simultaneidade de vários “revivals” davam a tônica plural de possibilidades de uso para a moda e o gosto da burguesia em consolidação efetiva no século XIX. O Ecletismo seria a cultura arquitetônica adequada aos anseios de uma classe social imbuída de ideais progressistas e vaidosa de uma vida de conforto e benesses. Seria a cultura arquitetônica capaz de cumprir exigências tão concretas como as novas adequações de instalações técnicas, de serviços sanitários da casa, de novas tipologias de hotéis, lojas, escritórios, teatros e toda sorte de conforto material que fosse não apenas a expressão material da sociedade burguesa, mas sua própria quintessência. Numa simplificação, o Ecletismo é parte essencial da sociedade burguesa, e sua trajetória desde meados do século XIX é fragmentária, cheia de contradições e de plurais manifestações. PATETTA, Luciano. “Considerações sobre o Ecletismo na Europa”. In FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo. Livraria Nobel, 1987. p.9-27.

Partilhamos da releitura crítica de Marcelo Puppi, do que chama de modelo da historiografia da arquitetura acadêmica no Brasil, evidenciando as distorções conceituais elaboradas por alguns próceres do Movimento Moderno na arquitetura.⁴³

Sobre a contribuição essencial de Lucio Costa para a conceituação pejorativa do Ecletismo, diz Puppi:

*“O modernismo apresenta-se nos manifestos de Lucio Costa como o ponto culminante de toda a história da arquitetura (...) esta história é recortada como um processo evolutivo cujo fim último é o surgimento do modernismo. O teórico reveste-se do papel de historiador, e dá a seu programa de ação a forma dissimulada de estudo histórico.”*⁴⁴

Lúcio Costa utiliza a história como um instrumento de legitimação de suas teses. Na busca por uma interpretação nacionalista da arquitetura brasileira, o arquiteto filia a Arquitetura Moderna com o que considera a síntese da identidade nacional no passado, o Barroco Colonial. Observa Puppi:

*“Negligenciando a pesquisa concreta, Lúcio Costa constrói um modelo histórico evolutivo e totalizante: cada peça encaixa-se perfeitamente em seu lugar, ou precedendo ou sucedendo outras, de modo progressivo, numa sequência que culmina na arte moderna.”*⁴⁵

Vale lembrar que as ideias de Lucio Costa não se restringiram à Escola Carioca ou aos intelectuais do Rio de Janeiro. A presença marcante do arquiteto na organização e consolidação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual

⁴³ PUPPI, Marcelo. *Por uma História não moderna da Arquitetura Brasileira: Questões de historiografia*. Campinas, SP: Pontes: Associação dos Amigos da História da Arte: CPHA: IFCH: Unicamp, 1998.

⁴⁴ Idem, p.12.

⁴⁵ Ibidem.

IPHAN), desde sua fundação no ano de 1937, cristalizou em seus pareceres os valores artísticos e históricos dos edifícios que deveriam ser preservados pelo SPHAN. O valor artístico se pautava pelo que Lúcio Costa chamou de “boa arquitetura”, cujas características engendraram uma linha de continuidade entre o colonial e o moderno, que ele próprio representava.⁴⁶ A celeuma estética nos é contada por Maria Cecília Fonseca:

“Do ponto de vista estético, os arquitetos modernistas consideravam que, no estilo eclético, o funcional e o decorativo estavam dissociados, o que fez com que considerassem esse estilo, assim como o neocolonial, “não-arquitetura”“.

E diz ainda:

*“Do ponto de vista ideológico, as construções em estilo eclético eram consideradas transposições acríticas de influências européias, modismos das elites que aqui tentavam reproduzir o Velho Mundo”.*⁴⁷

Soma-se à concepção técnico-artística restritiva de Lúcio Costa, a idéia de que a história serviria como fonte de elucidação instrumental, apenas uma peça de um método de trabalho e não de uma metodologia de reflexão. Tais conceitos nortearam a trajetória do SPHAN. Seus critérios, sujeitos e práticas devem ser entendidos a partir do discurso, organização e posição social-profissional no universo político que agregava os modernistas. A propósito, nos diz Sérgio Miceli:

⁴⁶ Puppi nos lembra que Lúcio Costa considerava Oscar Niemeyer como o novo Aleijadinho, empreendedor da síntese moderna das tradições locais.

⁴⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. cit. Cap.5(A prática de tombamento: 1970-1990), p.189.

*“Nesse sentido o SPHAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma ‘identidade nacional’ iluminista no trópico dependente”.*⁴⁸

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve sucesso em sua trajetória. De fato, se considerarmos sua prática política, foi mesmo um sucesso retumbante conseguir dirimir e acomodar as disputas de diferentes grupos sociais e servir de arauto para a legitimação de um passado que caberia nas pretensões do Estado Novo, forjando uma identidade nacional específica e restritiva. Os Modernistas garantem a autonomia do campo artístico e levam a política, a arte e a reflexão sobre ela, para um campo supostamente isento de embates sociais e disputas entre grupos. Em sua longa e importante trajetória, o SPHAN não reconsiderou de forma efetiva o debate sobre o que é o valor histórico e artístico nacional. Sua concepção de história é forjada numa perspectiva simplificadora que se detém nos famosos e milagrosos ciclos econômicos e

⁴⁸ MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.22, 1987, p.44. Para maiores detalhes das trajetórias de intelectuais e sua relação com o poder ver MICELI, Sérgio. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945): Os intelectuais e o Estado” in: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. No caso do Estado Novo e da criação de um órgão federal de preservação do patrimônio, são ricas e carregadas de ambivalências as trajetórias de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mário foi incansável na sua luta por deslindar os meandros dos variados campos da cultura no Brasil. Sua atuação como aglutinador das características gerais do Movimento Moderno e homem de ligação entre os variados artistas e intelectuais foi essencial para a construção de nossa trajetória cultural, inclusive a de constituição do SPHAN. No entanto, Mário de Andrade também se curvou aos ditames de uma cultura restritiva, deixando-se levar pelas ideologias de seu tempo. Faz-se necessário pensar nos aspectos ambíguos do seu pensamento e nas suas crises de identidade, enquanto herdeiro de uma elite tradicional decadente e ao mesmo tempo parte do processo de miscigenação. Já o Rodrigo Melo Franco de Andrade, à frente do SPHAN por 30 anos (1937-67), na chamada Fase Heróica, foi responsável, entre outros, pela eleição da Arquitetura Colonial como representante da nossa identidade nacional

na história política oficial. De fato, dentro do universo da memória coletiva e da construção da nação, elegeu-se e se impôs uma ideologia travestida de “neutralidade”, cujos cânones nortearam a definição do que seria a “boa arquitetura” na história do Brasil, marginalizando a contribuição do Ecletismo como elemento aglutinador de historicidade e como profícuo foco de sociabilidades na cultura nacional. É significativa a especificidade da cidade de São Paulo no contexto do pensamento hegemônico de Lucio Costa, e de outros que através da ação do SPHAN elegeram a arquitetura eclética como “vilã”. Como é sabido, o intenso processo de reconstrução da cidade nas últimas décadas do século XIX vai encontrar nas influências de estilos históricos variados a plasticidade da nova arquitetura da cidade, tanto pelas mãos de Ramos de Azevedo e Giulio Micheli, entre outros, quanto pela presença marcante de mestres de obras portugueses, alemães e italianos. Nesse sentido, a São Paulo eclética não vai figurar como importante no quadro da política de preservação do SPHAN, e o ideário forjado por Lucio Costa atinge também a própria universidade, que até os anos 1980 não voltou a atenção de suas pesquisas para o patrimônio arquitetônico típico do século XIX e primórdios do XX. Ora, a nosso ver, esse modelo de pensamento, que podemos considerar de longa duração e que deitou raízes profundas em diversos estudos históricos sobre arquitetura, foi fundamental, entre outras coisas, para que os mestres de obras de São Paulo não figurassem como tema de interesse para a historiografia, disso decorrendo também o desinteresse dos órgãos de preservação na salvaguarda dos suportes materiais da memória do Ecletismo. Apenas a partir das décadas de 1970/1980, a arquitetura eclética e com ela os sujeitos que construíram a cidade entre 1880 e 1930, mereceu atenção em sintonia com movimento semelhante concebido sobretudo na França.⁴⁹ Conforme nos lembra Heliana Angotti Salgueiro, é recente a retomada do

⁴⁹ SALGUEIRO, Heliana Angotti. *La Casaque D’ Arlequin*: Belo Horizonte, une capitale éclectique au

“historicismo” e o seu reconhecimento como problema historiográfico, fugindo das amarras do Movimento Moderno.⁵⁰ Tal retomada foi responsável por uma virada metodológica nos estudos de História da Arquitetura e Urbanismo desde os anos 1980/1990 na Europa, EUA e Brasil. A mudança primou pela aproximação com a chamada Nova História Cultural, definida por Chartier como a história das representações como elementos fundantes das práticas sociais.⁵¹ Nesse sentido, acreditamos que a emergência do tema “Práticos Licenciados” é tributário da “redescoberta” de uma perspectiva imaginária da arquitetura, aliada aos estudos de cultural material e às dimensões fragmentadas da Nova História Cultural, além de contar com uma recente retomada de biografias intelectuais por parte dos estudos históricos acadêmicos.⁵²

1.2. Poder público e iniciativa privada

O controle da produção arquitetônica em São Paulo

Nas inter-relações entre poder público e iniciativa privada, vislumbram-se os elementos que condicionam a atuação dos produtores do espaço urbano. No caso específico da municipalidade paulistana nos primeiros anos do século XX, a consolidação de sua estrutura burocrática e fiscalizadora coincide com a grande expansão da construção civil, alavancada pela chegada de novos atores sociais à cidade

19e Siècle. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1997.

⁵⁰ PUPPI, Marcelo. op. cit.

⁵¹ CHARTIER, Roger. op.cit.

⁵² Para a retomada do gênero biográfico nos estudos históricos acadêmicos ver: DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

- imigrantes e ex-escravos - pelos capitais oriundos da exportação de café, pela consolidação de um especulativo mercado imobiliário e pela presença de um grande número de profissionais estrangeiros e brasileiros ligados à produção arquitetônica. Vejamos, aos olhos da burocracia municipal, aspectos dessa conjuntura.

Aos vinte um dias de outubro de 1907, o Engenheiro-Fiscal da Diretoria de Obras do Município de São Paulo, José Sá da Rocha, escrevia o seguinte parecer no verso de um requerimento que solicitava autorização para construir:

*“Não conheço rua alguma com esse nome – no arquivo d’esta Directoria – tão pouco se encontra qualquer coisa sobre Ella – É com certeza alguma das muitas ruas abertas ao sabor dos proprietários e por elles baptizadas - o que porém não basta para sua existência legal – São Paulo, 21-X-07 – José Sá Rocha”*⁵³

O trecho acima evidencia os mecanismos de controle estabelecidos pelo poder público municipal sobre a atuação da iniciativa privada no processo de construção da cidade de São Paulo no início do século XX. Refere-se ao requerimento assinado pelo empreiteiro de obras José Kanz, no qual solicita Alvará de Licença para construir uma casa simples, de três cômodos e uma latrina nos fundos, em terreno localizado no bairro do Brás, para o proprietário Paulino Pereira da Silva. A querela entre proprietário/empreiteiro e Diretoria de Obras se dá em torno de uma rua supostamente inexistente, denominada pelo empreiteiro como Rua José Kauer, travessa da Rua Joaquim Carlos. Os suplicantes insistem em dizer que a rua já estava assim denominada e que apenas seguiam a indicação de uma placa. Porém, os agentes da Diretoria de Obras prosseguem na averiguação da existência da placa e acabam por concluir que a rua não fora aberta por

⁵³ Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (AHMWL) – *Série Obras Particulares* – SOP - OP.1907.000.945

ordem da Câmara e, portanto, não constava entre os logradouros registrados pelo serviço de emplacamento da Prefeitura. Ora, essa querela, de tom pitoresco e referente a um cotidiano supostamente trivial de uma repartição pública, nos oferece um quadro vivo de embates entre um órgão, a Diretoria de Obras, que se consolidava na municipalidade desde fins dos Oitocentos, e a marcante atuação da iniciativa privada na construção da cidade no mesmo período. São fragmentos de conflitos recorrentes e identificados na ordem mais geral do desenvolvimento das estruturas de controle da municipalidade paulistana no fim do século XIX. O requerimento em questão pertence ao *Fundo Prefeitura Municipal, Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação, Série Obras Particulares* do AHMWL, corpus documental principal do estudo aqui proposto. Compreender a *Série Obras Particulares* no âmbito da gestão municipal paulistana é, sobretudo, perceber a historicidade que permitiu sua gênese como documento visceral da burocracia normativa municipal desde 1870, e sua posterior função como uma das mais importantes fontes de informação sobre as edificações particulares da cidade de São Paulo entre 1870 e 1921. Para tanto, faz-se necessário remontar à Imperial Cidade de São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, e analisar importantes mudanças operadas numa nova lógica. Em sua tese de doutoramento, *Arquitetura paulistana sob o Império*⁵⁴, o arquiteto e pesquisador Eudes Campos faz uma ampla análise da consolidação do ideário burguês na sociedade paulistana durante o transcorrer do século XIX. Evidencia a incorporação de práticas da cultura burguesa nos meandros da sociedade brasileira Oitocentista, retomando uma discussão mais geral sobre o desenvolvimento do aparelhamento burocrático-disciplinar dos Estados Nacionais

⁵⁴ CAMPOS, Eudes. *Arquitetura paulistana sob o Império*: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. 1997. 814f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU USP. São Paulo. 4v.

Ocidentais durante o século XIX.⁵⁵ Vale dizer que foi ainda durante o Império que as estruturas de controle do Estado foram aperfeiçoadas para se adaptarem às demandas materiais de uma ordem burguesa, processo intensificado com o advento do regime republicano. É nessa ordem de fatores que se inscreve a trajetória das Câmaras Municipais, desde a Constituição Imperial de 1824, que mesmo subjugadas às Assembléias Provinciais, “*constituíram o cenário político por excelência em que se desenrolaram historicamente as principais negociações e definições em relação à ordem urbanística.*”⁵⁶ Não se quer dizer com isso que a esfera local de poder se sobrepusesse à provincial ou mesmo à federal. Vale lembrar que a centralização política do Império, pelo menos desde a derrota dos Liberais de 1842, foi avassaladora, e que a Província tinha mais recursos e poder para atuar nas variadas esferas de controle do corpo social do que os municípios. São sintomáticas, nesse sentido, as especificidades da Província de São Paulo. Sabemos que desde fins do Setecentos a mesma inseriu-se na economia internacional, através de fazendeiros ligados ao cultivo da cana-de-açúcar, e que os lucros da exportação de açúcar deram o subsídio necessário para a construção de uma infra-estrutura inicial capaz de atender, em meados do século XIX, os pioneiros da burguesia cafeeira do Oeste Paulista.⁵⁷ Em última instância, diz Suely Robles:

“a cidade de São Paulo refletiu, em diferentes níveis, o vigor econômico do Estado ao qual pertencia. Qualquer que seja o ângulo ou período escolhido para conhecer-lhe a história, terá de conter uma perspectiva dinâmica e levar em conta que a referida

⁵⁵ Idem, p.6.

⁵⁶ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003, p.18.

⁵⁷ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954.” In: Porta, Paula (*) (org). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3.

*história está intimamente mesclada à do Estado, à do país e à do sistema de forças internacionais em que se insere”.*⁵⁸

Vale dizer que a própria trajetória da política e do poder público na capital paulista não pode ser desvinculada das ações da política Imperial e posteriormente da égide do ideário republicano. Entrementes, também não se pode prescindir do estudo das instâncias locais representadas pela Câmara Municipal, mesmo que muitas vezes eclipsada pelo poder regional. É de suma importância a legislação municipal para o delineamento da urbe paulistana. Dela provém a efetiva regulamentação do “fazer urbano”, relativo aos alinhamentos, arruamentos, loteamentos e controle das edificações.⁵⁹ Tal é o teor normativo dos Códigos de Posturas de 1873 e 1875 (reformulados em 1886), que além de constituírem o primeiro conjunto sistemático de leis urbanísticas da capital, foram essenciais na delimitação do espaço da rua como espaço de circulação numa lógica de sociabilidade liberal, envolvendo o recorrente debate das noções entre o público e o privado na configuração do espaço urbano de caráter burguês.⁶⁰ As posturas municipais são, segundo Eudes Campos:

*“em última análise o instrumento mais fiel para a aferição do grau de sensibilidade às questões urbanas, apresentado, se não por toda a sociedade, ao menos pelos membros da camada dirigente detentores da administração municipal em dado instante.”*⁶¹

Diversos projetos de posturas foram discutidos na Câmara principalmente a partir de 1850, num período de “renovação na cidade e início do ‘quadriculamento’ disciplinar” de ordem burguesa. Nesse sentido, segundo Campos, *“o espaço urbano da Capital*

⁵⁸ Idem, p.17.

⁵⁹ CAMPOS, Eudes. op. cit., Vol. III. Capítulo 6. p.580-612.

⁶⁰ ROLNIK, Raquel. op. cit., p.32.

⁶¹ CAMPOS, Eudes. op.cit., p.581.

*passou então a ser objeto de medidas que visavam a separação da circulação de carros e animais do trânsito de pedestres, o disciplinamento do estacionamento de carros e animais, a restrição ao comércio de ambulantes e ao exercício de atividades artesanais ao ar livre, a segregação de estabelecimentos poluidores ou perigosos etc. As vias públicas começaram a ter seu espaço hierarquizado, com a criação de passeios laterais e leito carroçável central, e nelas passou a ser aplicada nova modalidade de pavimentação.”*⁶² Quanto ao controle das edificações diz ainda, “*as águas das chuvas lançadas aos jorros pelos buzínates logo abriam crateras no leito das ruas, e para evitar esse inconveniente propôs-se na Câmara uma postura que obrigasse nos edifícios novos a instalação de calhas e condutores.*”⁶³

No entanto, à despeito das normas edilícias, a fiscalização era precária, e a sua aplicação era rara.⁶⁴ Somente a partir do último terço do século XIX, a Câmara Municipal paulistana desenvolve mecanismos mais abrangentes e organizados no tocante ao controle das construções, tentando assegurar maior regularidade e homogeneidade ao espaço urbano. Em 14 de maio 1873, é aprovado pela Assembléia Provincial o primeiro Código de Posturas da cidade. Em 1875 é substituído por outro e, finalmente, em 1886 é apenas recodificado com algumas alterações.⁶⁵ As modificações constantes evidenciam

⁶² Idem, p.593.

⁶³ Idem, ibidem.

⁶⁴ CAMPOS, Eudes, op.cit. p.596.

⁶⁵ Idem, p.597-600. Entre outras medidas as posturas de 1873 regulavam as alturas e as dimensões das partes externas dos novos edifícios e daqueles cujas frentes viessem a ser reedificadas; obrigava os prédios novos ao uso de calhas e condutores de águas pluviais e proibia definitivamente a instalação de rótulas. O código de 1875 introduz um artigo interessante e que retomaremos mais à frente quando tratarmos da atuação dos construtores Práticos Licenciados. O artigo 28 passa a responsabilizar o mestre-de-obras por um eventual fiasco da edificação por ele construída. Eudes Campos aponta para uma disputa corporativa encabeçada pelos engenheiros contra a formação “leiga” dos construtores chamados por nós de Práticos Licenciados. Não é demais lembrar que, como já apontou Campos para o período Imperial, os

os embates entre o poder público e as iniciativas individuais na construção do espaço urbano. As alterações introduzidas pelas diversas leis organizadas em Códigos de Posturas configuram aos poucos uma nova feição ao espaço da cidade e vão enfrentando, na mesma medida em que vão se organizando, a não observância da população no que toca ao seu cumprimento.

Os Códigos de Posturas chegam ao período republicano e com a mudança de regime político são alterados e ressignificados, em paralelo à consolidação de uma burocracia mais ampla. Nesse sentido, os primeiros anos da Primeira República são marcados por ações mais contundentes no que tange o controle do espaço da cidade por parte da edilidade, e a instabilidade no organograma e quadros técnicos do poder municipal dão a medida da dinâmica de transformações nas esferas pública e privada. Na passagem da Câmara da Imperial Cidade de São Paulo para a Câmara norteada pelo ideário progressista republicano, a vereança busca legitimar a nova ordem. Ruas identificadas com os arautos da monarquia foram renomeadas com os símbolos da inaugurada República, e monarquistas históricos como Antônio da Silva Prado (1840-1929) não demoraram em dar amplo apoio ao novo regime.⁶⁶ Entre 1889 e 1898, a administração municipal foi marcada por mudanças que denotavam a necessidade premente de uma estrutura de poder que contemplasse o rápido crescimento populacional e, por conseguinte, respondesse por uma grande demanda de serviços e infra-estrutura urbana. Em termos políticos, o que se verificou foi a grande instabilidade entre os grupos de republicanos históricos e monarquistas convertidos e, também, entre os próprios republicanos no seio da vereança. Em termos institucionais, a Câmara foi

construtores “leigos” detinham a maior parte do mercado das edificações particulares, e eram os grandes concorrentes dos Engenheiros-Arquitetos. Esse é um ponto visceral de nossa pesquisa e merecerá análise específica.

⁶⁶ QUEIROZ, Suely Robles de. op. cit., p.18-19.

logo substituída por uma Intendência, chamada de Conselho de Intendência Municipal.⁶⁷ Em 1892, a Lei municipal nº 1 estruturou o Conselho com quatro intendências executivas nos moldes do governo estadual: Intendência da Justiça; Intendência de Polícia, Higiene e Saúde Pública; Intendência de Finanças; Intendência de Obras Municipais.⁶⁸ Em 1893 estabeleceu-se novamente uma única intendência, chamada de Intendência Municipal⁶⁹; em 1896 restauraram-se as quatro anteriores.⁷⁰ A querela institucional só foi resolvida em 29 de novembro de 1898, quando se aprovou a

⁶⁷ “Decreto Estadual nº13 – 15/01/1890 – Dispõe sobre a administração municipal, até a definitiva constituição dos Estados Unidos do Brasil. O governo municipal dos vários municípios do Estado de São Paulo era exercido por conselhos de Intendências Municipais, nomeados pelo Governador.” Para um organograma detalhado do poder público municipal desde o período colonial ver BARROS, Liliana Schrank Lehmann de, e MOIZO, Rosana Pires Azanha. “Formação administrativa da Cidade de São Paulo”. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. 1991, p. 10-111. Vale lembrar que em 13 de novembro de 1891, a Lei nº 16 do Congresso Estadual, organizando os municípios, estabeleceu a proporção de um vereador para cada dois mil habitantes e que a Câmara da Capital teria dezesseis membros com mandato de três anos. Em 30 de agosto de 1892 dá-se a eleição da primeira câmara republicana de São Paulo, composta por dezesseis vereadores com mandato de três anos. Para maiores detalhes sobre o assunto, ver DONATO, Hernani. “Os que governaram São Paulo: 1890 a 1954.” In: Porta, Paula (*) (org). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3.

⁶⁸ BARROS, Liliana Schrank Lehmann de, e MOIZO, Rosana Pires Azanha. Op. Cit., p.38. “Lei municipal nº 1 – 29/09/1892 – Cria quatro intendências correspondentes a quatro seções. Os intendentess (vereadores) serão indicados pela Câmara para executar suas deliberações e prestação de contas de suas gestões.”

⁶⁹ Ibidem. “Lei nº 21 – 22/02/1893 – Extingue as quatro intendências; os serviços e pessoal do Tesouro ficam a cargo do Presidente da Câmara. Para a execução das leis da Câmara Municipal haverá apenas um Intendente Municipal. O Presidente da Câmara e o Intendente reorganizarão o pessoal e suas atribuições. Os dois serão eleitos por um escrutínio secreto de vereadores.”

⁷⁰ Idem, p.39. “Lei nº 203 – 27/02/1896 - Reforma as diversas repartições da Câmara Municipal. O poder executivo por quatro Intendentess: o da Polícia e Higiene, Justiça, Obras e o de Finanças. O Presidente da Câmara Municipal é o intendente de Finanças.

lei nº 374, que estabeleceu os cargos de prefeito e vice-prefeito.⁷¹ É na administração do primeiro prefeito da cidade, Antonio da Silva Prado (1899-1910), que se consolidará de forma efetiva uma burocracia mais ampla com “olhos mais vigilantes” e preocupada em dar à cidade os tons da modernidade auspiciada pela Belle Époque. Antonio Prado é figura chave e sua trajetória esclarece muitas redes de sociabilidade estabelecidas desde o período monárquico. Descende do Barão de Iguape (1788-1875), também Antonio da Silva Prado, próspero fazendeiro de cana-de-açúcar, homem de grande cabedal, que legou aos seus descendentes enorme fortuna e excelente rede de conexões políticas das quais Antonio da Silva Prado, o neto, pôde bem aproveitar.⁷² Político do Partido Conservador, ex-conselheiro do Império, ex-Ministro de Estado, ex-senador, vereador e Prefeito, Silva Prado representa a longa duração das famílias tradicionais paulistas, a riqueza dos pioneiros do café do oeste paulista, a flexibilidade do jogo político entre dois tipos de governo (o monárquico e o republicano) e a habilidade de um ardiloso empresário ao diversificar seus negócios para além dos meandros da economia do café. Sobre Silva Prado nos fala o sociólogo José de Souza Martins, *“certamente representa melhor essa elite de fazendeiros convertidos em empresários, porque realizou plenamente as possibilidades de ação empresarial abertas com a acumulação de capital com base no café (...). Prado foi fazendeiro, industrial, acionista e diretor de ferrovia, banqueiro, além de ter sido atuante político, o principal responsável pela política de imigração de mão-de-obra européia para substituir a mão-de-obra*

⁷¹ Idem, p.41. “Lei nº 374 – 29/11/1898 – Organiza o Poder Executivo que será exercido por um único vereador, sob a denominação de Prefeito Municipal. O Serviço Municipal será dividido pelo Prefeito em quatro seções: Justiça, Polícia e Higiene, Obras e Finanças (Tesouro Municipal).”

⁷² CAMPOS, Eudes, op.cit., p.7.

escrava.” ⁷³ Observando sua visão política Martins diz ainda “*a história de Prado mostra uma extraordinária competência empresarial, mas também uma extraordinária competência para administrar politicamente as transformações sociais decorrentes do influxo de capitais originários do comércio de café e do advento do trabalho livre. Prado tinha completa clareza a respeito da sociedade que decorria dessas transformações, dos valores que deveriam cimentar as diferenças de classe. E também do pacto social fundante da nova sociedade que teria a Cidade de São Paulo como seu ‘locus’ privilegiado, como seu centro de poder, até mesmo como centro de poder da estrutura republicana nacional que nascia.*” ⁷⁴ Portanto, é na ação norteadora da visão de Antonio Prado que o corpo administrativo da Prefeitura regulamentará as funções do poder, funções do viver, do habitar e do circular numa cidade em permanente transformação. No Ato nº 1 de seu governo, assinado no dia 7 de janeiro de 1899, Prado cria a Secretaria Geral da Prefeitura, ou seja, a Prefeitura Municipal, subordinando a ela as Seções de Polícia e Higiene, a Seção de Justiça e a Seção de Obras.⁷⁵ No Ato n.2 nomeia o pessoal dessas repartições. Interessa-nos de perto a constituição e desenvolvimento da Seção de Obras, na primeira década do século XX, uma vez que será a grande formuladora das normas urbanísticas e arquitetônicas predominantes na cidade durante décadas. Para tanto, passemos às linhas mestras que compõem sua história.

⁷³ MARTINS, José de Souza. “O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira”. In: Porta, Paula (*) (org). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3, p.185.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ BARROS, Liliana Schrank Lehmann de, e MOIZO, Rosana Pires Azanha. Op. Cit., p.41. “Ato nº 1 – 07/01/1899 – Todos os serviços das antigas Intendências ficam a cargo de duas repartições denominadas: Secretaria Geral e Tesouro Municipal, ambas subordinadas ao Prefeito. A Secretaria Geral terá três seções: Polícia e Higiene, Justiça e Obras. A Seção de Finanças (Lei nº374, art.2º) constitui-se em Tesouro Municipal.”

A Diretoria de Obras e as especificidades da *Série Obras Particulares*

A *Seção de Obras*, denominada posteriormente *Diretoria de Obras Públicas* (1900) e *Diretoria de Obras e Viação* (1913), foi dirigida desde 1899 por um homem no qual Antonio Prado depositava profunda confiança: Victor da Silva Freire Junior (1869-1951). Apesar de sua fundamental importância na configuração do urbanismo moderno em São Paulo, Freire e sua trajetória profissional só recentemente vem sendo alvo de estudo aprofundado, ainda inédito.⁷⁶ Alguns poucos artigos e referências ainda o deixam nas notas de rodapé da historiografia do urbanismo. No seu instigante estudo sobre os arquitetos, professores e diplomados, da Escola Politécnica, Sylvia Ficher narra a trajetória dos órgãos municipais de obras públicas e ressalta a já mencionada importância de Victor Freire à sua frente durante mais de 25 anos (1899-1925).⁷⁷ No entanto, numa nota de rodapé explica que Freire merece um estudo à parte, deixando-o de fora do quadro biográfico dos primeiros professores da Escola Politécnica, como Ramos de Azevedo, Victor Dubugras, Max Hehl, dentre outros. Num artigo intitulado “*A urbanística germânica (1870-1914). Internacionalização de uma prática e referência para o urbanismo brasileiro*”, o arquiteto e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, José Geraldo Simões Junior, aponta alguns caminhos

⁷⁶ Fazemos referência às pesquisas em andamento sobre Victor Freire, realizadas por Luis Augusto Maia Costa, orientando de Pós-Doutorado da Prof^a Dr^a Maria Lúcia Gitahy. Costa defendeu como tese de doutorado “O moderno planejamento territorial urbano em São Paulo: a presença norte-americana no debate da formação do pensamento urbanístico paulista, 1886-1919.” FAUUSP, 2006.

⁷⁷ FICHER, Sylvia. *Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo* – São Paulo: FAPESP: Edusp, 2005, p.33.

norteadores da trajetória e das influências teóricas de Victor Freire.⁷⁸ Nascido em Lisboa, em 1869, Freire se graduou Engenheiro pela Escola Politécnica de Lisboa, em 1888, e pela *École de Ponts et Chaussées* de Paris, em 1891. Vem ao Brasil em 1895, começando a trabalhar em São Paulo na Superintendência de Obras Públicas do Estado, sob a direção do Eng. Rebouças, e a seguir como chefe do 3º distrito no Serviço de Abastecimento de Águas e Esgotos das cidades do interior. No governo de Campos Salles, dirigiu um dos distritos da Comissão de Saneamento do Estado, o distrito de Santos (anos de 1897 e 1898). Em fins de 1897, passa a lecionar na Escola Politécnica de São Paulo, inicialmente como professor substituto e mais tarde ocupando o cargo de lente catedrático. Nos quase quarenta anos que permanece nesta Escola, ministra disciplinas vinculadas aos cursos de engenheiros-civis, de engenheiros-arquitetos e de engenheiros-industriais, como 'Estabilidade das Construções', 'Tecnologia do Construtor Mecânico', 'Mecânica Industrial, Motores Hidráulicos, Fábricas' e 'Tecnologia Civil e Mecânica – Materiais de Construção'.⁷⁹ Como já dissemos, Freire é convidado por Antonio Prado, em 1899, para ocupar a direção da Seção de Obras, que pelo Ato n.491, de 20 de outubro de 1900, passava a ser denominada Diretoria de Obras Públicas. Na condição de professor, funcionário chefe na Prefeitura Municipal e grande entusiasta da disciplina do Urbanismo em consolidação, Victor Freire participou de inúmeros congressos internacionais. Diz Simões Junior: *“O conhecimento científico aliado à prática profissional intensa e às constantes viagens à Europa para participar de congressos internacionais, qualificaram Freire como o pioneiro nesse traslado da experiência urbanística internacional para a realidade brasileira. Freire foi sem dúvida*

⁷⁸ SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. *A urbanística germânica (1870-1914)*. Internacionalização de uma prática e referência para o urbanismo brasileiro. Artigo publicado no sítio eletrônico do Portal Vitruvius, Arquitectos, 097.03, julho de 2008. Sítio: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq097/arq097_03.asp

⁷⁹ Idem.

o brasileiro que mais esteve presente nesses eventos internacionais anteriores à primeira Guerra Mundial, num momento em que a influência germânica era predominante nesse cenário urbanístico. Em 1900, em visita à Alemanha (Nüremberg) e França, esteve provavelmente presente na Exposição Universal de Paris e no II Congresso de Arte Pública que aí se realizava. Participou em 1910 do Congresso Internacional promovido pelo Royal Institute of British Architects (RIBA) de Londres, de diversos eventos e de uma tournée às cidades alemãs. Em 1911 visita a Exposição Internacional de Higiene da Habitação, em Dresden; e em 1913, em tournée pela Europa (quando fica licenciado durante 9 meses da Politécnica), participa dos seguintes eventos: 1º Congresso Internacional e Exposição Comparada de Cidades, realizado em Gand (Bélgica); 4º Congresso Internacional de Saneamento e Salubridade da Habitação, em Autuérpia; do 10º Congresso Internacional de Habitações Econômicas, em Berlim; e do 3º Congresso Internacional de Estradas em Londres, além de inúmeros outros no período posterior a 1916.” Tal é o sujeito à frente da Diretoria de Obras da cidade, marcado pela influência das mais modernas teorias urbanísticas então vigentes. Freire escreveu uma considerável obra, incluindo o “Plano de Melhoramentos” para o centro da cidade em 1911.⁸⁰ Nos interessa aqui a atuação de Freire e seu subordinado corpo de engenheiros no cotidiano da Diretoria de Obras, nos primeiros dez anos do século XX. São profícuas as discussões entre o Diretor Victor Freire, seus engenheiros, fiscais de distrito e alinhadores, no que tange ao trato com os requerimentos que dão entrada na Secretaria Geral da Prefeitura, solicitando alvarás de licença para construir, no período de consolidação de práticas urbanísticas de higiene e salubridade no seio do poder público municipal. Trata-se da *Série Obras Particulares*,

⁸⁰ FREIRE JR., Victor da Silva. “Melhoramentos de São Paulo”. *Revista Politécnica*, São Paulo, n33, pp.91-145.

nosso ponto de partida e de chegada, desde o começo dessa narrativa. A Série em questão foi resultado da organização e da preocupação arquivística com uma vasta documentação produzida desde 1870 pela Câmara (1870-1890), Intendência (1890-1898) e Prefeitura Municipal (1899-1921). A série só foi tratada como documento histórico, e não mais corrente, a partir dos anos 1930 e 1940, após a gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura. Hoje, como apontamos anteriormente, depositada no Arquivo Municipal Washington Luís, a Série pertence ao Fundo Prefeitura Municipal e ao sub-fundo Diretoria de Obras e Viação totalizando 429 volumes encadernados com datas entre 1870 e 1905 e mais de 900 caixas-arquivos, contendo aproximadamente 68.000 processos dos anos 1906 a 1921. No que tange ao teor dos requerimentos da Série, entre 1870 e 1893, se constituem em pedidos de alinhamento à Câmara, exigidos pelas Posturas Municipais desde os anos 1830. No caso da construção de imóveis urbanos construídos junto das testadas dos lotes, tinha de ser solicitado à Câmara o alinhamento da testada do terreno, junto da qual seria levantada a construção; no caso de imóveis suburbanos, isolados no interior dos terrenos, deveriam ser solicitados os alinhamentos dos muros externos ou dos gradis de ferro, correspondentes às diferentes testadas que eventualmente possuísse a propriedade. Em 1893, pela Lei n.38, a Intendência Municipal passou a exigir a aprovação de plantas das novas edificações e, por conseguinte, um Alvará de Licença deveria ser lavrado ou não pelos fiscais engenheiros e, a partir de 1899, pelo diretor Victor Freire.⁸¹

A Série obras particulares é vasta. Sua leitura cuidadosa nos revela os indivíduos que fizeram parte do cotidiano da cidade, justamente no período de maior

⁸¹ Tal lei é a baliza cronológica inicial de nosso recorte temporal nessa pesquisa, uma vez que a obrigatoriedade da apresentação de plantas das novas edificações facilita a identificação dos construtores responsáveis pelo projeto.

transformação. Identificam-se nomes de proprietários de perfil social variado, desde o Conde Francisco Matarazzo e seus empreendimentos industriais, até um simples imigrante italiano querendo edificar uma casa de três cômodos na várzea do Bom Retiro. No que tange à nossa temática, os construtores práticos licenciados, a documentação é rica em nomes de mestres-de-obras, empreiteiros e engenheiros-arquitetos em geral que atuaram na cidade desde 1870. Os nomes mais corriqueiros serão aqui mencionados e analisados em capítulo à parte. Por enquanto, vale lembrar que a *Série Obras Particulares* também nos fornece muitas outras informações. Podemos verificar a evolução dos materiais, técnicas e sistemas construtivos (por exemplo, a gradativa introdução do tijolo, assim como de porões e platibandas); a evolução da legislação para o ordenamento das construções (as posturas, códigos e leis) e a natureza das técnicas ligadas ao desenho arquitetônico (com plantas contendo representação de fachada, corte e elevação, tipo de tinta, papel, escalas) entre outros aspectos. No que concerne às leis que regulam a construção (os arruamentos, medidas de salubridade do interior da edificação, etc.), são instigantes os debates entre o poder público - representado pela Diretoria de Obras em consolidação, com seu corpo de funcionários chefiados por Freire - e os requerentes representados pelos proprietários e construtores ávidos por um espaço no crescente negócio da construção civil. Tomemos um exemplo corriqueiro dentre os milhares de requerimentos anuais que entravam no protocolo da Diretoria de Obras. Aos 25 dias do mês de outubro de 1907, o empreiteiro José Kanz solicitava em nome do proprietário José Ferreira do Santos:

“Diz José Ferreira dos Santos proprietário da casa nº 3 da Rua Dutra Rodrigues que desejando construir uma dispensa conforme a planta pede a necessária aprovação.

Do deferimento, Espera Receber Mercê.

São Paulo, 25-10-1907

Pela parte, José Kanz”⁸²

No dia 5 de novembro respondia o engenheiro José Sá Rocha ao Diretor Victor Freire:

“Não deve ser deferido o que se requer – é um cortiço – e o pedido de dispensa é um pretexto para aumentar o mesmo em mais um commodo. É conveniente chamar para o caso a atenção do fiscal do Districto respectivo – visto como já há na área do prédio material para construção – e estar em via de conclusão uma latrina – no fundo”

Trata-se, segundo o parecer do Engenheiro Sá Rocha, de uma casa convertida em cortiço. Interessante notar que os requerentes, principalmente o empreiteiro José Kanz - bom conhecedor dos trâmites legais da Diretoria de Obras - tentam ludibriar a ação fiscalizadora do engenheiro-fiscal alinhador Sá Rocha, que no intervalo de dez dias visitou a edificação e constatou o “encortiçamento” da mesma. Nos casos mais polêmicos, o próprio Prefeito Antonio Prado costumava intervir. No verso do requerimento pergunta ao engenheiro chefe Victor Freire:

“Qual a disposição da lei applicável ao caso?”

16-XI-907

A. Prado.”

Freire se mostra impaciente e dispara contra o prefeito:

“À Secretaria Geral,

A disposição é a seguinte:

⁸² SOP – OP1907. 000.606

Para a construção de cortiços há uma postura especial, á qual o prédio em questão não satisfaz. Ora, esse prédio está transformado em cortiço. Poder-se-á, porventura, permittir que este seja ainda augmentado?

São Paulo, 21 de novembro de 1907

O Director, Victor Freire”

Aparentemente Freire confia no julgamento de seu engenheiro subordinado Sá Rocha, mas não explicita a disposição legal que define a construção de cortiços. A querela continua e Freire é mais uma vez questionado. Desta feita, responde anexando uma cópia do Padrão Municipal, sublinhando a lápis os quesitos não satisfeitos pela edificação. Os quesitos estão no **Capítulo VI** que dispõe sobre **Cortiços, casas de operários e cubículos** nos seguintes artigos:

“- Art. 1ª – Haverá uma área na frente das habitações, podendo parte ser reservada a um pequeno jardim e o resto calçado. Esta área será na razão de 30 metros quadrados para cada habitação, sendo toda calçada, caso não reserve alguma porção para jardim.

- Art. 2ª – Haverá um poço ou torneira com água e pequeno tanque de lavagem para cada grupo de seis habitações no máximo.

- Art. 3ª - Haverá uma latrina para cada grupo de duas habitações. Estas latrinas terão água sufficiente para o aceio necessário.

- Art. 4ª – A área commum das frentes das habitações ou arruella de passagem, deverá ser convenientemente arborizada.

- Art. 6ª – Cada habitação deverá ter uma área calçada, de serviço interior, com 12 metros quadrados pelo menos.

- Art. 14ª – Cada habitação deverá ter pelo menos três commodos e cada comodo não poderá ter área menor de 7,50 metros quadrados.”⁸³

Freire se vale do Código que remonta à reorganização das Posturas Municipais em 1886, tratando da padronização dos cortiços, e ao Código Sanitário de 1894.⁸⁴ A tônica era a de salubridade e higiene das edificações, ameaçadas a todo instante pelos “infectos cortiços”. À respeito analisa Campos:

“Essas moradias insalubres desde alguns anos vinham infestando a Capital, constituindo a face ‘negra’ da expansão econômica e física da cidade, então sujeita a um processo de notável incremento populacional. A falta de moradia já era sentida nos últimos anos de 1850, no tempo em que ainda se sonhava com a construção da estrada de ferro inglesa, e só se agravou com o passar das décadas. Os aluguéis eram exorbitantes e as construções oferecidas, velhas e malsãs. Ao proletariado nascente não restava senão amontoar-se em pardieiros ou em sórdidos cubículos erguidos pelos especuladores”⁸⁵ A lei n.13, de 27 de março de 1886, incorporada ao código em reestruturação, definia que os cortiços deveriam ser construídos em terrenos com mais de 15m de largura, observar um espaço mínimo de 5m em cada linha de cortiços e, em caso de ser constituída cada unidade por único cômodo, este deveria ter pelo menos 5m² de área.⁸⁶ A altura das construções do solo à cimalha deveria ser de 4,50m e o piso elevado 0,20m do solo. As janelas deveriam ter ao menos de 0,90m a 1m de largura e o

⁸³ Cópia do Padrão Municipal anexada à OP1907. 000.606.

⁸⁴ CAMPOS, Eudes. op.cit., p.602.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Idem, p.603.

dobro correspondente de altura.⁸⁷ Eudes Campos ainda aponta que o último Padrão Municipal do Império passou a vigorar em 16 de fevereiro de 1889, já admitindo características ecléticas nas construções, como os balcões de madeira para complementar construções do tipo chalé nas residências suburbanas.⁸⁸ No que tange aos cortiços, o “padrão” não mais permitia sua construção no “perímetro central”, numa clara tentativa de elitização do coração da cidade. As iniciativas de intervenção por parte da municipalidade nas moradias operárias e nas casas simples de três cômodos, em geral, já eram preocupações das autoridades imperiais. O “padrão” anexado por Victor Freire, ao qual nos referimos acima, ainda é tributário daquele que entrou em vigor no início de 1889 e suas polêmicas ainda eram de certa forma as mesmas. Carlos Lemos também tratou das normativas em seu livro “A República ensina a morar (melhor)”.⁸⁹ Valendo-se também da *Série Obras Particulares*, entre 1893 e 1907, Lemos elencou 317 plantas submetidas à Diretoria de Obras, numa tentativa de compreender como a legislação republicana foi buscar subsídios no positivismo higienista para interferir nas estruturas internas das habitações, principalmente buscando “ensinar” a devida profilaxia às centenas de milhares de moradores de habitações coletivas, especificamente os cortiços e as casas operárias, desprovidas de insolação, ventilação, de recuo lateral, de pé-direito adequado, de porão e outros itens integrantes do mesmo ideário. Lemos aponta que somente na República as autoridades conseguiram chegar à privacidade do interior das habitações, qualificando as maneiras de bem construir e habitar. Neste sentido partilhamos de sua interpretação e identificamos, no caso do município de São Paulo, os artífices desse processo. Nos dez primeiros anos da atuação de Freire e sua equipe à frente da Diretoria de Obras, foi-se estruturando uma burocracia

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Idem, p.606.

⁸⁹ LEMOS, Carlos. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

meticulosa para conseguir paulatinamente exercer o controle sobre a expansão urbana desenfreada e intervir nas estruturas internas e externas das edificações, garantindo maior insolação, ventilação e salubridade, como mandava o ideário higienista cientificista. Tais medidas resultaram em debates e tensões entre os representantes da iniciativa privada (construtores e proprietários) e a burocracia administrativa aqui, como bem demonstram muitos requerimentos da *Série Obras Particulares*. No caso do requerimento exemplificado, o desfecho da querela entre Freire, Antonio Prado e os requerentes, coube ao próprio Prefeito, que indeferiu o pedido de licença, acatando as determinações do Diretor Engenheiro Victor da Silva Freire Jr. Entre 1906 e 1914, pudemos averiguar cerca de 10 mil requerimentos e, preliminarmente, esboçar algumas conclusões à respeito dos construtores que analisaremos mais adiante. Quanto ao cotidiano da repartição, não há como subestimar a capacidade de fiscalização da Diretoria de Obras. Seu corpo de funcionários está presente nos milhares de canteiros de obras espalhados pela cidade, ora autorizando, ora embargando as obras não condizentes com o padrão legal. Há que se pensar também na contravenção e nas inúmeras pessoas que passaram ao largo do controle da Prefeitura, pois foram inúmeros os proprietários que começaram a construir sem a prévia autorização competente e assim foram multados pelo fiscal do distrito. Mesmo que muitos tenham escapado ao fisco, o trabalho de Freire e equipe foi zeloso e atento às diretrizes do ideário da cidade salubre e organizada, mesmo tendo de ir de encontro com soluções de milhares de pessoas desprovidas de capital que tentavam ter um mínimo de teto. No tocante à clandestinidade, é instigante a discussão da Prof^a Marta Grostein, quando trata do papel da irregularidade e da clandestinidade como elementos norteadores da expansão urbana de São Paulo.⁹⁰ Diz Grostein:

⁹⁰ GROSTEIN, Marta Dora. *A cidade clandestina: os ritos e os mitos*. O papel da “irregularidade” na

*“o rito da desobediência, esse é o mote que acompanha a urbanização do município de São Paulo: por um lado um Estado que a nível do discurso afirma uma posição controlista nos moldes do que ocorria nos centros urbanos desenvolvidos da Europa e Estados Unidos; por outro, uma realidade que impunha limites a esse Estado devido tanto à falta de pessoal qualificado disponível para essa tarefa, quanto – e o que era mais grave – à recusa da sociedade em aceitar restrições impostas pelo Estado ao exercício de algo por ela considerado seu direito inquestionável.”*⁹¹ Não há como negar a relação entre a ação e omissão do poder público no vertiginoso crescimento da cidade e, por conseguinte, a irregularidade norteadora muitas práticas de construção do espaço urbano. Todavia, ainda no Império havia a premente preocupação com o controle de tal expansão, como bem evidencia o Código de Posturas de 1886. Quanto ao pessoal qualificado, Freire e seu corpo de engenheiros representam, já sob a égide da República, o início de um não total, porque improvável, mas um contundente controle sobre as práticas do fazer urbano, ainda hoje minimizadas pela historiografia, que não levou em conta uma análise mais detida da *Série Obras particulares*. Podemos afirmar que, pelo menos no perímetro central e nos bairros adjacentes (dentre eles Brás, Mooca, Liberdade, Bela Vista e Bom Retiro), desde o início do século XX, a fiscalização da Diretoria chegou e deu a tônica do traçado urbano no que tange ao arruamento e à estruturação das edificações. Victor Freire, José Sá da Rocha, Luis Bianchi Beraldi e Arthur Saboya são os principais engenheiros envolvidos na estruturação desse processo, e seus pareceres podem ser vistos no verso dos milhares de requerimentos da documentação aqui em questão. A partir da prática cotidiana dos mesmos, Freire escreve, em 1911, o estudo sobre os “Melhoramentos de São Paulo” e, numa parceria

estruturação do espaço urbano no município de São Paulo. 1900-1987. Tese de Doutorado – FAU-USP, 1987.

⁹¹ Idem, p.10.

com o engenheiro vice-diretor da mesma Diretoria de Obras, Eugenio Guilhem, concorre com engenheiro Samuel das Neves (representante do Estado na Secretaria de Agricultura e Obras Públicas) num projeto de reformulação da região central.⁹² Freire convida ainda, através da Câmara Municipal, o urbanista francês Antoine Bouvard. Este apresenta um terceiro projeto parecido com o de Freire, que previa a criação de um parque nas Várzeas do Anhangabaú e do Carmo, bem como o alargamento de algumas vias, como a Líbero Badaró.⁹³ Em 1913, reformula a Diretoria de Obras passando a denominá-la de Diretoria de Obras e Viação (Atos n.573 e n.574 de 16 de abril) e distribui suas atividades em três seções técnicas. A 1ª era responsável pelos projetos, contratos de obras de arte e arquitetura, da planta da cidade e de alinhamentos e licenças para edificações particulares; a 2ª deveria controlar a implementação de estradas, ruas e calçamento; a 3ª cuidaria da conservação do calçamento e do material. As três seções juntas contavam com um quadro de quinze engenheiros.⁹⁴ Finalmente, através do Ato n.849, de 27 de janeiro de 1916, e do Ato n.900, de 17 de maio, Freire levou a cabo o primeiro Código de Obras da cidade, produto direto de seus estudos e de sua experiência à frente da Diretoria de Obras e Viação. Ora, não podemos dizer que a ação de Freire alcançou um plano de conjunto para a cidade, mas sem dúvida é divisora de águas na História do Urbanismo e da municipalidade. Nosso intuito nessas breves linhas foi evidenciar a importância das tensões e debates entre poder público e a iniciativa privada a partir do prisma apresentado pela *Série Obras Particulares*, sobretudo porque ela é o ponto de partida e o corpo documental principal desta pesquisa, por ter nos seus inúmeros registros, os nomes, ruas, edificações e clientes relativos à atuação dos mais diversos construtores da materialidade da cidade. A Série nos permite trilhar os

⁹² FICHER, Sylvia. op. cit., p.36.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Idem, p.35.

caminhos de construtores brasileiros e estrangeiros, que nas duas primeiras décadas do século XX dispunham de um prestígio ímpar na construção civil, mesmo não fazendo parte do grupo dos poucos engenheiros e arquitetos diplomados. São eles os Práticos Licenciados da construção civil, homens de reconhecida competência, autores de boa parte das obras arquitetônicas ecléticas de São Paulo, entre 1880 e 1920.

1.3. Aspectos do processo de controle das profissões relacionadas à construção civil em São Paulo

Os embates da profissão: Engenheiros-Arquitetos e Práticos Licenciados

Nosso intuito, aqui, é entender quais mecanismos foram estabelecidos pelo poder público municipal e provincial/estadual para controlar a atuação dos profissionais da construção civil. Engenheiros-arquitetos e mestres-de-obras disputavam o mercado da construção de forma acirrada desde o último terço do século XIX. No âmbito dos poderes públicos, provincial e municipal, a lógica da racionalidade, da técnica e da especialização da ciência levou paulatinamente à substituição e/ou criação de cargos que foram ocupados por engenheiros-arquitetos de formação acadêmica, oriundos de Escolas Politécnicas e Escolas de Engenharia e Arquitetura. Isso significa que os tradicionais mestres-de-obras, e outros de ofícios mecânicos em geral, passam a declinar paulatinamente no quadro de funcionários das repartições de obras do estado e da municipalidade. O controle sobre o exercício da profissão se deu por duas vias que se legitimavam mutuamente. A primeira, se dava a partir da reestruturação dos poderes públicos, já na República, estadual e municipal, que exigia um nível técnico compatível com a burocracia em expansão. Por conseguinte, buscava legitimar e consolidar certa

credibilidade aos olhos do público, através de quadros técnicos compostos por engenheiros-arquitetos diplomados. A segunda, se dava a partir da corporação de classe, ou seja, pelas pressões exercidas pelos profissionais diplomados sobre o poder público, no intuito de regulamentar a profissão e afastar a concorrência de profissionais considerados “não qualificados”.

Portanto cabe agora explorar a inserção dos profissionais relacionados à construção civil no âmbito do ideário da modernização material pela qual passou a Província e a cidade de São Paulo a partir da segunda metade do século XIX, para depois proceder à análise de alguns registros de atuação elaborados por repartições públicas estaduais e municipais. Vamos nos valer, principalmente, da pesquisa de Eudes Campos, que trata da ação de engenheiros, arquitetos e mestres-de-obras no período Imperial.⁹⁵ Para a República nos valeremos do trabalho de Sylvia Ficher, “Os arquitetos da Poli”, no qual a autora discute a institucionalização da profissão, os profissionais e o mercado de trabalho em São Paulo entre 1894-1947.⁹⁶ Antes de partir para a definição do perfil do Prático Licenciado, faz-se necessário compreender o estado e “status” da profissão de engenheiro e arquiteto às vésperas do regime republicano e como o poder público foi estabelecendo um controle sobre a profissão e definindo competências. Partilhamos das interpretações de Eudes Campos ao entender que, no século XIX, a categoria profissional dos engenheiros assume o papel de agente ideológico, no intuito de concretizar a modernização material pretendida por setores da elite dominante atenta às realizações dos demais centros urbanos da economia mundial capitalista. Nesse sentido, Campos reconstitui o que chama de panorama geral da evolução do exercício profissional dos engenheiros na cidade e na Província de São Paulo ao longo do período

⁹⁵ CAMPOS, Eudes. op.cit., Cap.II. p.62-209.

⁹⁶ FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli...* op.cit.

Imperial. Não esmiuçaremos aqui o que o autor já fez no capítulo II de sua tese de doutoramento, mas lhe tomaremos de empréstimo alguns fatos, dados, suposições e interpretações. Como é sabido, mesmo depois da extinção das corporações de ofícios mecânicos pela Constituição de 1824, a arquitetura civil, principalmente a doméstica, esteve a cargo dos mestres-de-obras, sobretudo de portugueses e alemães, no caso paulista.⁹⁷ No entanto, o crescente discurso técnico-científico, atrelado às ideias liberais entre os estratos sociais dominantes, começa amiúde a valorizar a técnica comprovada de profissionais que passaram pelas escolas de engenharia e arquitetura típicas do ideário científico iluminista. Ao longo da segunda metade do século XIX, a condição do engenheiro-arquiteto diplomado passa a se consolidar nos mecanismos de legitimação estabelecidos pela Província e também pela Câmara Municipal. Tudo isso ocorre não sem embates e referências pessoais e profissionais marcantes. São instigantes e pitorescas algumas passagens estudadas por Campos relativas ao exercício da profissão sem a “devida” qualificação.⁹⁸ É o caso de Antônio Bernardo Quartim, protagonista do primeiro embate público entre um engenheiro e um empresário leigo (Quartim) no ramo da construção civil. Quartim fora nomeado por João Theodoro, presidente da Província de 1872 a 1875, para ser empreiteiro de obras públicas, ficando a cargo da construção e reforma de importantes edifícios. No entanto, suas obras foram logo dando sinais de falhas imperdoáveis, sendo atacadas pelos deputados opositores da Assembléia Provincial, que denunciavam a má construção do Mercado Novo encabeçada por

⁹⁷ CAMPOS, Eudes. Op.Cit., p.173-174. O autor chama a atenção para a falta de mão-de-obra qualificada na Província. “(...) Na província de São Paulo havia grande escassez de mão-de-obra, mormente de mão-de-obra qualificada. Se por uma lado é inegável que esse estado de coisas fora herdado dos duros tempos da colônia, por outro, devemos admitir que a extinção das corporações de ofícios mecânicos pela Constituição de 1824 só tenha contribuído para acentuar a gravidade da questão.”

⁹⁸ Idem, p.94.

Quartim.⁹⁹ Além de não possuir formação profissional como engenheiro, a atuação de Quartim foi desastrosa por sua visível incompetência, denunciada anonimamente e logo depois diretamente pelo engenheiro Azevedo Marques no jornal a *Província de São Paulo*.¹⁰⁰ O interesse do episódio, narrado em detalhes por Campos, reside no fato do Presidente da Província, João Theodoro, não se valer de um quadro de engenheiros comprovadamente capacitado e formado para constituir a chefia das obras públicas da Província, numa época em que o discurso técnico-científico auspiciado pelo corporativismo dos engenheiros exigia a estabilização e o reconhecimento da profissão. De fato, a persistência dos órgãos públicos em continuar se valendo de profissionais ditos não capacitados se insere na longa duração da atuação das corporações de ofícios mecânicos nas esferas do poder público. Em contrapartida, as transformações decorrentes da implantação da Estrada de Ferro Inglesa, a partir de 1867, das melhorias urbanas atreladas à economia em crescimento e dos investimentos na construção de moradias de aluguel e de edifícios comerciais, atraem muitos engenheiros para a Capital, levando-os não só a ocupar cargos públicos tradicionalmente exercidos por mestres de ofícios mecânicos, mas também ao trabalho na construção civil e à inevitável concorrência com os mestres-de-obras.¹⁰¹ Portanto, o último terço do século XIX é marcado tanto pela atuação de uma categoria de engenheiros já saídos da esfera de uma engenharia enciclopédica e, portanto, mais racional e científica (especializada), quanto por mestres-de-obras que reiteram e ressignificam uma condição anterior. Reiteram porque era na mestrança que a arquitetura civil encontrava seus profissionais e se ressignificava porque a grande quantidade de imigrantes, particularmente os italianos, veio transformar sobremaneira a construção civil paulistana e o próprio “status” da

⁹⁹ Idem, p.96.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ Idem, p.110.

profissão. Colocadas algumas linhas iniciais dos embates e tensões da profissão, passemos à análise dos registros legais em repartições públicas da atuação dos profissionais da construção civil.

As formas de registros da profissão

Foi durante a República Velha (1889-1930) que se elaborou a principal legislação, nos âmbitos estadual e municipal, a respeito da atuação de profissionais da construção civil em São Paulo sem, no entanto, regulamentar de vez o exercício da profissão de engenheiro e arquiteto. Porém, foi ainda no Império que a questão começou a ganhar forma. No âmbito da municipalidade, O Código de Posturas de 1875 incluía em um de seus artigos restrições aos mestres de obras:

*“O Código de 1875 é ainda notável por ter introduzido no seu artigo 28 a responsabilização do mestre-de-obras pelos erros de construção que eventualmente o edifício sob sua incumbência viesse a apresentar. Supomos que tal medida tenha sido tomada em decorrência dos fatos já narrados relacionados com a má edificação do palácio da Escola Normal, sob o encargo do famigerado Antônio Bernardo Quartim. Não é também de desprezar a possibilidade de haver sido fruto da campanha corporativa desencadeada pelos engenheiros contra construtores leigos (grifo nosso), que ainda detinham em suas mãos a maior parte do mercado das edificações particulares.”*¹⁰² Mesmo com o artigo específico, a normativa legal de âmbito estadual e municipal não estabelecia interdição relativa à atuação dos mestres de obras na iniciativa privada, uma vez que havia poucos profissionais qualificados para atuar na

¹⁰² CAMPOS, Eudes. op.cit., p.599.

construção civil e na arquitetura doméstica. Todavia, o crescente prestígio da profissão de engenheiro e o crescimento vertiginoso da cidade, fatores já apontados acima, levam a categoria aos embates pela consolidação de sua atuação num promissor mercado de trabalho.¹⁰³ Desta feita, os engenheiros contam com apoio da institucionalização do ensino a partir do modelo politécnico francês. O discurso da técnica e da racionalidade científica se legitimam com o 1º regulamento da Escola Politécnica de São Paulo, através da Lei Estadual n.191, de 24 de agosto de 1893. Os cursos de engenheiro civil, industrial ou agrícola abriram suas portas em fevereiro de 1894 e seus primeiros professores eram na sua maioria formados por instituições similares na Europa e nos EUA. De fato, a passagem do século XIX para o XX registra em São Paulo a presença de múltiplas nacionalidades e variados tipos de formação profissional. São engenheiros-arquitetos suecos, alemães, franceses e ingleses convivendo com brasileiros, italianos e portugueses. O mesmo se dá entre inúmeros mestres de ofícios formados pelo Liceu de Artes e Ofícios ou pela tradição prática entre as gerações de artistas em geral.¹⁰⁴ Tal problemática será abordada mais a frente, cumpre dizer que tais pluralidades foram constatadas pelos registros da municipalidade em sua época de expansão e consolidação burocrática. Para que pudéssemos esclarecer se um nome encontrado na documentação da *Série Obras Particulares* era ou não de um profissional da construção civil (sendo ele um mestre de obras ou um engenheiro), recorremos aos registros disponíveis a partir das disposições legais e confrontamos com os nomes recorrentes nas obras particulares. O resultado foi surpreendente e nos deu a dimensão da atuação dos Práticos Licenciados, chamados por nós, até o momento, de mestres de obras e empreiteiros. São

¹⁰³ FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli...* op.cit., p.25.

¹⁰⁴ GITAHY, Maria Lucia Caira. “Qualificação e urbanização em São Paulo: A experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934)”. In: RIBEIRO, Maria Alice. (coord.) *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986

três os registros principais encontrados, que passaremos a analisar à luz da legislação e dos embates pela regulamentação da profissão de engenheiro e arquiteto.

Registro de Empreiteiros de Obras (1894-1904)

Estes são o resultado da problemática aqui apresentada: a consolidação da burocracia administrativa municipal paulistana e a institucionalização da profissão de engenharia e arquitetura, o que inclui a situação profissional dos tradicionais mestres de obras. Decerto que não são os únicos registros relativos às profissões na longa duração que abarcam, mas são pontos de virada na relação engenheiro-arquiteto, mestre de obra, regulamentação da profissão. O Registro de Empreiteiros de Obras (1894-1904) confunde-se com a organização da Diretoria de Obras municipal aqui analisada no item 2.2. Caracteriza-se em **1894** por um registro simples, com os nomes e impostos pagos pelo empreiteiro, e relaciona-se com o pagamento de impostos sobre indústria e profissão exigidos pela municipalidade. O que chama atenção no registro são as categorias de impostos pagos pelos empreiteiros. Em **1894**, os profissionais que pagavam “100\$000” (cem mil réis) tinham escritório profissional já estabelecido e são na sua maioria engenheiros-arquitetos diplomados. É o caso de Ramos de Azevedo, que aparece como “Dr. Ramos de Azevedo”, pagando a soma de “100\$000” para atuar no ano de 1894. Nesse momento, Ramos de Azevedo já havia se estabelecido como o mais influente engenheiro-arquiteto da cidade, construindo obras públicas monumentais e palacetes para famílias ricas e profissionais liberais.¹⁰⁵ O curioso é que há também empreiteiros mestres de obras pagando a soma de 100\$000, como Joaquim Carlos

¹⁰⁵ FICHER, Sylvia. Op. Cit., p.54.

Augusto Cavalheiro e Carlos Milanese, ambos com intensa atuação desde 1894. Em **1897**, os registros passam a incluir a categoria “classe” para os empreiteiros. Os de “2ª classe” pagam a soma de “200\$000” em impostos, e mais uma vez são geralmente os diplomados com escritório técnico como Ramos de Azevedo, Giulio Micheli (arquiteto italiano), com escritório técnico nos anos de 1890, Augusto Fried (alemão) e Carlos Eckman (sueco e sócio de Fried). Entre os que são de “4ª classe” e pagam “100\$000” estão atuantes mestres de obras de origem lusa, itálica e germânica como Manoel Belleza, Joaquim Belleza (origem portuguesa); Sante Bertolazzi, Narcizo Frediani (italianos); Jorge Müller (germânico). Os tipos de pagamentos exigidos se referem à Lei n.286, de 10 de novembro de 1896, que estabelecia uma tabela sobre impostos de Indústrias e Profissões. Os “Architectos” se enquadravam na categoria B, ou Segunda Classe, devendo pagar a soma de 200\$000, e os mestres de obras na categoria D, ou quarta classe, pagando a quantia de 100\$000. No entanto, engenheiros com escritório estabelecido também se enquadravam na “quarta classe”, fato que evidencia as fronteiras tênues entre as profissões de engenheiro, arquiteto e mestre de obras naquele momento. Disso decorre a denominação genérica que aparece na documentação, uma vez que todos(mestres, engenheiros e arquitetos), são geralmente denominados “empreiteiros de obras” ou “contratadores de obras”. Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro, que em 1894 havia efetuado o pagamento de 100\$000 (mesma quantia paga por Ramos de Azevedo naquele ano), em 1897 estava enquadrado na “quarta classe” como mestre de obras e pagando ainda a mesma quantia, ao passo que Ramos de Azevedo e Giulio Micheli estavam categorizados como arquitetos na “segunda classe”, pagando 200\$000. Aos poucos vai se estabelecendo uma diferenciação através das normativas legais, processo que só vai se completar com a regulamentação da profissão em 1933. De fato, como apontamos anteriormente, os registros e suas formas de

denominar refletem o “status” da profissão na passagem do século, quando poder público e a regulamentação da profissão ainda estavam por serem organizados. Em 1899 os registros incluem o endereço do empreiteiro sem, no entanto, definir se é residencial ou do seu escritório de trabalho. Muitos possuíam escritório na própria residência e outros estabeleciam escritório num espaço mais próximo ao perímetro central, buscando maior visibilidade. Cumpre dizer que esses registros são esparsos e pouco organizados. No entanto, são importantes por guardarem parte dos profissionais que atuaram na virada do século e que se tornaram referências fundamentais nas suas respectivas áreas (espaços da cidade e categorias profissionais) de atuação.

Livros de Registro de Construtores (1925-1928)

Tais registros encerram inúmeras informações e correspondem ao período em que o mercado de trabalho e a consolidação da profissão já estavam bem estruturados e dominados, geralmente, por escritórios técnicos de engenheiros-arquitetos diplomados. Correspondem também às leis e decretos que aos poucos regulamentavam o exercício da profissão nos primeiros 25 anos do século XX. Tal legislação é resultado da estruturação do poder público sobre o crescimento urbano e das pressões de agremiações de classe para restringir aos engenheiros-arquitetos diplomados o exercício da profissão. Informa-nos Sylvia Ficher que, já em 1886, o Instituto Politécnico Brasileiro encaminhava ofício ao Ministério da Agricultura e Obras Públicas exigindo medidas restritivas para o exercício da engenharia e da arquitetura.¹⁰⁶ O argumento sempre levava em conta a preservação da importância do mestre de obra, todavia

¹⁰⁶ FICHER, Sylvia. op.cit., p.178.

ênfatizava a necessidade de disposições legais para impedir a concorrência com indivíduos sem a devida habilitação técnica.¹⁰⁷ Na República a questão não se altera, mas é sensivelmente agravada com a institucionalização do ensino técnico da Arquitetura e da Engenharia tanto da Escola Politécnica (1894) quanto da Escola de Engenharia do Mackenzie (1896). Ficher argumenta, *“no caso da cidade de São Paulo, após vinte anos de funcionamento de duas escolas de engenharia, o efeito quantitativo do ensino institucional começava a se fazer sentir pelo aumento considerável no mercado de trabalho de engenheiros e arquitetos diplomados: proprietários de construtoras, empregados de firmas particulares ou funcionários nos serviços públicos estaduais e municipais.”*¹⁰⁸ Tal ordem de fatores permitiu o fortalecimento do discurso pela regulamentação da profissão no Instituto de Engenharia, fundado em 1916, e liderado pela elite da engenharia paulista. Essas iniciativas se traduziram em leis. Através da Lei Municipal n.2332, de 9 de novembro de 1920, elaborada pelo vereador e engenheiro Heribaldo Siciliano, estabelecia-se um padrão municipal mais rigoroso para as obras particulares, dispondo sobre a responsabilidade na aprovação de plantas junto à Diretoria de Obras e Viação. Em seu artigo 50, determinava “que para dirigir as obras de qualquer edificação é necessário que o construtor tenha diploma ou título registrado na Prefeitura e haja pago os devidos emolumentos”.¹⁰⁹ Esta foi a primeira tentativa em âmbito municipal, depois de 20 anos de funcionamento da Diretoria de Obras, com o engenheiro Victor Freire na sua direção. No entanto, tal artigo foi revogado pelo legislativo estadual, ainda em dezembro de 1920, indicando ainda a forte presença dos “leigos” ou práticos no negócio da construção civil. A querela continua e, em 1924, a Assembléia Estadual aprova a Lei n.2.022, de 27 de dezembro, primeira lei de fato

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Idem, p.178.

¹⁰⁹ Idem, p.179.

implantada no Brasil para o controle do exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Porém, a Lei n.2.0222 não contemplava as pressões dos diplomados, por não excluir de fato a atuação dos práticos, apenas exigindo dos mesmos um registro na *Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, desde que comprovassem cinco anos de exercício da profissão no estado de São Paulo.¹¹⁰ Se o prático comprovasse experiência documentada na execução e direção de obras, receberia um “título de licença” e se tornaria, por conseguinte, um “Prático Licenciado”. Tal é a interpretação que partilhamos com Sylvia Ficher, que enfatiza o sectarismo de muitos diplomados contra mestres de obras, ou melhor, contra Práticos Licenciados italianos e portugueses, que haviam sido licenciados com o título de arquitetos pela Secretaria de Agricultura. Porém, a exemplo da Lei Estadual 2.022 permitia o registro de práticos com a devida comprovação. Quanto aos Livros de Registro de Construtores (1925-1928), são resultado da Lei Municipal n.2.986, de 7 de julho de 1926, de autoria do engenheiro e então vereador Alexandre de Albuquerque, veemente defensor da regulamentação da profissão desde seus tempos de recém formado, no início do século. Porém, a exemplo da Lei Estadual 2.022, a Lei n.2.986 permitia o registro de práticos com a devida comprovação profissional. Os livros nos dão um bom panorama dos construtores atuantes na década de 1920 no âmbito da municipalidade. Diferentemente dos registros da passagem do século, os livros de registro possuem informações sistemáticas como nacionalidade, endereço residencial e de trabalho (escritório), número do registro e categoria. São repletos de práticos italianos, portugueses e brasileiros, alguns deles atuantes desde o começo do século e encontrados no Registro de Empreiteiros de Obras (1894-1904). É o caso do mestre de obras italiano Antonio Cavichioli, registrado em 1895 como empreiteiro e, em 13 de março de 1926, como

¹¹⁰ Ibidem.

construtor, com a Licença de Arquiteto nº226 pela *Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. É um bom exemplo de mestre de obras italiano que atuou nos anos da expansão urbana e da consolidação da Arquitetura Eclética.

Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção (1934-1950)

Os Livros de Registro de Práticos Licenciados da Construção, datados de 1934 a 1950, constituem o ponto culminante dos embates pela regulamentação da profissão. São resultado direto da crescente pressão das corporações de classe representadas em São Paulo pelo Instituto de Engenharia e pelo Instituto Paulista de Arquitetos.¹¹¹ Entrementes, com a falência do liberalismo oligárquico, liderado pelos paulistas, abriu-se caminho para a Aliança Liberal e para o Governo Provisório de Vargas que, nacionalista e corporativista, foi o arcabouço ideal para os anseios também corporativistas da classe de engenheiros e arquitetos. Nesse sentido, depois das inúmeras vicissitudes apontadas, uma comissão nomeada pelo Ministério do Trabalho, criada pelo Governo Vargas, elaborou um anteprojeto de lei e deu redação definitiva ao Decreto Federal n.23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regulamentava-se assim a profissão.¹¹² A respeito reflete Ficher, “*o decreto se caracterizou pela adoção intransigente de uma doutrina de proteção ao título acadêmico, restringindo o exercício da profissão aos portadores de diploma. Ainda que reconhecesse a figura dos não-diplomados e garantisse algo de seus direitos adquiridos, determinava medidas discricionárias muito fortes.*”¹¹³ Na parte que toca os práticos e a sua atuação para a iniciativa privada, “*conforme o art.3º eram respeitadas as licenças expedidas por órgãos estaduais e municipais até a data de publicação do decreto, porém, a critério do*

¹¹¹ FICHER, Sylvia. op.cit., p.180.

¹¹² Idem, p.188.

¹¹³ Idem, p.189.

respectivo CREA. A pior discriminação, contudo, encontra-se em seu parágrafo único: ‘Os profissionais de que trata este artigo perderão o direito às licenças se deixarem de pagar os respectivos impostos durante um ano, ou se cometerem erros técnicos ou atos desabonadores, devidamente apurados pelo Conselho de Engenharia e Arquitetura’, penalidade a que não estava sujeito o profissional diplomado caso fosse inadimplente ou cometesse erros técnicos e atos desabonadores.’”¹¹⁴ Mesmo diante do decreto, ainda continuaram atuando alguns práticos de longa data. Todavia, o golpe normativo foi certo, lhes tirando na letra da lei a possibilidade de integrar a profissão. O decreto legitimou de vez a institucionalização como forma mais “competente” de formação profissional. Os tempos já eram outros e daí em diante os mestres de obras seriam lembrados como aqueles que riscavam com a ponta do guarda-chuva suas plantas, numa interpretação corriqueira e pejorativa daqueles que foram outrora os principais artífices da arquitetura paulistana.

Os Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção (1934-1950), aqui em questão, são referentes aos registros da “Diretoria de Obras e Viação - 5ª Secção”, órgão da municipalidade, e ao “Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – 6º Região”. Os registros possuem além do nome, tipo de habilitação (arquiteto), fotografia, data de nascimento e naturalidade. Somam-se assim às informações como endereço do escritório e residencial, nacionalidade, assinatura e anotações sobre pagamento de impostos (Indústria e Profissões). O único item que os categoriza como Práticos Licenciados é a descrição “Repartição em que se licenciou”, no caso a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pela Lei Estadual n.2.022, de 27 de dezembro de 1924, ao passo que no registro de diplomados consta o nome da instituição de ensino que cursaram. Como prático registrado em 1934 encontra-se José (Giuseppe) Chiappori,

¹¹⁴ Ibidem.

que diferentemente do que apontam Salmoni e Debenedetti no pioneiro trabalho “*Arquitetura Italiana em São Paulo*”, não possuía formação em engenharia civil ou arquitetura.¹¹⁵ As autoras informam que “tinha-se brilhantemente diplomado em engenharia industrial” em Turim. Porém os registros oficiais não apontam o mesmo. De fato, muitas dúvidas pairam sobre inúmeros construtores que atuaram em São Paulo, o que justifica a contribuição do presente estudo.

¹¹⁵DEBENEDETTI, Emma e SALMONI, Anita. op.cit.

2. PRÁTICOS LICENCIADOS: DEFINIÇÕES, IDENTIFICAÇÃO E PERFIS DE ATUAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

2.1. De mestres a engenheiros-arquitetos, de engenheiros-arquitetos a Práticos Licenciados

A priori, poderíamos definir “Prático Licenciado” como o arquiteto não diplomado, com licença de atuação por força da lei, registrado em repartição competente. Como apontamos no capítulo anterior, o termo “licenciado” foi cunhado a partir da Lei Estadual n.2.022 de dezembro de 1924, que tentava regulamentar a atuação dos profissionais da construção e que permitia o registro de “leigos”, desde que comprovassem cinco anos de experiência na profissão. O termo “prático” é utilizado para designar o sujeito que exerce uma profissão sem “habilitação adequada”, no caso específico dos construtores aqui em questão, sem o diploma. Para não incorrer em anacronismo, uma vez que o termo “Prático Licenciado” foi cunhado nos anos 1920 e especificamente utilizado nos registros municipais a partir de 1934, vale lembrar que tais sujeitos sem a “habilitação adequada” eram os tradicionais mestres de obras, empreiteiros e construtores que desde as últimas décadas do século XIX dividiam com os poucos engenheiros e arquitetos diplomados o mercado da construção civil. Portanto, a condição de “Prático Licenciado” se define a partir da contraposição em relação aos profissionais diplomados, fato que se exacerbou, como vimos, a partir do início do século XX, com a pressões das agremiações de classe (diga-se dos diplomados das instituições de ensino superior). Nesse sentido, a utilização da expressão é resultado do processo de transferência do discurso da competência sobre a profissão, ou seja, da

depreciação da atuação do não diplomado na medida em que a institucionalização do ensino de engenharia e arquitetura passou a ditar as normas e os imperativos técnicos que definiam o acesso à profissão.¹¹⁶ Contudo, a clivagem entre diplomados e não-diplomados, denotada pela expressão “Prático Licenciado” nos livros de registro da Diretoria de Obras Municipal, encerra não só a posse ou não do diploma, mas uma questão mais ampla que perpassa pela formação do campo arquitetônico.¹¹⁷ O termo faz tábula rasa de inúmeros profissionais que atuaram na produção do espaço urbano paulistano desde a última década do século XIX, seja projetando, construindo ou agenciando por empreitada obras ao gosto do ecletismo e da legislação em voga. Muitos deles receberiam a partir de 1934 a licença de arquiteto, título que angariaram ao longo de décadas de prática sem a formação letrada. Todavia, para que possamos entender o “status” de “Engenheiro-Architectos” adquirido pelos não-diplomados, e a permanência (mesmo que restrita) de sua atuação após a regulamentação da profissão, se faz necessário remontar ao período imediatamente anterior à Proclamação da República.

As disputas pela delimitação do campo profissional entre engenheiros e arquitetos ao longo das décadas de 1930 e 1940 são precedidas por um longo processo de definição de quais seriam os profissionais adequados para projetar e dirigir obras desde a segunda metade do século XIX. No caso específico de São Paulo, ainda no período Imperial, a inserção de sua economia nos quadros da Divisão Internacional do Trabalho, através da exportação de café, propiciou à burguesia paulista vultosas somas de capitais, investidos também em atividades do setor secundário e terciário na própria capital paulista. No mesmo período, no Velho Mundo, as crises econômicas, sociais e políticas, que afligiram, sobretudo, os países envolvidos em guerras de unificação –

¹¹⁶ BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

¹¹⁷ SILVA, Joana Mello de Carvalho. *op.cit.*

Alemanha e Itália – engendraram uma das maiores migrações humanas de toda a história. Entrementes, e inserida no contexto acima, a cidade de São Paulo era lançada num grande canteiro de transformações urbanas que a deixariam com a indelével marca da permanente mudança. Nesse amplo quadro de transformações, e no âmbito dos profissionais da construção civil, o espaço urbano paulistano se reformula a partir da presença de pedreiros, mestres de obras e engenheiros-arquitetos.

Em 1884, o “Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo” dava a dimensão dos profissionais da construção civil atuantes na cidade de São Paulo até então, dividindo os mesmos em três categorias, “Empreiteiros de Obras”, “Architectos” (sic) e “Engenheiros civis, mechanicos(sic) e agrimensores”, como demonstram as listagens abaixo, respectivamente:

Lista 1 - Empreiteiros de Obras

Seção: Indústria

Categoria: Empreiteiros de Obras

Adriano Corrêa de Andrade, rua 25 de Março.

Amaro Antonio Alves, rua Aurora.

Antonio Ferreira Fernandes.

Antonio Gonçalves, rua dos Bambus.

Antonio Martins de Castro, rua do Senador Florêncio.

Antonio Piti.

Bento Augusto de Carvalho, rua Victoria.

Bernardo Meyer, Largo da Liberdade.

Eduardo Pedroso, Largo do Payssandú

Giacomo Gandino, rua dos Estudantes,23.

Jacob Hehl, rua dos Gusmões,6.

Jacob Tuth, rua dos Estudantes.

João Coelho Ferreira, rua de Santa Thereza.

João Dias Belliago, rua Alegre.

João Ferraz de Campos, rua do Bom Retiro.

João Poerdini.

João Reik, Pary – Rua de Santa Cruz,1.

Joaquim Alves da Silva, rua da Victoria.
Joaquim Cesar do Espírito Santo, Largo do Arouche.
Joaquim da Costa Silveira, rua de São João.
Joaquim José da Silva Neiva, rua da Boa Vista,39.
José Bertini, rua do Barão de Itapetininga,11.
José Domingues da Silva Bellesa, rua da Victoria.
Julio Cesar, Largo do Arouche.
Manoel Ferreira Leal, rua Episcopal.
Manoel Francisco Madruga, rua do Barão de Itapetininga.
Manoel Francisco Vieira de Andrade, rua Alegre.
Manoel Gomes da Silva, rua de Santa Ephigenia.
Manoel Machado dos Santos, rua Aurora.
Manoel dos Reis Pinto da Rocha, rua Episcopal.
Manoel dos Santos Maia, rua Aurora.
Matheus Heusler, rua dos Bambus.
Romão Margarinho, rua 7 de abril.

Lista 2: Architectos

Seção: Profissões
Categoria: Architecto
Raphael José Romano, rua de D. Maria Thereza, 13.
Luis Pucci, rua do Arouche, 1ª.
Luiz Augusto Pinto, Dr., rua do Barão de Itapetininga.
Francisco Carlos da Silva, Dr., rua de Santa Ephigenia.

Lista 3: Engenheiros civis, “mechanicos” e agrimensores

Seção: Profissões
Categoria: Engenheiro
Alberto Kuhlmann, Largo do Bexiga.
Dr. José Nabor Pacheco Jordão, Largo dos Guayanazes,61.
Dr. Adolpho Pinto, rua Direita,2.
Alexandre J. Fergusson, rua da Imperatriz,8.
Antonio Francisco Dutra Rodrigues, rua da Consolação,7.
Carlos Daniel Rath, rua do Riachuelo,34.
M. Brandão e S. Caullan, rua do Imperador,3.
Luiz Gonzaga da Silva Leme, rua de S. Bento, 67.
Eugenio da Silva, rua da Assembléa.

Fonte: Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o ano bissexto de 1884 organizado por Francisco Xavier de Assis Moura – Segundo Anno – São Paulo – Editores Proprietários Jorge Seckler & Cia – 1883.

Notemos que a **Lista 1**, de empreiteiros, é majoritariamente composta por nomes de origem lusa, evidenciando a continuidade da tradição colonial de mestres de obras portugueses atuando na construção civil e doméstica, caso de **Manoel dos Reis Pinto da Rocha**, que se destacou projetando e construindo na região central.¹¹⁸ Observa-se ainda a presença de alguns nomes germânicos como **Matheus Heusler** ou **Haüsler**, responsável pelo projeto do Palacete dos Campos Elísios, construído originalmente para ser residência do abastado e bem relacionado Elias Antonio Pacheco Chaves. São os germânicos, antes dos italianos, os responsáveis pela introdução de novos materiais e até mesmo pela difusão da alvenaria de tijolos na cidade.¹¹⁹ A presença italiana é sentida de forma tímida com alguns poucos nomes, fato que mudará radicalmente na passagem do século XIX para o XX. Dentre os enquadrados como arquitetos - **Lista 2** - pelo referido almanaque, o destaque fica por conta de Luigi (Luiz) Pucci, italiano que executou o projeto do Engenheiro Tommaso Gaudenzio Bezzi para a construção do “Monumento do Ipiranga”. Sobre a categoria profissional de Luiz Pucci, opiniões controversas. Salmoni e Debenedetti informam:

“É-nos agradável pensar que o profundo conhecimento que Bezzi possuía da arte de construir e que o cuidado que dispensava ao estudo e realização das próprias obras

¹¹⁸ **Manoel dos Reis Pinto da Rocha** não figura atuando no recorte cronológico de nossa pesquisa. No entanto, como já apontou Eudes Campos, faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre sua importante ação como mestre de obras português construindo importantes edifícios na região central do último quartel do século XIX até a passagem para o século XX.

¹¹⁹ Sobre a introdução da difusão da alvenaria de tijolos ver D’ALAMBERT, Clara Correa. O tijolo nas construções paulistanas do século XIX.

tenham sido os melhores exemplos para Luigi Pucci, que, mesmo não sendo engenheiro (negrito nosso), tornou-se um construtor de valor e ganhou o concurso, aberto pela Comissão do Monumento do Ipiranga, para a execução do projeto de Bezzi”.

A passagem, “*mesmo não sendo engenheiro*”, evidencia uma questão flagrante quanto à fluidez do campo de atuação dos profissionais da construção civil no período em questão. Pucci não era engenheiro-arquiteto diplomado? As autoras mencionam que Pucci nascera em 1853 em Grassina (província de Florença) e que estudara no seminário florentino, tendo adquirido bons conhecimentos de matemática e astronomia. Em 1883, já no Brasil, passou a atuar na construção civil e, em São Paulo, adquiriu ilustre clientela, sendo um dos primeiros construtores a consolidar o prestígio dos italianos junto aos clientes mais abastados.¹²⁰ Contudo, não há informação alguma de sua formação técnica na área da construção civil. O mesmo se observa para o germânico Matheus Heusler, categorizado na **Lista 1** como “Empreiteiro de Obras”. Salmoni e Debenedetti se referem a Heusler como “o **arquiteto** (itálico nosso) do Conde Eduardo Prates, dos Paes de Barros, dos Nothmann e dos Chaves”¹²¹, todavia, e a despeito de projetar e construir para as famílias mais abastadas da cidade, Heusler foi categorizado pelo “Almanach” como Empreiteiro de Obras. Ora, Heusler era arquiteto e empreiteiro? Só empreiteiro sem formação acadêmica? Tudo indica que era um mestre alemão que ao longo de sua atuação profissional na cidade, ainda carente da mão de obra de engenheiros-arquitetos diplomados, foi aos poucos constituindo clientela e “status” de arquiteto. Contudo, a questão consiste num vício historiográfico, num anacronismo de longa duração. A literatura especializada reiterou ao longo do tempo o termo “arquiteto”

¹²⁰ DEBENEDETTI, Ema e SALMONI, Anita. op. cit. p.48.

¹²¹ Idem, p.36.

para alguns sujeitos sem nunca investigar as possibilidades de uso do termo no período aqui estudado. Vale dizer que projetar a designação “arquiteto” na São Paulo das últimas décadas do século XIX, significa ter que pensar em diversas acepções para a mesma, uma vez que os limiares dos campos de atuação e as acepções dos termos mestre de obras, empreiteiros, construtores e engenheiros-arquitetos eram tênues, passíveis de modificações constantes, ou seja, se confundiam de acordo com a prática, o que inclui também a rede de relações sociais que tais sujeitos estabeleciam. Para prosseguirmos numa análise mais rigorosa sobre os termos e conceitos que designavam os profissionais da construção, tomemos as definições dadas pelo “Diccionario da língua portugueza” de Antonio de Moraes Silva, edição de 1812 ¹²², como seguem:

- “Architecto, s.m. Que sabe, e pratica a Architectura, edificando”.
- “Constructor, s.m. O que faz, traça e executa”.
- “Empreiteiro, s.m. O que emprende (sic) , e se obriga a fazer alguma obra por certa soma.”
- “Engenheiro, s.m. O que se applica á Engenharia; que faz engenhos, ou maquinas bellicas para o ataque, ou a defesa de praças; que sabe a fortificação, a arte de tirar planos, medir geométrica, trigonometricamente; o que faz quaesquer maquinas físicas.”
- “Mestre, s.m, O homem que ensina alguma sciencia, ou arte.”
- “Mestre d’obras, director de architectura civil.”

¹²² SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* – “recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA.” Lisboa, 1789. Consulta virtual no *site* do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB-USP. <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/moraesSilva>.

À exceção do vocábulo “Engenheiro”, os demais parecem guardar semelhanças. A *priori*, um arquiteto pode ser um construtor ou um empreiteiro. Um Mestre de obras coordena uma obra de arquitetura civil, mas também pode “traçar e executar” como um construtor e, por conseguinte, ter as atribuições de um arquiteto. As ilações semânticas são menos diretas para os “engenheiros”, que segundo o vocábulo estão mais ligados às “maquinas bellicas” e às questões militares. Tratando justamente do “Brasil dos Engenheiros Militares”¹²³, Beatriz Bueno buscou na tratadística clássica e renascentista a historicidade do conceito de desenho, e a partir dele, a própria inserção desse tipo de profissional nos desígnios políticos das linhas mestras da colonização portuguesa: a conquista territorial e sua defesa estratégica. Nesse sentido, pelo menos até meados do século XVIII, os engenheiros menos comumente estavam ligados à arquitetura civil e doméstica.¹²⁴ Estas cabiam na maior parte dos casos ao “Mestre d’obra”, o “diretor da arquitetura civil”. Não cabe aqui uma análise da história dos Ofícios Mecânicos coloniais, mas cabe lembrar que os Mestres Pedreiros e Mestres Carpinteiros do período colonial tiveram grande importância na autoria dos “riscos” das obras e no empreendedorismo urbano.¹²⁵ Tal ordem de coisas se altera no século XIX, ou pelo menos passa a conviver com transformações sensíveis, assim definidas por Nestor Goulart:

¹²³ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. Tese de doutorado apresentada a FAU-USP, 2000.

¹²⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Revista Desígnio*, nº1, 2004.

¹²⁵ ARAUJO, Roberto A. Dantas. *O Ofício da Construção na Cidade Colonial - Organização, Materiais e Técnicas - O caso pernambucano*. Tese de doutorado apresentada a FAUUSP, São Paulo, 2002.

*“O século XIX, herdeiro direto das tradições arquitetônicas e urbanísticas do período colonial, assistiria à elaboração de novos esquemas de implantação da arquitetura urbana, que representariam um verdadeiro esforço de adaptação às condições de ingresso do Brasil no mundo contemporâneo e que podem ser vistas como etapas de transição entre aquelas tradições e a situação presente”.*¹²⁶

É, portanto, no bojo dessas novas configurações urbanas que se inserem os inúmeros profissionais da construção civil que gravitam em torno das definições há pouco identificadas. Para entender as novas imbricações dos termos, voltemos à categorização dada pelos “Almanaques” ao já identificado “empreiteiro” germânico Matheus Heusler. No “Almanak Laemmert”¹²⁷ de 1885, o mesmo Matheus Heusler aparece não como *empreiteiro*, mas como *mestre de obras* juntamente com outros mestres portugueses conhecidos por atuarem nas ruas do antigo triângulo central. A lista de “Empreiteiros de Obras” do “Almanach Administrativo” é quase que idêntica à lista de “Mestres de Obras” do “Almanak Laemmert”, apenas divergem quanto à nomenclatura.

¹²⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 11. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006

¹²⁷ “Almanak Laemmert para 1885”, consultado no site do “Center of Research Libraries” - <http://www.crl.edu/brazil/almanak>.

Carlos Botelho.	João Puerdine.
Carlos Marquis, Homoeopatha.	Joaquim Alves da Silva.
Climaco Barbosa.	Joaquim Cesar do Espirito-Santo.
Eulalio da Costa Carvalho.	Joaquim Costa Silveira.
F. Sloff.	Joaquim José da Silva Neiva.
Felizardo Cavalheiro.	José Domingues da Silva.
Francisco Ag stini.	Julio Cesar.
Francisco Honorato.	Manoel Ferreira Leal.
Guilherme Ellis.	Manoel Francisco Madruga.
Gustavo Greiner, Homoeopatha.	Manoel Francisco Vieira de Andrade.
Ignacio Betholdi.	Manoel Gomes da Silva.
Ignacio Mesquita.	Manoel Michado dos Santos.
Jayme Serva.	Manoel dos Reis Pinto da Rocha.
Jesuiuo Mancebo.	Manoel dos Santos Maia.
João Baptista de Senne Junior, Operador e Parteiro.	Mathews Heusler.
João Francisco de Paula Souza.	Romão Margarinho.
João M. Carneiro Bastos, homoeopatha.	
João Thomaz Carvalhal, operador.	Mobilias, Alugadores de
Joaquim de Paula Souza.	Joaquim Elias da Silva Bueno.
Joaquim Pedro.	Nicolau Gomes Pereira.
Joaquim Pedro Villaga.	
Joaquim Pedro Villaga Junior.	Modas, Lojas de
John Neave, medico, cirurgião e parteiro. Especialidade, molestias das senhoras.	A. A. Fonseca.
José J. de Azevedo Brandão, 6 ; 2.	Achilles Oppenheim.
Leal da Cunha.	Antonio Aguiar & C.
Leopoldo Ramos.	Antonio Augusto Ribeiro.
Luiz Lopes Baptista dos Anjos.	Antonio Bento de Paiva Azevedo.
Luiz Pereira Barreto.	Antonio Cardoso Ferrão.
Marcos de Oliveira Arruda.	Antonio J. de Oliv. Monteiro & Irmão.
Mariano Joaquim da Costa Ferreira.	Antonio Raphael Baptista.
Mathias Lex.	Azevedo & C.
Paulo Bourreul.	Barcellos & C.
	Bastos & Netto.
	Calderaro & Irmão.
	Curdoso & C.
	Clemente da Costa e Silva.
Medicos Veterinarios	Clemente Pinto & C.
Pedro Molas.	Costa Almeida & C.
	Daniel Heidenreich.
Mestres de Obra	Delphin Pereira de Abreu.
Adriano Corrêa de Andrade.	Eduardo Ribeiro.
Amaro Antonio Alves.	Francisco Jorge Gonçalves.
Antonio Ferreira Fernandes.	Francisco José Dias Leite.
Antonio Gonçalves.	Francisco Pinto Nunes.
Antonio Martins de Castro.	Freitas & C.
Antonio Pitti.	Getulio Braga.
Bento Augusto de Carvalho.	Guilherme Henriques da Fonseca.
Bernardo Meyer.	J. Marques dos Santos & C.
Eduardo Pedroso.	João Bernardino da Rocha.
Giacomo Gaudino.	Joaquim Carneiro & Ferreira.
Jacob Hehl.	Joaquim José de Souza Bastos.
João Coelho Ferreira.	Joaquim da Silva Santos.
João Dias Beliago.	José Francisco de Lima.
João Ferraz de Campos.	José Joaquim da Cruz.
João J. Reik.	José Souto Maior & C.

Fig. 1 - Relação de Mestres de Obra da cidade de São Paulo em 1885. Notar a presença de Heusler (na coluna da direita, na parte de cima) enquadrado como Mestre de Obras. **Fonte:** “Almanak Laemmert”, 1885 – CRL - <http://www.crl.edu/brazil/almanak>

Isso se deve também aos níveis mestres de obras existentes no período, o que inclui pequenos construtores atuando isoladamente e outros de maior monta que se tornavam empreiteiros. Todavia, abordaremos esta questão um pouco mais adiante. Retomando a questão das nomenclaturas, a edição de 1887 do “Almanaque Administrativo”¹²⁸ coloca

¹²⁸ “Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1887 – organizado por Francisco Xavier de Assis Moura – São Paulo – Editores Proprietários Jorge Seckler & Cia”.

Matheus Heusler, desta feita, na categoria dos “Engenheiros civis, mechanicos, architectos, agrimensores”, ao lado de importantes engenheiros e arquitetos do período, como Carlos Daniel Rath e Eusébio Stevaux, profissionais significativos para o desenvolvimento do campo urbanístico e arquitetônico que ainda merecem da historiografia um estudo mais detido.¹²⁹ Vale notar que não há especificação sobre a categoria de Heusler, era engenheiro? arquiteto? agrimensor? Certamente era mestre de obras que numa década adquiriu prestígio e um título informal de arquiteto. Heusler aparece ainda no espaço de “Annuncios (sic) de Firmas e Estabelecimentos Notáveis” no “Almanach Administrativo” de 1886,

“Serraria da Bella Vista – Campos Elysios- Prolongamento da rua dos Bambus – Grande deposito de madeiras nacionaes e estrangeiras para construção e marcenaria.

Gerencia: José Facchini

*Superintendente: **Matheus Häussler - architecto**, ‘encarrega-se de fazer plantas e orçamentos para construcções de qualquer genero, assim como da construção de edifícios, por empreitada ou administração’”.*¹³⁰

O caráter híbrido das denominações evidencia não só a indefinição sobre o campo arquitetônico nos anos finais do século XIX, mas diz muito sobre as relações de poder. Heusler e Pucci ficaram para a posteridade como “arquitetos” e não como mestres de

¹²⁹ Sobre Stevaux, ver artigo de Eudes Campos: “Engenheiro Eusébio Stevaux (1826-1904)” no Informativo do AHMWL, Ano 4 , nº3, março/abril de 2009, disponível no site <http://www.arquiamigos.org.br/info/info23/i-estudos.htm>.

¹³⁰ “Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1886 – organizado por Francisco Xavier de Assis Moura – São Paulo – Editores Proprietários Jorge Seckler & Cia”.

obras ou empreiteiros. Posteridade aqui entendida como toda bibliografia que se refere aos mesmos apenas citando seus títulos profissionais sem questionar a historicidade inerente à utilização dos termos como campo simbólico de disputas e tensões sobre o controle da profissão. Luiz Pucci e Matheus Heusler projetaram e construíram não só para famílias ricas da cidade, mas também para o poder público. A memória de atuação dos mesmos foi atrelada ao significado de ser “arquiteto” após a regulamentação da profissão na década de 1930 e, portanto, ao juízo de valor que depreciou a trajetória dos construtores não-diplomados após o decreto, daí decorre o anacronismo. Portanto, para que possamos deslindar a trajetória profissional de centenas de construtores não-diplomados entre 1893 e 1934, faz-se necessário pensar o último quartel do século XIX como período fulcral de uma continuidade que foi ressignificada paulatinamente. Em outras palavras, tradicionais mestres de obras nacionais e estrangeiros adquirindo a roupagem do discurso técnico e científico e se tornando na prática - e não nos bancos acadêmicos – “Engenheiros-Architectos”. Para os profissionais do período, e mesmo para sua clientela (sobretudo a iniciativa privada), não ter passado pela formação letrada e acadêmica, ou seja, não ter um diploma, era algo corriqueiro, principalmente num centro urbano recém integrado nos quadros da economia internacional, e desprovido de mão de obra técnica engendrada pelo discurso científico das escolas politécnicas e demais cursos de engenharia e arquitetura que timidamente começavam a se implantar na periferia do sistema capitalista. Portanto, os exemplos de Pucci e Heusler acerca das indefinições das categorias profissionais ainda nos tempos do Império são emblemáticos por representarem esse momento de transição.

Os almanaques citados mostram a numerosa presença de lusos e germânicos entre os mestres e empreiteiros na década de 1880. Entrementes, se observa o começo da presença dos italianos entre os construtores paulistanos. De fato, entre 1890 e 1910, a

presença de nomes italianos na *Série Obras Particulares* (SOP) ¹³¹ expressa a visceral participação dos mesmos na reconfiguração material da antiga Piratininga. Todavia, a grandiloquente narrativa do ecletismo auspiciada pelas realizações de Ramos de Azevedo e pelas instituições das quais o engenheiro-arquiteto participava e era figura chave – Liceu de Artes e Ofícios e Escola Politécnica de São Paulo – encobre há muito a trajetória profissional de muitos outros italianos que não fizeram parte do capital social público-privado de Ramos e seus colaboradores. Sobre os construtores italianos nos falam Salmoni e Debenedetti,

“Ao lado de operários que constroem a própria casa, começam pouco a pouco a exercer os pequenos profissionais, pedreiros e mestres que não sabem nem mesmo escrever claramente o próprio nome, e fazem casinhas que em nada diferem daquelas que os operários constroem pra si. (...) Com as sucessivas levadas de imigrantes e com a expansão da cidade, o número de construtores vai aumentando e a importância dos então pequenos profissionais vai se afirmando. Através de uma curiosa autopromoção, as mesmas pessoas que assinam os primeiros pedidos com uma letra rabiscada, com a incerta grafia do principiante, nos anos sucessivos passam a acrescentar ao próprio nome a especificação de: “mestre-de-obra”, “construtor”, e enfim “arquiteto” ¹³²

As autoras levam em consideração a autopromoção na trajetória de atuação de muitos profissionais da construção, o que de fato acontecia. Mas devemos lembrar que não foram apenas os construtores italianos que inauguraram tal prática. Como dissemos acima, o universo da indistinção entre os termos e categorias profissionais é anterior à

¹³¹ AHMWL – Série Obras Particulares

¹³² DEBENEDETTI, Emma & SALMONI, Anita. op.cit., p.59.

chegada das grandes levas de italianos. São os mestres portugueses e germânicos os responsáveis pelo início de tal prática. Ao elaborar uma “Tabela de Obras Particulares realizadas nas ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento”, entre 1886 e 1914, Barbuy coloca em evidência a confusão dos termos e a continuidade da atuação de mestres de obras mesmo na região central. No campo do responsável pela construção, a pesquisadora utiliza as categorias “construtor/engenheiro/arquiteto”.¹³³ De fato, a estratégia revela a dificuldade de identificarmos a exata definição para cada profissional. Na listagem podemos observar a presença de ilustres engenheiros-arquitetos (de fato diplomados) como Julio Micheli, Samuel das Neves, Eduardo Loschi e o próprio Ramos de Azevedo. Junto com os poucos diplomados, a presença constante de Manoel dos Reis Pinto da Rocha, José Domingues da Silva Belleza (de origem lusa), João Gullo e Miguel Marzo (italianos), originalmente mestres de obras que se valeram da autopromoção e são hoje lembrados como “arquitetos”. É na esteira de tal prática que os construtores não-diplomados fizeram notoriedade no seu tempo, lançando mão de larga atuação num mercado da construção civil em fase de consolidação.¹³⁴ Se os italianos não foram os introdutores da prática, foram certamente aqueles que mais se valeram dela e contribuíram sobremaneira para a valorização do construtor “leigo”. O reconhecido e propalado prestígio do imigrante italiano na construção civil é fenômeno fundamental para o entendimento crítico da trajetória dos construtores sem formação acadêmica. Contudo, há que se desmistificar algumas interpretações generalizantes que afirmam a supremacia do construtor italiano em detrimento do elemento nacional ou mesmo em detrimento dos tradicionais construtores lusos e germânicos. Vale dizer que a valorização do construtor estrangeiro na edificação de prédios comerciais da região

¹³³ BARBUY, Heloisa. op. cit., Anexo 2, p.259-285.

¹³⁴ GITAHY, Maria Lucia Caira. “Os Trabalhadores da Construção Civil na Belle Époque, 1889-1914.

central quanto no setor habitacional dos novos bairros da cidade se deve primeiro aos mestres de origem germânica, cuja presença remete a meados do século XIX na Província e na Imperial Cidade de São Paulo.¹³⁵ Aos germânicos se imputa a difusão do estilo neoclássico e seus nomes são corriqueiros nas fontes primárias aqui em questão, como a SOP e os livros de registro de construtores. Depois deles, os italianos aprofundam o prestígio do construtor estrangeiro não só entre as elites da Belle Époque paulista, mas na expansão dos bairros centrais e periféricos desde 1880. Oportunamente apresentaremos os nomes de origem germânica, lusa, italiana e brasileira dentre os profissionais não diplomados objetos de nossa discussão. Por enquanto cumpre dizer que nos últimos vinte anos do século XX, a tradicional cidade erigida em taipa de pilão recebe profissionais estrangeiros e nacionais que redimensionam os partidos arquitetônicos da cidade, sem, contudo, prescindir da presença e permanência de longa duração da mão-de-obra dirigida pelos mestres requalificados com “status” de arquitetos, os grandes responsáveis pelos projetos e pela execução de boa parte das edificações particulares de São Paulo entre 1880 e 1933. Dadas as linhas gerais que preludiam as transformações da modernidade como discurso fundador da nova ordem nas especificidades dos profissionais atuantes em São Paulo, apresentaremos a seguir os resultados das investigações sobre a identificação dos construtores não-diplomados que, em 1933, passam a ser reconhecidos não pela sua longa trajetória de atuação na cidade, mas pela pecha de “Práticos Licenciados”, acuados pelas pressões classistas da profissão e pelo peso da centralização político-cultural da Era Vargas. De mestres prestigiados a engenheiros-arquitetos na prática, e de engenheiros-arquitetos a Práticos Licenciados, os não-diplomados protagonizaram a construção da cidade, e mesmo sendo alvos do corporativismo de classe, foram essenciais na formação do campo

¹³⁵ CAMPOS, Eudes. *Arquitetura Paulistana...*op.cit.

arquitetônico paulista, mesmo que na negação de sua legitimidade de longa duração no cotidiano da construção civil.

2.2. As fontes de identidade: de conhecidos nas fontes primárias a anônimos nas fontes historiográficas

Perscrutar as amareladas páginas de papel “Al Maso” dos requerimentos da SOP, é topar com diversos sujeitos anônimos e outros tantos conhecidos que fizeram parte da história recente da cidade de São Paulo. Entre 1906 e 1914, período em que analisamos a documentação, verificamos através das caligrafias algumas histórias pitorescas da sociedade de então. Entre os conhecidos, podemos citar o projeto para a construção de um palacete na Rua Sebastião Pereira, no bairro de Santa Cecília, de propriedade do jurista, escritor, professor, historiador e político José de Alcântara Machado, pai do ilustre escritor Antonio Alcântara Machado.¹³⁶ O projeto foi assinado, em 1906, pelo Engenheiro-Arquiteto Manoel Labates e finalizado pelo alemão e Lente Catedrático da Escola Politécnica, o Engenheiro-Arquiteto Maximilian Hehl. Junto do requerimento e da planta numa nota pessoal com o timbre de Prof. Max Hehl, da Escola Politécnica, solicita agilidade na aprovação do projeto ao Chefe da Diretoria Municipal de Obras e Viação, o Engenheiro Victor da Silva Freire. A solicitação começa com tom cordial “Presado (sic) amigo Dr. Freire” e termina com o pedido para que Freire assinasse e aprovasse o alvará de licença para a construção. Além de serem reconhecidos profissionais de seu tempo, ambos representavam a legitimidade institucional de órgãos governamentais, e se valeram de tal “status quo” para atenderem

¹³⁶ AHMWL- SOP – OP.1906.001.541.

seus interesses privados, no caso específico, para atender o interesse do ilustre Alcântara Machado.

Fig.2. “Planta da casa do Dr. Alcântara Machado” na Rua Sebastião Pereira, s/n, no bairro de Santa Cecília em 1905. Notar recuo lateral e frontal em relação ao alinhamento da rua e às divisas do lote. Trata-se de um palacete de dois pavimentos com cômodos divididos pelos conceitos de “morar à francesa”. **Fonte:** AHMWL - SOP - 1906.001.541/PR1

Todavia, não são os conhecidos e ilustres que figuram constantemente na documentação. De fato, o olhar atento vislumbrará o curioso – e até pitoresco – cotidiano de uma cidade em tons triviais. No ano de 1906, por exemplo, o Sr. Luís da Silva solicitava alvará de licença para que pudesse construir na então Avenida Municipal (atual Dr. Arnaldo) uma “barraca para vender bebidas e refrescos em frente ao Cemitério do Araçá, para dias de visitaço e finados”.¹³⁷ No longe dali, o construtor e mestre-de-obras italiano Miguel Marzo requeria licena para “construir um galinheiro e pegado um estbulo para duas vacas, Rua Paulista n 19”.¹³⁸ J o Padre Clemente, vigrio da Parquia de Santana, pedia a devida licena para a construo de uma capela provisria “em baixo do morro”. Este ltimo finalizava o requerimento afirmando que esperava “feliz e prompto deferimento”, pois confiava “nas boas disposies do elevado esprito e bondoso corao de V. Excia [referia-se respeitoso ao Sr. Prefeito]”.¹³⁹ Naquele tempo, estava na berlinda o fim dos cortios e a acirrada fiscalizao da Diretoria de Obras e Viao. O Sr. Paschoal Pecci pretendia construir um acrscimo em sua casa, na “Rua de Santo Amaro, casa n 180”, mas teve o seu requerimento negado. Informou o fiscal que duas famlias habitavam o poro e que a licena no devia ser concedida, por se tratar de “casa acortiada [sic]”.¹⁴⁰ Enquanto isso, outro peticionrio, Eduardo Silva, num arroubo de clera, solicitava o alinhamento para a construo de um muro, alegando “estar uma cabritada e cachorrada desenfreiada [sic] assaltando o

¹³⁷ OP-1906001155

¹³⁸ OP-1906001248

¹³⁹ OP-1906001420

¹⁴⁰ OP-1906001440

meu quintal e jardim.¹⁴¹ Os temas prosaicos geralmente acompanham os outrora conhecidos e hoje anônimos construtores licenciados. São os nomes deles que figuram em centenas de milhares de requerimentos como “construtores” do projeto ou como “interessados” assinando pelos proprietários, tal como se vê no exemplo a seguir:

*“Exmo Snr Cel Vice Prefeito Municipal,
Diz Coppi Bruto que desejando construir uma casa a Avenida Tiradentes junto ao nº
47, de acordo com a planta junta, vem por meio deste pedir o necessário alinhamento.*

Do deferimento,

E. R. M (Espera receber mercê)

José Kanz

São Paulo, 29 de julho de 1907”

O modelo de requisição se repete constantemente, e as assinaturas de José Kanz também. O mesmo assinou entre 1906 e 1914 cerca de **1150** requerimentos e sua extraordinária atuação analisaremos mais adiante. Por ora, cumpre assinalar que anônimos como José Kanz e centenas de outros construtores, eram maioria em relação aos profissionais diplomados. Foram os anônimos mestres de obras, empreiteiros e “arquitetos” licenciados os grandes responsáveis pelo agenciamento dos operários que expandiram a urbanização paulistana para além das antigas várzeas da cidade, atuando na constituição material de praticamente todos os novos bairros. Contudo, antes de prosseguirmos numa espécie de exegese da atuação desses construtores, faz-se necessário identificá-los e nomeá-los a partir da interpretação de nossas principais fontes documentais e bibliográficas.

¹⁴¹ OP-1906001539

Trabalhos importantes se valeram da *Série Obras Particulares*, apontando a dificuldade de se identificar os construtores que, em geral, assinavam os requerimentos pedindo autorização para edificar. Num item específico de sua tese, “Empreiteiros, mestres-de-obras, artífices e operários”, Eudes Campos esclarece algumas questões relativas tanto à atuação de alguns profissionais ainda na época imperial quanto ao problema da identificação dos mesmos a partir da *Série Obras Particulares*. Acerca dos pedidos diz: *“Esses pedidos podiam ser assinados indiferentemente por empreiteiros, mestres, proprietários ou engenheiros, mas pela análise que fizemos, verificamos que a maioria dos documentos foi redigida e assinada por empreiteiros ou mestres de obras, cujos sobrenomes acusam em geral a nacionalidade lusa, alemã e italiana. No início do período analisado predominam lusos e alemães, depois, começam a despontar os peninsulares.”*¹⁴² O início do período a que se refere o autor é 1870, ou seja, o ponto de partida dos documentos da *Série Obras Particulares*. A análise de Eudes Campos para os últimos anos do Império e anos iniciais da República se confirma também nos primeiros dez anos do século XX. Todavia, a presença de italianos é também acompanhada por algumas dezenas de construtores brasileiros que, juntamente com os italianos, superam o número dos construtores diplomados mais requisitados do período, como Ramos de Azevedo, Carlos Eckman, Samuel das Neves, Victor Dubugras, Maximilian Hehl, Giulio Micheli, dentre outros. Ainda quanto à identificação, pondera Campos que *“nada nos garante que sejam os solicitantes os autores dos planos do edifício para os quais pedem alinhamento. Segundo o nosso modo de ver, seria extremamente simplista a atitude de imputar, de modo sistemático, a concepção dos edifícios aos mestres requerentes, pois, afinal, como visto anteriormente, já havia na última década do período monárquico muitos engenheiros com clientela formada e*

¹⁴² CAMPOS, Eudes. op.cit. p.196.

esses mestres podiam muito bem estar solicitando autorização para executar projetos alheios.”¹⁴³ De fato, como veremos mais adiante, a atuação dos “práticos” envolvia associação com engenheiros e arquitetos diplomados, mas também atuavam sozinhos, coordenando mestres pedreiros e se associando com seus pares, num sistema corporativo expressivo e visível na documentação aqui em questão. Na análise sistemática dos projetos arquitetônicos assinados, percebe-se com precisão que muitos não-diplomados também eram autores dos desenhos e condutores das obras. O primeiro entrave para a identificação de muitos nomes na documentação é que, simplesmente, muitos profissionais não se identificavam assinando com os termos imbricados da época, como ‘empreiteiro, ‘construtor’, ‘mestre de obras’ e finalmente “Engenheiro-Arquiteto”, apenas assinavam os requerimentos pelos proprietários. Nesse sentido, foi preciso recorrer aos registros localizados no AHMWL, apresentados e analisados na **Parte I**. Ao cruzarmos as informações dos registros com a documentação SOP e com os diversos almanaques, percebemos porque alguns nomes eram tão corriqueiros e pudemos assim superar o problema da identificação e organizar uma lista de profissionais não-diplomados atuantes na iniciativa privada, identificados na SOP, e também registrados em órgãos como a Diretoria de Obras Municipal, a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de São Paulo (CREA). Desse modo, pudemos compor fragmentos da trajetória profissional de centenas de construtores que foram protagonistas – e conhecidos na época - na configuração arquitetônica paulistana do último quartel do século XIX até meados do século XX.

Para efeitos de organização e para compormos um quadro coerente com as balizas documentais analisadas, dividiremos os profissionais aqui estudados em três

¹⁴³ Idem, p.197.

períodos distintos de acordo com os registros profissionais e tempo de atuação. Portanto, a primeira lista é composta por construtores que já atuavam na cidade pelo menos desde 1890, tendo sido registrados pela Diretoria de Obras da Prefeitura nos **Registros de Empreiteiros de Obras e Pagamentos entre 1894 e 1904**. Uma segunda lista é formada por profissionais que atuavam na década de 1920 e que foram registrados no **Livro de registro de construtores – 1926-1928**. E, finalmente, outra constituída pelos não-diplomados já nomeados e refistrados “Arquitetos Licenciados” ou “Práticos Licenciados” pelos **Livros de Construtores Práticos Licenciados**, versão municipal dos registros do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA-SP entre 1934-1950. No capítulo anterior analisamos a historicidade das fontes de registro, elas configuram a construção de novas estruturas de poder na República e a associação profissional de engenheiros e arquitetos que clamavam pelo afastamento dos “leigos” na linha de frente da construção civil. Os nomes que se seguem nas listas abaixo não configuram o montante total de construtores registrados, mas certamente os principais. Em nosso método, optamos por listar e analisar aqueles que tiveram uma atuação mais expressiva e que além de constarem nos registros, também figuram nos requerimentos da SOP entre 1906 e 1914.

Tabela 1: “Empreiteiros de Obras” registrados entre 1894 e 1904 e presentes na Série Obras Particulares – SOP - entre 1906 e 1914

<i>Nome</i>	<i>Nacionalidade</i>
1. Carlos Milanesi	Italiano
2. Narcizo Frediani	Italiano
3. Rossi & Brenni	Italianos
4. Leopoldino Antonio dos Passos	Luso/brasileiro (?)
5. Possidonio Ignácio das Neves	Luso/brasileiro (?)
6. Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro	Brasileiro
7. Manoel Asson	Italiano
8. Antonio Cavichioli	Italiano
9. João Gullo	Brasileiro
10. Augusto Fried & Carlos Ekman	Sueco/alemão
11. Calcagno e Irmão	Italianos
12. F. P. Ramos de Azevedo	Brasileiro
13. Manoel Belleza	Português
14. Giulio Micheli	Italiano
15. Jorge Muller e Irmão	Germânico
16. Sante Bertolazzi	Italiano
17. Joaquim Belleza	Português
18. Francisco Sargaço	[Italiano]
19. Miguel Marzo	Italiano
20. Samuel Augusto das Neves	Brasileiro
21. Thomaz Ferrari	Italiano
22. Carlos Ekman	Sueco
23. Eduardo Loschi	Brasileiro
24. Michele Del Cima	Italiano
25. Archimedes Galli	Italiano
26. Heribaldo Siciliano	Brasileiro
27. Adelardo Soares Caiuby	Brasileiro
28. Antonio Melchert	[Italiano]
29. Guilherme Krug	Germânico

30. Ângelo Lariola	Italiano
31. José Cottini	Italiano
32. Manoel dos Reis Pinto da Rocha*	Português
33. Raphael Cardone	Italiano
34. Raphael Ferrara	Italiano
35. José Longo	[Italiano]

Fonte: AHMWL - Registro de Pagamentos de Empreiteiros de Obras e SOP

Constituída por profissionais que atuavam desde 1880-1890, a **Tabela 1** representa alguns dos principais construtores da cidade na passagem do século XIX para o XX. O livro de registro categoriza os profissionais como “Empreiteiros de Obras” sem especificar a formação técnica dos mesmos. A eles era imputada a obrigação do pagamento dos devidos emolumentos sobre “Indústrias e Profissões” exigidos pela Intendência Municipal, posteriormente Prefeitura através da Diretoria de Obras, cujo diretor Victor da Silva Freire foi figura chave. Os empreiteiros que assinalamos em vermelho representam os profissionais com formação acadêmica de ensino superior. São eles *Ramos de Azevedo, Giulio Micheli, Samuel das Neves, Carlos Ekman, Augusto Fried, Adelardo Soares Caiuby, Heribaldo Siciliano e Eduardo Loschi*. Estes representam a minoria dos profissionais da época, fato que evidencia a predominância dos não-diplomados, relacionados aos mestres de obras, nesse caso também categorizados como “empreiteiros”. Registro simplório de uma prefeitura ainda em estruturação, não há nacionalidade e naturalidade dos profissionais listados, assim como os mesmos registros não representam a totalidade dos empreiteiros do período, todavia, com o apoio da bibliografia especializada pudemos preencher estas lacunas.

Tabela 2: Construtores registrados entre **1925 e 1934** e presentes na SOP entre 1906-1914

<i>Nome</i>	<i>Nacionalidade</i>
1. Otto Nielsen (Nilson) – sueco	Sueco
2. João Vitor Longo	Italiano
3. Raul dos Santos Oliveira	Brasileiro
4. Euzébio Belleza	Português
5. Ângelo Nappi	Brasileiro
6. Benedicto Bettoi	Brasileiro
7. Francisco Martins Pompêo	Brasileiro
8. Caetano Piccardi	Italiano
9. Giovanni Olivieri	Italiano
10. Oreste Biolcati	Italiano
11. Domingos Del Papa	Italiano
12. Adolpho Zoccola	Italiano
13. Giacomo Lanfranchi	Brasileiro naturalizado
14. Fernando Corazza	Brasileiro
15. João Corazza	Brasileiro
16. Jacob Corazza	Brasileiro
17. Francisco Corazza	Brasileiro
18. Dante Maziero	Italiano
19. Antonio Marques Simões	Brasileiro
20. Marco Migliacci	Italiano
21. Antonio Cavichioli	Italiano
22. Gino Pinotti	Brasileiro naturalizado
23. José Minozzi	Italiano
24. José Chiappori*	Italiano
25. Aldo Lanza*	Italiano
26. João Antonio dos Passos	Brasileiro
27. Ângelo Bitelli	Italiano
28. Joaquim Miranda	Português
29. Ângelo Cristoforo	Italiano

30. José Fugulin	Italiano
31. Antonio Fugulin Junior	Italiano
32. Augusto Marchesini	Italiano
33. João Murari	Brasileiro
34. Florêncio Prota	Italiano
35. Miguel Prota	Brasileiro
36. Ignácio Ferrara	Italiano
37. José Lucas Rossi	Suíço
38. Espartero Rossi	Italiano
39. Luiz Pedalini	Italiano
40. João Ferreira	Português
41. Pietro Carboni	Italiano
42. Emilio Simonetti	Italiano
43. Antonio Alberto de Castro	Português
44. Samuel Markwitz Roder*	Russo
45. Agide Gorgatti	Italiano
46. Cirillo Bellettato	Italiano
47. Antonio Sorrentino	Italiano
48. Ângelo Fermi	Italiano
49. Luiz Bianco*	Brasileiro
50. Francisco Di Pace	Brasileiro
51. Natale Filippi	Italiano
52. Humberto Badolato	Brasileiro
53. José Vieira Pucci	Brasileiro
54. Michele Del Cima	Italiano
55. Adriano Manzini	Italiano
56. Raul Simões	Brasileiro
57. Ulysses Moretti	Italiano
58. Alexandre de Battisti	Italiano
59. Francisco Gola	Italiano
60. Sisto Ranzini	Italiano
61. João Serato	Italiano
62. Alberto Tanganelli	Italiano

63. Sante Bertolazzi	Italiano
64. Pedro Amadesi	Italiano
65. Alberto Domingues de Azevedo	Português
66. Ignácio Pretti	Italiano
67. R.M.L. Harding	Canadense
68. José Rossi	Italiano
69. Silvio Fagnani	Italiano
70. Francisco Pinto Moreira	Brasileiro
71. Luis Asson	Brasileiro
72. Ricardo Retondini	Brasileiro
73. José Quedas	Português
74. Luiz Bahia	Brasileiro
75. José Martuscelli	Italiano
76. Vicente Branco (Bianco)	Brasileiro
77. Thomaz Ribeiro	Espanhol
78. Ângelo Conte	Italiano
79. Giovanni Natale	Italiano
80. Carlos Medea	Italiano
81. Antonio Stefani	Italiano
82. José Antonio Zuffo	Italiano
83. Maxmilian Erhart	Alemão
84. Francisco Santoro	Italiano
85. João De Valentin	Italiano
86. Raphael Lanzara	Brasileiro
87. Carlos Malatesta	Italiano
88. Felice Mollica	Italiano
89. Alberto Borelli	Brasileiro
90. Luis Salvati	Italiano
91. Saverio Scarpelli	Italiano
92. Giacomo Ponzini	Italiano
93. Manoel Pereira da Silva	Português
94. José Alexandre	Português
95. Manoel Alves Ferreira	Português

96. Francisco Gaspar	Português
97. David Domingues Ferreira	Brasileiro
98. Vicente Russo	Italiano
99. Alberto Ferreira dos Santos	Português
100. Ângelo Lariola	Italiano
101. Fernando Simões	Brasileiro
102. Vicente Lei	Italiano
103. Tito Olini	Italiano
104. Melchiorre Barbieri	Italiano
105. Enrico Michetti	Italiano
106. Domingos Pepe	Italiano
107. João Pangella	Italiano
108. Raphael Tognotti	Italiano
109. Bernardino Fontes de Oliveira	Português
110. Antonio Pereira Capella	Português
111. Antonio Fugulin Junior	Italiano
112. Aniello Saggese	Italiano
113. Pachol Ottajano	Italiano
114. Otto Hutzmann	Alemão
115. Augusto Merlin	Italiano
116. José Travaglini e (?) Mariotti	Italianos
117. Manoel da Costa Neves	Português
118. Manoel da Cruz Pires	Português
119. Nilo Graziano	Italiano
120. João Cupertino	Italiano
121. Archimedes Galli	Italiano
122. Paulo Amadesi	Italiano
123. Paschoal Blasco	Brasileiro
124. José Barbosa	Português
125. Leonardo Nardini	Brasileiro
126. Oscar Americano de Caldas	Brasileiro
127. Romano Valenti	Italiano
128. Leônidas Mendes de Castro	Brasileiro

129. Salvador Fogliano	Italiano
130. Bartholomeu Coppola	Italiano
131. Francisco de Cordis	Italiano
132. José Alves Ferreira	Português
133. José Miranda	Brasileiro
134. Salvador Petinatti	Italiano
135. João Gullo	Brasileiro
136. Antonio de Macedo Lima	Brasileiro
137. Cesare Marchisio	Italiano
138. Emilio Stefani	Italiano
139. Luiz Credidio	Italiano
140. Nicolangelo Maronna	Italiano

Fonte: AHMWL – Livros de Registro de Construtores e SOP

Resultado da Lei Estadual n. 2.022 de 27 de dezembro de 1924, tais registros já denotam a grande quantidade de profissionais que atuavam na cidade durante os anos 1920. Nos registros podemos vislumbrar se eram diplomados por escolas de engenharia e arquitetura, ou se comprovavam sua experiência a partir de projetos anteriormente aprovados pela Prefeitura. Verifica-se também a presença do endereço comercial e residencial, além da nacionalidade.

Tabela 3: Construtores registrados como “Práticos Licenciados” entre 1934-1950 e presentes na SOP entre 1906-1914.

<i>Nome</i>	<i>Nacionalidade</i>
1. Luiz Bianco	Brasileiro
2. José Cevenini	Brasileiro
3. Luiz Bahia	Brasileiro
4. Alberto Tanganelli	Italiano
5. Antonio Fugulin Junior	Italiano
6. Fernando Simões	Brasileiro
7. Adolpho Zoccola	Italiano
9. Florêncio Prota	Italiano
10. Gino Pinotti	Brasileiro Naturalizado
11. João Serato	Italiano
12. Leonardo Nardini	Brasileiro
13. João Romeu Murari	Italiano
14. Ignácio Ferrara	Italiano
15. David Domingues Ferreira	Brasileiro
16. Vicente Branco	Brasileiro
17. Benedicto Bettoi	Brasileiro
18. Paschoal Blasco	Brasileiro
19. Ângelo Conte	Italiano
20. Dante Maziero	Italiano
21. Salvador de Rosa	Italiano

22. Gennaro Luciano Orsini	Italiano
23. Raul Simões	Brasileiro
24. Cirillo Bellettato	Italiano
25. Ricardo Retondini	Brasileiro Naturalizado
26. Jacob Corazza	Brasileiro
27. Melchiorre Barbieri	Italiano
28. Francisco Corazza	Brasileiro
29. Francisco Santoro	Italiano
30. José Martuscelli	Italiano
31. Romano Valenti	Italiano
32. Theophilo Lasse	Espanhol
33. João Antonio dos Passos	Brasileiro
34. Carlos Medea	Italiano
35. Agide Gorgatti	Italiano
36. Michele Del Cima	Italiano
37. Ulisses Moretti	Italiano
38. Francisco de Cordis	Italiano
39. Masahei Harada*	Japonês
40. Samuel Markowitz Roder*	Russo
41. José Chiappori*	Italiano
42. Caetano Piccardi	Italiano
43. Natale Fabrini	Brasileiro naturalizado
44. Francisco Martins Pompêo	Brasileiro
45. Augusto Carlsson*	Sueco
46. Aldo Lanza*	Italiano

47. Pedro Amadesi	Italiano
48. Thomaz Ribeiro	Espanhol
49. Ângelo Nappi	Italiano
50. Antonio Fiori	Italiano
51. Raul dos Santos Oliveira	Brasileiro
52. Antonio Pereira Capella Jr.	Português
53. Euzébio Belleza	Português
54. Manoel Alves Ferreira	Português
55. Arnaldo Dumond Villares*	Brasileiro
56. Orestes Biolcati	Italiano
57. José Minozzi	Italiano
58. Manoel Pereira da Silva	Português
59. José Froise	Italiano
60. Giulio Zaveri	Italiano
61. Francisco Pinto Moreira	Brasileiro naturalizado
62. Augusto Marchesini	Italiano
63. Francisco di Pace	Brasileiro
64. Paschoal Ottajano	Italiano
65. Domingos Del Papa	Italiano
66. Antonio Marques Simões	Brasileiro
67. Hoyden Mc. Lellan Harding	Canadense
68. Fernando Corazza	Brasileiro
69. Ângelo Bitelli	Italiano
70. João Copertino	Italiano
71. Carolino Antonio Fragata	Português

72. Natale Filippi	Italiano
73. Narcizo Frediani	Italiano
74. Antonio Ambroggi	Italiano
75. Domingos Pepe	Italiano
76. Francisco Gaspar	Português
77. José Barbosa	Português
78. Luiz Salvati	Brasileiro
79. José Rossi	Italiano
80. João Del Nero	Italiano
81. Alexandre de Batisti	Italiano
82. Armando Zoppe	Brasileiro
83. Luis Asson	Brasileiro
84. João Galimberti	Italiano
85. José Fugulin	Italiano
86. João Victor Longo	Italiano
87. João Lang	Austríaco
88. George Edvard Seylaz*	Francês
89. Alfredo Colpaert	Belga
90. Ricardo Guimarães Sobrinho	Brasileiro
91. Ângelo Lodi	Italiano
92. Nicodemo Roselli	Italiano
93. Palmorino Mônaco	Italiano
94. Raphael Lanzara	Brasileiro
95. Antonio Macedo de Lima	Brasileiro
96. Antelo Del Debbio*	Italiano

97. Jacob Corazza	Brasileiro
98. Salvador de Rosa	Italiano
99. Bartolomeu Coppola	Italiano
100. Felizberto Ranzini	Italiano

***Construtores que passaram a atuar após 1914. Fonte:** Livros de Registro de “Práticos Licenciados” e SOP.

As três listas expressam não só os nomes dos principais profissionais anônimos da construção civil entre 1894 e 1950, como também representam o desenvolvimento do negócio da construção civil e do mercado imobiliário paulistano, acompanhados da institucionalização do ensino e exercício da profissão, juntamente com as iniciativas públicas de gestão municipal, estadual e federal para controlar na letra da lei o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. A quantidade de profissionais registrados e presentes na SOP entre os períodos de listagem permite algumas considerações. A tabela abaixo expressa os números:

Tabela 4 – Profissionais registrados e encontrados na SOP entre 1906-1914

<i>Listas</i>	<i>Períodos</i>	<i>Número de profissionais</i>
1 ^a	1894-1904	35
2 ^a	1926-1928	140
3 ^a	1934-1950	100

Fonte: AHMWL – SOP e Livros de Registros de Construtores

Entre 1894 e 1904, deixando de fora os diplomados que também listamos, pudemos identificar **26** profissionais não-diplomados com atuação expressiva. Entre 1926 e 1928(segunda lista), contando os profissionais que já atuavam no começo do século e

foram identificados na **Tabela 1**, contabilizamos **140** construtores. Vale dizer que a maior parte desses profissionais chegou imigrante e passou a atuar na cidade de São Paulo após 1904. Dos profissionais registrados na primeira lista, apenas os italianos **Narciso Frediani** e **Michele Del Cima** alcançaram os registros do CREA após 1933. Na terceira lista - registros do CREA -, com base nos livros de “Práticos Licenciados” identificamos **100** profissionais que atuavam pelo menos desde 1914. O decréscimo em relação aos registros dos anos 1920 já denota os efeitos da restrição legal sobre o exercício da profissão.

Ainda no que tange ao desenvolvimento urbano, além do aumento de construtores registrados, a própria documentação primária da SOP expressa o crescimento explosivo da demanda do mercado imobiliário e da consolidação do mercado da construção civil nos primeiros anos do século XX. Em 1906, o protocolo da Diretoria de Obras Municipal computou a entrada de **1.798** requerimentos solicitando alvará de licença para construções novas e reformas em toda a cidade. Em 1913, a quantidade salta para **5.388**, num aumento de mais de *três vezes* em relação a 1906. O constante crescimento das atividades privadas da construção civil oscila timidamente em 1907, e depois cresce de forma acelerada até 1914, quando a atividade de construir e reformar volta ao patamar de 1909 diante da crise econômica desencadeada pela Primeira Guerra Mundial.

Tabela 5 – Número anual de requerimentos da SOP

<i>Ano</i>	<i>1906</i>	<i>1907</i>	<i>1908</i>	<i>1909</i>	<i>1910</i>	<i>1911</i>	<i>1912</i>	<i>1913</i>	<i>1914</i>	<i>Total</i>
<i>Nº de Obras</i>	1.798	1.746	2.094	2.666	3.006	3.897	4.470	5.536	2.607	27.790

Fonte: AHMWL – SOP

2.3. Uma São Paulo fora do lugar

Quanto à origem dos construtores, as listas corroboram o que já é sabido e interpretado de longa data, a cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX parecia participar de outra paisagem que não a da antiga e luso-brasileira cidade de taipa, São Paulo transmutara-se em estrangeira e os partidos arquitetônicos das edificações também. A formulação recorre à noção das “ideias fora do lugar”, expressão e conceito largamente interpretado desde que fora formulado pelo crítico literário Roberto Schwarz, no intuito de analisar o abismo entre a fachada liberal do Império do Brasil, assentada no parlamentarismo britânico, mas que possuía como regime de trabalho efetivo a escravidão.¹⁴⁴ Na berlinda o sentimento de inadequação, do caráter inautêntico e postiço engendrado pela imitação, pela cópia das ideias do Velho Mundo. Talvez seja o período da *Belle Époque* o mais criticado em termos da autenticidade estética no campo da criação cultural e especificamente aqui no campo arquitetônico. O historicismo e suas correntes, o ecletismo como pastiche e edificações “bolo de noiva” (ou, para usar o dizer de Heliana Angotti, “casaque d ‘arlequin”) foram alvos de ataques sistemáticos do Modernismo brasileiro, a ponto de caírem no ostracismo do patrimônio cultural e da historiografia até os anos 1980. As ilações entre o elemento estrangeiro, a arquitetura de São Paulo e, no dizer de Schwarz, a denúncia e perspectiva crítica ingênua do transplante cultural, são questões ainda pouco estudadas. Devemos considerar que a produção arquitetônica dos estrangeiros (considerando aqui a produção dos Práticos Licenciados) foi vista com interesse e euforia até que as elites intelectuais

¹⁴⁴ SCHWARZ, Roberto. "As idéias fora do lugar". In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34.,2000.

do modernismo considerassem tal produção uma cópia malfadada da arquitetura européia. Todavia a questão não reside na falsa ideia de se evitar a imitação, processo improvável na medida em que não se cria algo do nada, o problema reside nas estruturas sociais e nos poderes estabelecidos por grupos dominantes como aponta o crítico:

“Noutras palavras, o sentimento aflitivo da civilização imitada não é produzido pela imitação, presente em qualquer caso, mas pela estrutura social do país, que confere à cultura uma posição insustentável, contraditória com o seu autoconceito(...)”.

No que tange principalmente à produção do casario dos bairros centrais – principal programa arquitetônico dos práticos – fica evidente a formulação de uma estrutura de poder e de significado cultural que marginalizou a sociabilidade não só da arquitetura eclética, mas sobretudo do que poderíamos nomear de “ecletismo periférico”, realizado por construtores também caídos no esquecimento. As interpretações da predominância estrangeira, principalmente dos “itálicos”, coloca a questão do inautêntico e do postigo ou o inverso ufanista sem considerar as tensões sociais, inclusive as de âmbito internacional, que levou milhões de europeus ao Novo Mundo e junto com eles seus modelos de vida.

Todavia, o estrangeiro não deve ser pensado aqui em termos homogêneos. A experiência imigrante em São Paulo demonstra trajetórias e tensões diversas, o que torna o uso e interpretação de termos como “cultura” e “comunidade” relativos e pouco cautelosos.¹⁴⁵ Para que possamos prosseguir na diversidade das trajetórias dos

¹⁴⁵ HALL, Michael. “Imigrantes na cidade de São Paulo.” In: Porta, Paula (*) (org). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3.

construtores “leigos”, cabe estudá-los a partir de seu “ethos” cultural e de sua ideológica comunidade imaginada.¹⁴⁶

2.4. Os lusos

Partiremos dos lusitanos, uma vez inseridos na longa duração da tradição das mestranças desde o período colonial. A presença de mestres pedreiros portugueses na construção civil e doméstica remonta o período colonial, quando atuavam como “oficiais mecânicos” nas corporações trazidas da Metrópole e regidas por Posturas elaboradas pelas Câmaras Municipais.¹⁴⁷ No início do século XIX, mesmo após a extinção das corporações de ofícios mecânicos, pela Constituição de 1824, os mestres portugueses não só dominavam a produção arquitetônica doméstica, como também eram recorrentes nas obras públicas municipais e provinciais. Até meados dos anos de 1870, a arquitetura doméstica era considerada, pelo menos em São Paulo, uma profissão ligada aos mestres de obras. A esse respeito, Campos cita um curioso episódio da vida profissional de Ramos de Azevedo que elucida o “status” da profissão de arquiteto naquele momento:

“Aconselhado pelo diretor da Universidade de Gand a se transferir da engenharia civil para a arquitetura, já que se mostrava particularmente dotado para o desenho, Ramos reluta argumentando que no seu país havia muito serviço de engenharia civil e que inclusive, já tinha nisto alguma experiência. Pressionado pelo diretor, o aluno

¹⁴⁶ ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

¹⁴⁷ FLEXOR, Maria Helena. Oficiais Mecânicos na cidade de Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador, Departamento de Cultura: Museu da Cidade, 1974.

brasileiro capitula e muda de curso, escrevendo logo em seguida ao pai para participar-lhe o ocorrido. O major João Martins de Azevedo, homem de recursos e socialmente bem posicionado, responde com cautela, externando um julgamento cheio de senso comum: ‘Ora meu filho, pensa bem: engenheiros temos poucos e há muito que fazer e para a arquitetura aqui temos bons mestres de obras’.”¹⁴⁸

É certo que a presença de engenheiros-arquitetos seria, principalmente a partir da presença de Ramos de Azevedo na Capital, a partir de 1886, um fator que levaria ao paulatino declínio dos mestres na linha de frente da produção arquitetônica. Todavia, os registros de fim de século (1894-1904) demonstram que a passagem do domínio dos mestres para a supremacia dos engenheiros-arquitetos diplomados foi, na acepção da História das Mentalidades, uma história de lentidão. Na confluência das listagens há pouco mencionadas, identificamos **19** construtores lusos, conforme se vê na tabela abaixo:

Tabela 6: Construtores portugueses registrados e identificados na SOP entre 1906-1914

Nome	Data Nasc.	Naturalidade	Escritório/Residência	Nº obras
1. Alberto Domingues de Azevedo	-	-	Rua Paraíba, 8 A	1
2. Alberto Ferreira dos Santos	-	-	Rua Hannemann, 18-B	1
3. Antonio Alberto de Castro	-	-	Rua Paraíba, nº 4	2
4. Antonio Domingues de Azevedo	-	-	Rua Paraíba, 8	61
5. Antonio Pereira Capella Jr.	28/03/1887	Pedroso	Rua General Flores, 57	1
6. Bernardino Fontes Oliveira	-	-	Rua Helvetia, 43	2
7. Euzébio Belleza	20/08/1874	Porto	Rua dos Andradas, 61	3

¹⁴⁸ CAMPOS, op. cit., p.110.

8. Francisco Gaspar	07/09/1880	Bragança	Rua Julio de Castilhos, 250	1
9. João Ferreira	-	-	Rua Ubaldino do Amaral, 3	15
10. Joaquim Domingues Belleza	-	-	-	7
11. Joaquim Miranda	-	-	Rua Frei Caneca, 67	3
12. José Alves Ferreira	-	-	Rua Turiassu, 303	1
13. José Barbosa	09/03/1886	Porto	Rua Canindé, 45	1
14. José Quedas	-	-	Rua São Leopoldo, 59	3
15. Manoel Alves Ferreira	29/11/1869	Cons. Feira	Av. Celso Garcia, 339/Rua Frei Gaspar, 16	6
16. Manoel Belleza	-	-	-	5
17. Manoel da Costa Neves	-	-	Largo de Santa Cecília, 17	4
18. Manoel da Cruz Pires	-	-	Rua João Boemer, 363	2
19. Manoel Reis Pinto da Rocha*	-	-	-	-
20. Manoel Pereira da Silva	27/12/1884	Vianna do Castelo	Rua Treze de Maio, 208	1

* Construtor atuante antes de 1906.

Dos **20** construtores lusos identificados, apenas 6(seis) alcançaram os registros do CREA-SP a partir de 1933. São eles *Antonio Pereira Capella, Euzébio Belleza, Francisco Gaspar, José Barbosa, Manoel Alves Ferreira e Manoel Pereira da Silva*. Os demais foram encontrados em registros anteriores aos anos 1930 e passaram a atuar principalmente a partir de 1910. Os construtores mais antigos entre os lusos acima identificados são *Joaquim Domingues Oliveira Belleza e Manoel Belleza*.

A Família Belleza

Os dois sujeitos supracitados fazem parte de uma tradicional família de construtores, presente em São Paulo desde 1880. O início dessa tradição parece ter começado com José Domingues da Silva Belleza, um dos empreiteiros mais ativos dos anos de 1880, atuando na região central.¹⁴⁹ Segundo Barbuy, este “Belleza” foi responsável pela construção de dois prédios na Rua Quinze de Novembro, um em 1886 no número 59 e outro em 1887 no antigo nº 45, ambos no lado ímpar.¹⁵⁰ Entre 1906 e 1914, período abarcado pelo nosso levantamento na *SOP*, José Belleza não foi encontrado, provavelmente falecido no início do século XX. Os demais “Belleza” se valeram do prestígio do pioneiro José Domingues, mas ao contrário dele, marcaram presença construindo fora da região central, fato característico na atuação da maioria dos construtores práticos, empreendedores típicos dos novos bairros da cidade. Em 1912, Manoel Belleza figura na construção de *quatro casas em série* na Alameda Barros, no bairro de *Santa Cecília*, sua principal região de atuação¹⁵¹. Interessante notar que além de responsável pela obra, Manoel Belleza também é proprietário da mesma, o que evidencia um circuito de negócio corriqueiro naquele momento. Muitos construtores começaram a atuar nos bairros onde residiam construindo casas simples e fazendo pequenas reformas, depois de certa fama, passavam a investir também em outros bairros. No mesmo ano de 1912, o construtor aparece numa rua da *Bela Vista*, Itararé, construindo uma casa simples de sua propriedade.¹⁵² Alguns anos antes, em 1909,

¹⁴⁹ Idem, p.196.

¹⁵⁰ BARBUY, Heloisa. op. cit, p.266.

¹⁵¹ SOP-OP1912. 000.581 – PR001.

¹⁵² SOP-OP1912. 002.391 – PR001.

trabalhou na rua Frei Caneca na construção de três casas em série de classe média também de sua propriedade.¹⁵³

Fig.3. Projeto para a construção de uma casa simples na rua Itararé, nº15, na **Bela Vista** em 1912. Construtor e proprietário: **Manoel Belleza**. Notar fachada simples, quase sem motivos decorativos. **Fonte:** AHMWL – SOP – OP1912.002.391 – PR001

¹⁵³ SOP-OP1909.001.055 – PR001.

No intuito de nos aprofundarmos nesta instigante trajetória da Família Belleza (em Portugal “Beleza” com apenas um “l”), conseguimos detalhes preciosos com o arquiteto Gilberto Silva Domingues de Oliveira Belleza¹⁵⁴. Segundo o mesmo, seus antepassados emigraram especificamente de Vila Nova de Gaia, região próxima a cidade do Porto, por volta de 1880. Gilberto aponta que *Joaquim Domingues de Oliveira Belleza* viera com sua esposa, Joaquina da Silva Mota, e seus sete filhos, dentre eles Euzébio, David, Turíbio, Benjamim (bisavô de Gilberto) e Joaquim Belleza. Este se tornou Bispo em Florianópolis em 1914 e os demais participaram de alguma maneira dos negócios do pai no ramo da construção civil.

Joaquim Belleza(o pai) também atuou como construtor e empreendedor em Santa Cecília, Luz e Bom Retiro. Em 1911, construiu um sobrado de uso misto e dois pavimentos na ainda rua Duque de Caxias no bairro de Campos Elíseos.¹⁵⁵ No mesmo ano, assinou como proprietário os projetos de dois pequenos sobrados na Av. Tiradentes, nº120.¹⁵⁶ E em 1912, figurou como empreiteiro na construção de uma “garage” para automóvel na rua “Dr. Abranches”, s/n(Frederico Abranches), em Santa Cecília.¹⁵⁷ Joaquim também atuou na tentacular e impressionante rede de empreiteiros coordenada pelo já citado *José Kanz*. Em 1907, por exemplo, executou uma reforma “*levantando um puchado na casa do Largo de Santa Cecília, nº 19, canto da rua Dr. Abranches e colocando-a no alinhamento*”.¹⁵⁸

Dos filhos de Joaquim, somente Euzébio Domingues Oliveira Belleza, foi registrado como “Arquiteto Licenciado” pelo CREA em 1935. Localizamos o mesmo

¹⁵⁴ Depoimento gentilmente concedido em 24/02/2011 no Escritório “Belleza & Batalha Arquitetos Associados” na Rua Fidalga, 545, Vila Madalena.

¹⁵⁵ SOP-OP1911. 001.403 – PR001.

¹⁵⁶ SOP-OP1911. 003.503 e 1911.003.504.

¹⁵⁷ SOP-OP1912. 001.653 – PR001.

¹⁵⁸ SOP-OP1907. 001.350 – PR001.

em 1906, construindo uma casa, de sua propriedade, na Rua das Palmeiras, “sem número”.¹⁵⁹ Só identificamos 3 (três) obras realizadas pelo mesmo entre 1906-1914, e todas sem o projeto(prancha arquitetônica) disponível. Contudo, como atuou para além dos anos 1930, seus projetos devem constar nos anais da SOP após 1914. Como de fato aconteceu com muitos descendentes de construtores práticos licenciados, a família Belleza ainda continua no cenário da arquitetura paulista. Muitos netos e bisnetos de construtores licenciados acabaram por entrar nas fileiras acadêmicas, garantindo a legitimidade técnico-científica que seus avós não obtiveram. Nesse sentido, Gilberto Domingues de Oliveira Belleza, doutor em arquitetura pela FAU-USP e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, figura nessa tradição de mudanças, permanências e embates da profissão.

Fig.5. Projeto para a construção de um sobrado de dois pavimentos na Av. Tiradentes, nº120, no ano de 1912. Construtor e Proprietário: **Joaquim Belleza**. Fonte: AHMWL- SOP - OP1912. 003.508

¹⁵⁹ SOP-OP1906. 001.215 - Requerimento sem prancha.

Fig. 6. Projeto para a construção de uma “garage” na Rua Frederico Abranches, s/n em 1912.
Construtor: **Joaquim Belleza**. Fonte: AHMWL – SOP – OP1912. 001.693 – PR001

162

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO – 5.ª SEÇÃO

Nome Euzébio Belleza Registro No. _____
 Nacionalidade Portuguesa Residência r. Andrades 61-
 Assinatura Euzébio Belleza

Em cumprimento do despacho exarado em 1 de Março de 1935 no processo No. 11008 de 1935, pelo Sr. Diretor de Obras e Viação, faço ao lado a averbação da carteira profissional outorgada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, da 6.ª Região, em 8 de Janeiro de 1935, de acordo com o Decreto Federal No. 23.569 de 14 de Dezembro de 1933, a Euzébio Belleza

5.ª Seção da Diretoria de Obras e Viação, em 1 de Março de 1935
 O escrivão Galvão Fontes
 VISTO

Chefe da Seção

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira No. 881 6.ª REGIÃO S. Paulo, 8 de Janeiro de 1935
 Registro no CREA No. 2849
 Nome Euzébio Belleza
 Nacionalidade Portuguesa
 Naturalidade Porto
 Nascido a 20 de 8 de 1874
 Repartição em que se licenciou Sec. Agricultura em 2 / 13 / 1925
 Estado Paulista
 Título de habilitação Lic. de arquiteto 108

A. Couto de Barros
Presidente do Conselho Regional

Euzébio Belleza
Assinatura do Profissional

PULGAR DIREITO

NÃO É VÁLIDO O RETRATO SEM O CARIMBO DO CONSELHO E A RUBRICA DO PRESIDENTE

De acordo com o art. 15 do Decreto carteira de identificação, substitui o N.º 23.569 a presente servirá de diploma e tem fé pública.

Detalhe amplificado da Foto 3 x 4 do registro de Euzébio Belleza.

Fig.7. Registro de Euzébio Belleza em 8 de janeiro de 1935 com a “Licença de Arquiteto nº 108”.
Fonte: AHMWL – “Livros de registro de construtores Práticos Licenciados”

Fig. 8. Família Belleza junto ao Arcebispo de Florianópolis (ao centro, sentado) Joaquim Domingues de Oliveira. Segundo informou Gilberto Belleza, Joaquim fora registrado com o mesmo nome do pai, mas suprimiu um deles, pois “não ficava bem o sobrenome Belleza para um religioso”. Data desconhecida. **Fonte:** Arquivo Familiar do arquiteto Gilberto Belleza.

Fig. 9. Retrato de Benjamim Domingues de Oliveira Belleza, filho de Joaquim Belleza (pai),irmão de Euzébio, Joaquim (Bispo) e bisavô de Gilberto Belleza. Data desconhecida. **Fonte:** Arquivo Familiar do arquiteto Gilberto Belleza.

Além dos “Belleza”, vale notar a presença de 5(cinco) construtores lusos residindo e atuando na região do Pari. *Alberto Domingues Azevedo e Antonio Domingues Azevedo* na rua Paraíba, nº 8 e 8ª, provavelmente irmãos e sócios; *Alberto Ferreira Santos* na rua Hannemann, 18 B; *Antonio Alberto de Castro* na rua Paraíba, nº 4 e *José Barbosa* na rua Canindé, nº 45. Realizaram ao todo apenas **66** obras entre 1906 e 1914. São projetos em geral de propriedade dos mesmos e em ruas próximas à suas residências, num processo típico entre pequenos e médios construtores do período. Chegavam à cidade, adquiriam terrenos em bairros suburbanos e começavam suas trajetórias construindo a própria casa e posteriormente ampliavam os negócios construindo casas simples e operárias para renda de aluguel.

Fig.10. Projeto para a construção de uma casa simples de Padrão operário, na Rua do Trabalho, 20. **Construtor e proprietário:** Antonio Alberto de Castro.
Fonte: AHMWL – SOP-OP1911. 003.546

Fig.11. Projeto para a construção de uma casa simples na rua Canindé, Pari. **Construtor e Proprietário:** Jose Barbosa.
Fonte: AHMWL – SOP – OP1910.002.769

De fato, existiam níveis diferentes de construtores práticos, desde grandes empreiteiros, até pequenos empreendedores como os lusos da região do Pari. Os projetos arquitetônicos dos portugueses aqui identificados são geralmente mais singelos que dos construtores de outras nacionalidades. Isso talvez se deva à formação completamente prática de alguns construtores. Os registros apontam algumas pistas dessa formação prática. Usemos o exemplo de José Barbosa. Para comprovar sua “competência” como construtor e conseguir a licença para atuar em 1927, Barbosa recorreu ao testemunho de alguém com quem trabalhara em março do mesmo ano, conforme se lê no trecho do livro de registro da Prefeitura Municipal:

*“Atestado (sic) passado pelo Dr. Guilherme Seraphico em 18 de março de 1927 do qual consta que o requerente (José Barbosa) trabalhou sob sua fiscalização (sic) há mais de 3 annos, tendo demonstrado (sic) **possuir capacidade** para o exercício da profissão de constructor”.*¹⁶⁰

Como se vê, a capacidade ou competência era resultado de um *modus operandi* corriqueiro entre os não-diplomados desde o século XIX até o limiar da regulamentação da profissão: a experiência cotidiana, a prática nos canteiros de obra. Se comprovasse a prática, o construtor tinha aval legal para construir sem maiores restrições. Todavia, o mesmo José Barbosa, registrado pelo CREA em 1935, teve sua atuação restrita apenas ao município da capital, conhecendo assim as consequências do decreto lei que deu aos diplomados a primazia definitiva sobre a competência de construir. Entre os seis construtores lusos registrados pelo CREA, apenas Euzébio Belleza não teve sua atuação

¹⁶⁰ AHMWL - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados, Livro 2, p.156.

limitada à Capital. Os demais foram licenciados para construir apenas na cidade de São Paulo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO 269

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO — 5.ª SECÇÃO

NOME José Barbosa Registro No. _____

Nacionalidade Portuguesa Escritório _____

Residência Rua Cassinelli 45

Assinatura José Barbosa

Em cumprimento do despacho exarado em 22 de Agosto de 1935 no processo No. 61394 de 1935, pelo Snr. Diretor de Obras e Viação, faço ao lado a averbação da carteira profissional outorgada pelo Conselho Regional de Engenharia e Architectura, da 6.ª Região, em 6 de Agosto de 1935, de acordo com Decreto Federal No. 23.569 de 14 de Dezembro de 1933, a José Barbosa Divisão de Expediente em 1 de Setembro de 1935

O escripturário Amiano Pinto Leizaola

VISTO Amiano

Chefe de Seção

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITETURA

CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira No. 1365 6.ª REGIÃO S. Paulo, 6 de Agosto de 1935

Registro no CREA No. 2339

Nome José Barbosa A. Coutinho Barro Presidente do Conselho Regional

Nacionalidade Portuguesa Assinatura do Profissional José Barbosa

Naturalidade Porto Portugal

Nascido a 9 de Março de 1886

Repartição em que se licenciou Munic. Capital

Estado S. Paulo em 20 de Agosto de 1935

Titulo de habilitação Constructor

licenciado só p/ Munic. Capital

De acordo com o art. 15 do Decreto N.º 23.569 a presente servirá de carteira de identificação, substitue o diploma e tem fé publica.

NÃO É VALIDO O RETRATO SEM O CARIMBO DO CONSELHO E A RUBRICA DO PRESIDENTE

POLLEGAR DIREITO

Detalhe do retrato 3x4 de José Barbosa

Fig.12. Registro de José Barbosa em 6 de agosto de 1935. “Constructor licenciado só para o Município Capital”. **Fonte:** AHMWL - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados

O que levou as autoridades do CREA a habilitarem o não-diplomado Euzébio Belleza com a licença de arquiteto e os demais apenas com a licença para atuar como construtores na Capital? A resposta também perpassa o prestígio adquirido ao longo de décadas pela família Belleza, ou seja, ao estabelecerem uma tradição de longa duração conseguiram uma legitimação de competência mais assente que a de construtores que chegaram à cidade após 1910. Porém, não esqueçamos que todos os construtores em

No que tange à quantidade de obras, mesmo que nossa tabela forneça apenas os projetos realizados entre 1906-1914, os lusos ficam atrás de italianos e brasileiros no cômputo geral. Entre os construtores identificados, os mais atuantes, além dos “Bellezas”, foram *Manoel Alves Ferreira* e *João Ferreira*, ambos com seis e quinze obras respectivamente. O primeiro estabeleceu escritório na Av. Celso Garcia, nº 339 e residia na rua Frei Gaspar, nº 16, na Mooca, de onde angariava trabalho para atuar também no Brás e arredores. Dirigiu, em 1911, a construção de quatro casas em série no interior de uma vila na rua João Boemer, nº 26, no Brás.¹⁶¹ Quanto a João Ferreira, construiu inúmeras casas em série em diversas logradouros do Brás, Mooca, Pari e Belém. Em 1913, por exemplo, assinou como proprietário o projeto de construção de onze casas em série na rua Joaquim Carlos, esquina da rua Cachoeira entre o bairro do Brás e do Pari.¹⁶²

Fonte: AHMWL – SOP – OP1911.001.965 – PR001

162 SOP-OP1913. 003.098 – PR001

Fig.14. Projeto para construção de **onze casas em série** na Rua Joaquim Carlos no Pari em 1913.
Construtor e proprietário: João Ferreira. Fonte: AHMWL - SOP-OP1913. 003.098 – PR001.

2.5 . Os germânicos

Silvia Siriani demonstrou a importância dos imigrantes alemães na tessitura da sociabilidade urbana da Capital paulista, entre 1827 e 1889.¹⁶³ Seguindo a trama das formas de sobrevivência das famílias alemãs na cidade, a autora evidenciou as diferentes profissões exercidas por eles, o que incluía engenheiros, arquitetos e mestres de obras. A exemplo dos lusos, os mestres alemães estavam presentes nas obras públicas provinciais desde 1854. Segundo Campos:

*“Através da portaria de 27 de dezembro de 1854 a presidência do governo provincial fez engajar 350 trabalhadores europeus no serviço de estradas (...) A turma contratada constituía-se de 119 portugueses e 204 alemães. Durante certo tempo conservaram as estradas e até revestiram ruas da Capital pelo novo sistema que então se introduzia, o abaulamento a pedregulho. Como da primeira vez, as duríssimas condições a que eram submetidos provocaram evasões em massa, obrigando o governo a romper o contrato com a maioria dos emigrados, os quais, conforme o esperado, vieram exercer suas profissões na Capital.”*¹⁶⁴

Os mestres alemães atuantes entre 1870 e 1890 não se situam no período abarcado por nossa pesquisa (1893-1933), no entanto, faz-se necessário apontar alguns nomes que fazem parte da apontada transição dos tradicionais mestres de obras para os construtores licenciados. No “Almanach Administrativo” de 1884 identificamos alguns nomes de importantes mestres de obras que atuavam por empreitada no período. A tabela abaixo aponta alguns.

¹⁶³ SIRIANI, Silvia. *Uma São Paulo alemã: Vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

¹⁶⁴ CAMPOS, op.cit. p.179.

Tabela 7 – Mestres de obras germânicos em 1884

<i>Nome</i>	<i>Endereço: escritório/residência</i>
1. Bernardo Meyer	Largo da Liberdade
2. João Reik	Rua dos Gusmões, 6
3. Jacob Hehl	Rua dos Estudantes
4. Jacob Tuth	Rua Santa Cruz – Pary
5. Matheus Häussler(Heusler)	Rua dos Bambus

Fonte: Almanach Administrativo, Commercial e Industrial da Província de São Paulo para o ano bissexto de 1884 organizado por Francisco Xavier de Assis Moura – Segundo Anno – São Paulo – Editores Proprietários Jorge Seckler & Cia – 1883.

As mudanças verificadas nos partidos arquitetônicos a partir da introdução do Neoclassicismo encontram nos mestres germânicos sua execução. É a partir dos mesmos que se dá a difusão de novas técnicas construtivas inclusive no que tange à larga utilização da alvenaria de tijolos.¹⁶⁵ Apontamos também que alguns desses construtores foram lembrados pela historiografia como engenheiros-arquitetos, quando eram de fato mestres de obra. *Matheus Häussler, João Reik, e Julius Ploy* estão entre os mestres que atuaram na construção de edificações para famílias tradicionais e abastadas da cidade no último quartel do século XIX. Peguemos o exemplo de Julius Ploy, que na esteira de outros construtores do período atingiu os píncaros da produção arquitetônica trabalhando para a família Souza Queiroz. Quem nos conta a história é o Arquiteto e Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre:

¹⁶⁵ D'ALAMBERT, Clara Correia. op.cit.

“(…) Antonio de Souza Queiroz apresentou à Prefeitura pedido de licenciamento para construir uma residência à Rua da Consolação n.18, assinado pelo **engenheiro** (negrito nosso) alemão Júlio Ploy.”¹⁶⁶

Num segundo momento nos diz Lefèvre que “Júlio Ploy era **empreiteiro e construtor**”¹⁶⁷ e, mais adiante, complementa: “O pedido, assinado pelo **arquiteto** Júlio Ploy(…)”.¹⁶⁸

Júlio Ploy: arquiteto, engenheiro, empreiteiro e construtor. Assim como ocorrera a Heusler e Pucci, a semântica dos termos mais uma vez denuncia o limbo em que viviam os profissionais da construção no referido período. Não se quer aqui criar um diletantismo em torno das denominações ou mesmo questionar admiráveis pesquisas que serviram de referência chave para a nossa. Pelo contrário, é na leitura das mesmas que podemos vislumbrar e ratificar nossa tese, desde a chegada de inúmeros construtores estrangeiros à cidade, principalmente a partir de 1880, até o momento em que o estatuto da profissão se altera e se transmuta num universo indistinto. Vale dizer que mesmo diante do crescimento do discurso técnico-científico, a proliferação de mestres que ao longo dos anos adquirem títulos informais de “Engenheiro-Architecto” foi fundamental para a criação e fortalecimento de sua própria negatividade, trocando em miúdos, foi a partir da atuação de construtores “leigos”, ou “práticos”, ou “licenciados” em toda a cidade e em larga escala, que os profissionais diplomados puderam construir um arcabouço teórico para implementar o corporativismo e pressionar as instituições públicas no intuito de limitar a atuação de não-diplomados.

Quanto à Ploy, encontramos o mesmo registrado como “Empreiteiro de Obras” entre 1894 e 1900, estabelecido na Vila Mariana, desaparecendo dos registros após esse

¹⁶⁶ LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. op. cit. p.44.

¹⁶⁷ Idem, p.45.

¹⁶⁸ Idem, p.47

período. Também não encontramos nenhuma obra do “Empreiteiro” na SOP entre 1906-1914. Assim como Ploy, os demais germânicos supracitados também não figuram entre 1906-1914, todavia os mesmos foram pioneiros na consolidação de um campo de atuação caro aos construtores não-diplomados. Das confluências de nossas listagens e levantamentos identificamos os construtores abaixo arrolados.

Tabela 8 - Construtores germânicos registrados e atuantes na SOP entre 1906-1914

Nome	Data nasc.	Naturalidade	Escritório/Residência	Nº de Obras
1. Guilherme Krug	1835	Cassel	Rua Moreira César, 59	-
2. Jorge Müller & Irmão	-	-	Alameda dos Andradas, 77	31
3. Maxmilian Erhart	-	-	Rua São Bento, 33	20

Fonte: AHMWL – SOP e Livros de Registro de Construtores

A pequena quantidade de construtores de origem alemã nas primeiras décadas do século XX já se insere no cenário de hegemonia dos italianos e brasileiros dominando a cena da construção civil. Se os germânicos configuravam maioria até aos anos 1880, após essa data foram rapidamente ultrapassados pelos italianos e também pelos brasileiros locais e brasileiros descendentes de portugueses e italianos. Entretanto, começamos nossa análise por Guilherme Krug.

Guilherme Krug

Ao elaborar o perfil de George Krug, filho de Guilherme, Sylvia Ficher aponta algumas informações sobre o pai. Nascido em Cassel, uma cidade independente do Estado de Hesse na atual Alemanha central, em 1835, Wilhelm Gustav Heinrich viera

na condição de imigrante para a região de Campinas em 1852.¹⁶⁹ Partiu em 1856 em viagem aos EUA e lá se casou com Amélia Catarina Baley, futura mãe de George. Mais uma vez aqui uma lacuna quanto à condição profissional do pai, Guilherme. Afirma Ficher, “*Em 1875, a família Krug transferiu-se para Campinas, onde Guilherme passou a trabalhar como **construtor**; devido à epidemia de febre amarela em 1889, mudaram-se para São Paulo*”.¹⁷⁰ Todavia, a questão é mais complexa e a trajetória histórica dos Krug parece saltar à vista vinda diretamente de uma epopéia moderna.¹⁷¹ Foi o pai de Guilherme Krug, e futuro avó de George, que imigrara da ainda Imperial Corte de Hesse, em Cassel, como dissidente político.¹⁷² Assim descreve um familiar,

“*A família Krug partira da Alemanha há muitos anos, e em 1852, por decisão do bisavô de Anita Malfatti, **marceneiro** em Kassel. Este, de gênio irrequieto, entusiasmado por ‘tudo que se chamava “liberdade”’, por suas atitudes políticas na revolução de 1848, viu ser impossível manter seus negócios na cidade – realmente, escrevia sua filha, ‘democrata e marceneiro da Corte[de Hessen – Kassel] não se ligavam’ e ‘os cuidados não se fizeram esperar’. Embarcou com a família para o Brasil e, partindo de Hamburgo, depois de três meses chegava em Campinas.*”¹⁷³

Fica evidente no trecho o tom memorialista do relato familiar. Um marceneiro da Era das Revoluções, cujo nome não nos é revelado, saído diretamente da Primavera dos Povos de uma Europa convulsionada pelas acomodações do modo de vida burguês e pela espoliação das classes operárias.¹⁷⁴ Reivindicando liberdade, ele veio parar justamente nos Trópicos onde grassava a escravidão e onde o poder político se

¹⁶⁹ FICHER, Sylvia. op. cit., p.87.

¹⁷⁰ Idem, ibidem.

¹⁷¹ LEMOS, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.

¹⁷² BATISTA, Marta Rossetti. *Anita Malfatti: No tempo e no Espaço*. São PAULO Ed.34; Edusp, 2006.

¹⁷³ Idem, p.27.

¹⁷⁴ HOBBSAWN, Eric J. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

perpetuava nas mãos de poucos poderosos. Talvez aqui se confirme a famigerada tese das ideias fora do lugar, propugnada por Roberto Schwarz.¹⁷⁵ No entanto, uma pista nos foi dada, o pai de Guilherme Krug, “o revolucionário”, era marceneiro e ao filho legou sua condição. Todavia, a pitoresca odisséia vai além, conforme lemos o restante do relato,

*“Seu filho, Guilherme Krug – o avô de Anita Malfatti - então com dezessete anos, o acompanhou; mas, talvez irrequieto como o pai, mal atingia a maioridade, ‘ a fim de se apaerfeçoar’, partiu para os Estados Unidos. Atravessou o oeste norte-americano em fase de conquista e, numa parada de descanso de combate aos índios, casou-se com Amélia Catarina Baley – a avó Catarina de Anita Malfatti. Viveram anos em Fresno, Califórnia, onde nasceram alguns de seus filhos, inclusive Eleonora Elizabeth (mãe de Anita). Depois, Guilherme Krug decidiu voltar com a família para o Brasil, juntando-se novamente aos parentes em Campinas; trabalhou até o final da vida como construtor.”*¹⁷⁶

Para além da espetacular história - mesmo que tomada por chavões de acontecimentos centrais da história contemporânea tais como Expansão Territorial Norte-Americana, Primavera dos Povos, Unificações Alemã e Italiana - nos cabe perguntar: qual a formação de Guilherme? As passagens acima, as notas de Sylvia Ficher, e os escritos de Carlos Lemos sobre a trajetória de Ramos de Azevedo e seus colaboradores passam ao largo da questão. Ora, Guilherme aprendera com o pai a profissão de marceneiro e, uma vez aqui estabelecido, depois da odisséia no “*Far West*”, atuou como “construtor” até sua morte em 1907. Vale dizer que Guilherme Krug veio de uma tradição de ofícios mecânicos, mas viu o filho, George Krug, diplomar-se arquiteto pelo *Institute Of Fine*

¹⁷⁵ SCHWARZ, Roberto. op. cit.

¹⁷⁶ BATISTA, Marta Rossetti. op. cit., pp.27-28.

Arts da Universidade da Pensilvânia, na Filadélfia. Com o filho diplomado constituiu a firma “Guilherme Krug & Filho” desde o fim da década de 1880.¹⁷⁷ Assim como acontecera com os “Belleza”, aos poucos as gerações de construtores da mesma família foram se adaptando à institucionalização da profissão. Quanto às obras de Guilherme Krug, não encontramos o nome do mesmo entre 1906-1914. Em 1906, ano anterior ao seu falecimento, verificam-se apenas projetos assinados pelo filho George Krug.

Fig.15. Projeto de reforma no primeiro andar do Hospital Samaritano em 1914. O Hospital foi construído em 1892 por Guilherme Krug & Filho, e reformado em 1914 apenas pelo Arq. George Krug, o filho.
Fonte: AHMWL – SOP – OP1914. 001.359 – PR001.

¹⁷⁷ FICHER, Sylvia. op. cit., p.87.

Jorge Müller & Irmãos

Estabelecidos na Alameda dos Andradas, n.77, os irmãos Müller se tornaram empreiteiros de grande monta, tendo construído desde grandes armazéns até pequenos palacetes. Foram responsáveis pela execução de **31** obras entre 1906-14. Como não alcançaram os registros dos anos 1920 e 1930, poucas informações temos a respeito de suas origens e trajetórias pessoais. Diferente dos pequenos construtores lusos, “Jorge Müller & Irmãos” construíam mais para terceiros do que para si próprios, tendo como clientes especialmente sujeitos de origem germânica. Em 1907, projetaram e construíram um galpão para uma oficina de litografia¹⁷⁸ propriedade de dois alemães que só recentemente foram “redescobertos” pelos estudiosos de cartões postais brasileiros. Um dos proprietários alemães foi o editor Julius Hartmann, “*autor de uma série de postais, que atinge quase o milhar, com vistas e panoramas de várias cidades do País, atuando como impressor especializado ou editor associado, a pedido de livrarias e editores locais*”.¹⁷⁹ Citando um artigo da Carta Mensal da Associação de Cartofilia do Rio de Janeiro – ACARJ, Gerodetti e Cornejo nos informam sobre a fábrica de litografia:

“Em 1º de maio de 1900, dois industriais alemães, Julius Hartmann e Gustavo Reichembach, fundaram em São Paulo a Companhia Litográfica Hartmann e Reichembach. Em 190, segundo anúncio publicado no Almanaque o Malho, vemos que a oficina que começou a funcionar com três operários contava nesse ano com 48 pessoas, dispondo de trinta máquinas, executando todo e qualquer trabalho litográfico

¹⁷⁸ OP1907. 001.700 – PR001

¹⁷⁹ CORNEJO, Carlos e GERODETTI, João Emílio. *Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

*e com especialidade em cromos, mapas geográficos, rótulos de todas as qualidades, diplomas e folhinhas.”*¹⁸⁰

Resolvido o anonimato dos editores alemães, lembremos que a construção de grandes galpões para fábricas e oficinas não foi exclusividade de arquitetos estrangeiros diplomados como August Fried, também alemão, ou mesmo do conhecido arquiteto Carlos Ekman, o sueco responsável pela Vila Penteado.

Müller também construiu uma série de armazéns¹⁸¹, em 1906, para a empresa **Zerrenner, Bulow e Cia.**, exportadora e corretora de café que também foi responsável por reorganizar a **“Companhia Antarctica Paulista”** após a crise desencadeada pelo Encilhamento.¹⁸² Nas figuras do alemão João Carlos Antonio Zerrenner e do dinamarquês Adam Ditrik Von Bulow, a companhia se reergueu fabricando e distribuindo cervejas e refrigerantes, e sua antiga sede ainda marca a paisagem da Mooca, à beira da Estação homônima da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Jorge Müller também atuou na construção de residências de classe média alta como o sobrado de uso misto (armazém na “rez do chão”) de linhas neoclássicas de propriedade de Otto Fritzsche na Rua Santa Efigênia, n.14, em 1909.¹⁸³ Destaca-se ainda a “casa de commercio e moradia” construída para o proprietário Raphael de Araújo, na Travessa da Sé, n.9, também em 1909.¹⁸⁴

¹⁸⁰ Idem, p.243. O artigo da ACARJ é atribuído a Paulo Berger, que o escreveu na Carta Mensal, nº 84 da associação em outubro/novembro de 1996.

¹⁸¹ OP1906.001.310 – PR001

¹⁸² SAES, Flávio. “São Paulo republicana: vida econômica”. In: História da Cidade..op.cit.,p.220.

¹⁸³ OP1909.002.071 – PR001

¹⁸⁴ OP1909.002.196 – PR001

Fig. 16. Projeto para a construção de uma **Oficina de Litografia** na Av. Rio Branco, n. 70, em 1907. Propriedade de *Hartmann e Reichenbach*. Construtor: **Jorge Müller & Irmão**. Fonte: AHMWL – SOP-OP1907.001.700.

Fig.17 - Projeto para a construção de um edifício de armazéns entre as ruas da Estação – Protestantes – Gusmões, no entroncamento da Estrada de Ferro Sorocabana e da São Paulo Railway (atuais Estações Júlio Prestes e Estação da Luz respectivamente), em 1906. Proprietário: **Zerrenner, Bulow e Cia.** Construtor: **Jorge Müller & Irmãos.** Fonte: AHMWL – SOP- OP1906. 001.310.

Maximilian Erhart

Dos germânicos aqui apresentados, Erhart foi o único que obteve o registro de construtor licenciado nos anos 1920. Estabelecido na tradicional rua São Bento, n.33, chegara a São Paulo após 1910. Sua obra mais recuada na SOP é de 1911, quando projetou a construção de um prédio misto - moradia e armazém - , na rua Vitória, na região dos Campos Elíseos.¹⁸⁵ O registro como construtor nos anos 20, informa que o mesmo fora licenciado pela Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas em 1927, e não há menção alguma sobre sua formação. No entanto, o repertório eclético do construtor e suas assinaturas corriqueiras nos projetos permitem dizer que provinha de formação erudita, mesmo que não acadêmica. Identificamos 25(vinte e cinco) projetos assinados por Erhart, sendo alguns deles também assinado por outro construtor não identificado, mas que aparentemente parece ser “Ostroman”. Numa das pranchas há um apagado carimbo com a inscrição “Erhart & Ostroman – Engenheiros-Architectos”. Entre um dos projetos, destacamos um edifício de grande porte na Alameda Cleveland esquina com a Av. Duque de Caxias, propriedade do Visconde de Nova Granada. José Alves Barreto (1859-1933) era português de Castanha de Pêra, Leiria, e emigrou para São Paulo, onde se casou com Ana Miquelina Alves, aparentemente dona de uma grande propriedade onde Alves Barreto passou a cultivar café, através do qual se tornou figura proeminente, tendo sido protagonista da Real e Benemerita Beneficência Portuguesa de São Paulo. O título de Visconde lhe foi concedido pelo Rei D. Carlos de

¹⁸⁵ SOP – OP1911. 003.802-PR001.

Fig. 19. Projeto para a construção de um prédio na Alameda Cleveland em 1913. Propriedade do Visconde Nova Granada. **Autor do Projeto:** Max Erhart. **Fonte:** AHMWL-SOP-OP1913. 001.489.

José Kanz

Talvez não seja hiperbólico afirmar que José Kanz foi um verdadeiro fenômeno no quadro da produção arquitetônica paulistana na primeira década do século XX. Sua história poderia figurar como tema de uma tese original onde os fios e rastros encontrados na documentação primária dessem lugar a uma bela narrativa. De fato, Kanz foi o sujeito que primeiro chamou nossa atenção no sentido de perceber quem eram as pessoas que estavam por trás de milhares de assinaturas dos requerimentos da *Série Obras Particulares*. Contudo, os fragmentos documentais primários nos ofereceram dele apenas uma breve silhueta, além das milhares de assinaturas.

Perfazendo o caminho que fizemos das salas de pesquisa do AHMWL até a narrativa atual, a polêmica em torno de Kanz começou mesmo na grafia correta de seu nome. O letra “K” foi muitas vezes confundida com a “H”, em “Hanz”, ou “Hans”, nome mais conhecido que “Kanz”, e automaticamente concluído. Nas fontes secundárias buscamos pistas e mais uma vez encontramos em Barbuy.¹⁸⁷ Na rua de São Bento lado par em 1905, um certo José [Hans] assina como requerente para a construção de um prédio. Nas discussões do grupo de pesquisa do AHMWL o nome do suposto empreiteiro ecoava nas falas dos pesquisadores e aos poucos se engendrou um ícone. Mas quem foi “Hans”? Ou melhor, Kanz, grafia assim confirmada por assinaturas testemunhais e datilografadas da Diretoria de Obras e Viação. *A priori*, Kanz foi simplesmente um dos mais ativos empreiteiros que a cidade já tivera desde sua fundação em 1554. A tabela abaixo nos dá a dimensão da quantidade de requerimentos solicitando alvará de licença, para obras novas e reformas, assinados por Kanz entre 1906 e 1914.

Tabela 9: Projetos assinados por José Kanz entre 1906-1914 em comparação com o total anual de requerimentos

<i>Ano</i>	<i>1906</i>	<i>1907</i>	<i>1908</i>	<i>1909</i>	<i>1910</i>	<i>1911</i>	<i>1912</i>	<i>1913</i>	<i>1914</i>	<i>Total</i>
Nº de projetos de Kanz	313	247	220	182	71	22	5	63	11	1.134
Nº total de projetos	1.798	1.746	2.094	2.666	3.006	3.897	4.470	5.536	2.607	27.790

Fonte: AHMWL - SOP

Mesmo numa trajetória descendente entre 1906 e 1914, a quantidade em relação ao total de requerimentos protocolados em 1906 é assombrosa. Kanz representa quase **18%** do

¹⁸⁷ BARBUY, Heloisa. op. cit. p.285.

total de obras realizadas na cidade nesse ano.¹⁸⁸ Considerando o período todo, Kanz representa cerca de **5%** do total de obras de praticamente uma década. Porém, retomemos a pergunta. Quem seria tal sujeito e como conseguiu alcançar tal posição? Não encontramos o nome de Kanz em nenhum livro de registro aqui analisado, tampouco nos anúncios de profissionais da construção civil nos almanaques da passagem do século XIX para o XX. Contudo, no “Almanach para o anno de 1896” publicado pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, na seção que identifica os integrantes da então “Intendência de Obras” do Município de São Paulo, verificamos que o “Ajudante de Campo” dos “Engenheiros de Districto” se chamava “**José Kants**”.¹⁸⁹ Não podemos afirmar categoricamente que se trata do nosso famigerado “Kanz” ou “Kans”, entretantes não é incomum encontrar erros de grafia em nomes registrados em almanaques e publicações do gênero. Vide por exemplo o caso do citado mestre alemão Matheus “Heussler” ou “Haüssler”. A inserção de Kanz e o conhecimento do mesmo dos trâmites burocráticos da Intendência e posterior Diretoria de Obras nos permite afirmar que o tal “Kants” era de fato a mesma pessoa. Entretantes, analisando a lista de germânicos e suas respectivas profissões em São Paulo, Silvia Siriani nos dá uma preciosa pista a respeito de um possível parente de José Kanz. Trata-se do proprietário e empreiteiro de obras **Valentim Kanz**.¹⁹⁰ Este emigrara para São Paulo por volta de 1850, onde passou a atuar em frentes de trabalho do Governo Provincial, tendo atuado como empreiteiro de obras públicas.¹⁹¹ Avançando no tempo e analisando o “Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do

¹⁸⁸ Há que se considerar certamente a quantidade de obras realizadas sem o aval do poder público. No entanto, estamos considerando aqui a cidade “vigiada”, ou seja, controlada pelas instituições do Estado.

¹⁸⁹ “Almanach para o anno de 1896 publicado pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

¹⁹⁰ SIRIANI, Silvia. op.cit.

¹⁹¹ CAMPOS, Eudes. op. cit.

Brazil”¹⁹² de 1908, encontramos o mesmo Valentim Kanz como “Contínuo” da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. A ligação de Valentim com o governo estadual remonta o tempo do Império e sua entrada no quadro de funcionários do governo se deve à sua atuação junto ao mesmo durante décadas. Na esteira, portanto, de seu provável parente ou até mesmo pai, José Kanz continua uma tradição e se vale da própria inserção pública que tivera o velho Kanz para atuar na esfera municipal. Não nos esqueçamos que a última década do século XIX foi marcada por mudanças e tensões nas linhas de poder da administração municipal, o que inclui, como já vimos, a formação do quadro de funcionários da Diretoria de Obras organizada por Victor Freire. A possível experiência de Kanz como “Ajudante de Campo”, ou seja, como auxiliar de alinhamento, foi fundamental para sua profunda inserção e difundida atuação fazendo uma ponte entre os trâmites necessários para a aprovação de um projeto e os desejos de uma clientela em polvorosa para fugir do fisco e construir em diversos pontos da cidade. Mais de uma vez verificamos a presença de Kanz como testemunha dos desígnios controladores da prefeitura, conforme podemos conferir no termo de compromisso abaixo.

¹⁹² “Almanak Laemmert”, op.cit.

Fig. 20. Termo de compromisso da Diretoria de Obras exigindo que o proprietário Thomaz Luppo não transformasse seu imóvel em habitação coletiva ou cortiço. Notar a presença de José Kanz (Kans) e Raul dos Santos Oliveira (outro empreiteiro) como testemunhas do fato. Note-se ainda algo comum entre brasileiros e imigrantes da época, o analfabetismo indicado no trecho “não saber ler e escrever”. **Fonte:** AHMWL – “Obras Particulares”.

Para além de colocar na berlinda a questão da legislação sanitarista e do temor das autoridades diante da possibilidade de “encortiçamento” dos imóveis, o documento coloca uma questão visceral para a inserção dos práticos no cotidiano da Diretoria de Obras e da construção civil paulistana. Kanz não foi o único empreiteiro a orbitar em torno dos desígnios da Prefeitura. Raul dos Santos Oliveira (acima identificado) e Fernando Simões, outros grandes empreiteiros do mesmo período, também testemunhavam imbróglis entre a iniciativa privada e a fiscalização pública. De fato,

Kanz foi engendrando um *métier* de trabalho que vai além da função de um simples empreiteiro, uma vez conhecedor dos métodos de funcionamento da Diretoria de Obras, articulou uma ampla rede de negócios obtendo o auxílio de dezenas de construtores. Prova disso está na atuação conjunta com outros sujeitos que figuraram ou ainda figurarão em nossa narrativa. Entre 1907 e 1909, Kanz atuou com Fernando Simões, Joaquim Belleza, Raul dos Santos Oliveira, Manoel Asson, Bartolomeu Coppola e Orestes Biolcati, todos eles ativos construtores identificados em nossas listas e de origens nacionais distintas, o que demonstra a amplitude das associações de grande empreiteiro.

Além dos construtores acima identificados, figuram em torno de José Kanz alguns sujeitos que de alguma maneira vão se tornando agenciadores de construtores juntamente com Kanz, mas sobre os quais não há menção alguma de que fossem construtores ou outra de outra função similar. Os nomes de **Horácio Nogueira, João Eusébio Peixoto e J.A.Henrique** aparecem muitas vezes acompanhados do nome de Kanz e dos construtores que há pouco elencamos. Seriam esses sujeitos agentes intermediários e funcionários de José Kanz? Tudo indica que sim, e as pistas são dadas pelos próprios projetos arquitetônicos que envolvem os nomes aqui em questão. Geralmente são projetos de riscos com precisão técnica e de acordo com a legislação sanitária, porém, são diretos e simples, com planta, corte A-B, escala de 1:100 e quase nunca apresentam fachada ou elevação. A caligrafia do sujeito que desenhava os projetos se repete profusamente ultrapassando a casa das centenas e chegando a milhares. Na maioria das vezes, eram projetos fáceis e rapidamente aprovados pelos fiscais e pelo engenheiro Victor Freire. Nesse sentido, acreditamos que José Kanz articulou e coordenou uma grande rede de pequenos e médios construtores que povoaram os bairros novos da cidade com casas térreas simples, com coqueiras, muros,

pequenos armazéns e oficinas. Kanz e seus colaboradores (sem termos a intenção de mitificá-lo como o “Ramos de Azevedo” dos anônimos, nem diminuir a importância dos demais construtores) representam não só os construtores de um patrimônio cultural edificado em vias de extinção, mas também um *modus operandi* que a nosso ver foi criado pelos construtores não-diplomados e que aos poucos foi transferido para as mãos de engenheiros e arquitetos formados por instituições de ensino superior.

Fig. 21. Projeto para a construção de uma casa simples de padrão operário(três cômodos) na “Vila Sophia” (Lapa) em 1907. Propriedade de Alfredo Alves de Siqueira. Requerimento assinado por **José Kanz**. Fonte: AHMWL – SOP-OP1907. 000.617

Fig. 22. Projeto para a construção de uma casa simples de padrão operário na Rua Homem de Mello, s/n, em 1908, propriedade de Manoel Antonio de Mendonça. Requerimento assinado por **João Euzébio Peixoto**. Fonte: AHMWL-SOP-OP1908.000.750-PR001

Fig.23. Projeto para a construção de uma reforma numa casa de uso misto (residência e armazém) na Rua Barão de Ladário, n.65, em 1906. **Requerimento** assinado por **Horácio Nogueira**. Fonte: AHMWL – SOP - OP1906.000.152.

2.6. Os italianos

“E os capomastri eram mestres de obras, ou nada mais que pedreiros, e conectavam a fantasia e a memória das igrejas das suas aldeias à ponta de um guarda-chuva, com o qual riscavam o chão, traçando ao vivo e na medida exata e total a planta da construção que se preparavam a erigir. O resto estava nas suas cabeças, e dava-se que já intuíssem, antes mesmo que se fincasse no espaço dos ventos, um templo ou um sobrado, mais ou menos como Michelangelo pressentia figuras dentro dos blocos de mármore de Carrara.”

Mino Carta – **Histórias da Mooca** (com a bênção de San Gennaro) – p.36¹⁹³

O trecho do ilustre jornalista ítalo-brasileiro encerra uma das visões mais recorrentes entre os memorialistas da saga dos italianos em São Paulo, a ideia de que os *capomastri* ou mestres de obras italianos riscavam seus projetos com a ponta de um guarda-chuva. A imagem é saudosa, bela, poética. Ultrapassa o limite do relato histórico para trilhar a narrativa literária assim definida por Sevcenko:

“Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosclênio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é a maior com a fantasia do que com a realidade.

¹⁹³ CARTA, Mino. *Histórias da Mooca* (com a bênção de San Gennaro). Rio de Janeiro: Berlendis & Vertecchia Editores Ltda, 1982.

*Preocupa-se com aquilo que poderia ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real”.*¹⁹⁴

Não retiremos, portanto, a beleza da melancolia do autor, contanto que não deixemos de inscrevê-la na perspectiva literária. A imagem dos construtores italianos riscando o chão com a ponta do guarda-chuva é de âmbito literário. Na análise dos documentos primários e na tentativa de criar uma narrativa em perspectiva histórica a respeito da produção arquitetônica dos práticos inserida nos embates sociais cotidianos, nos inscrevemos na razão maior da História, a procura do ser das estruturas sociais.¹⁹⁵ E, portanto, na interpretação das fontes podemos afirmar que os riscos (projetos) dos italianos encerram desígnios que não os literários, mas sim a construção de uma prática de trabalho que certamente alterou a maneira de se construir na cidade, contribuindo de forma essencial para a formação do mercado da construção civil e para a construção da prática profissional que desembocaria nas tensões e especificidades do campo de atuação do engenheiro e do arquiteto.

É nessa ordem de coisas que podemos pensar a trajetória de inúmeros italianos na produção do espaço urbano de São Paulo. Em se tratando de historiografia, retomemos novamente aquela obra que de longe foi a que mais deixou permanências nas produções posteriores sobre a presença italiana na construção civil: *Arquitetura Italiana em São Paulo* de Anita Salmoni e Emma Debenedetti.¹⁹⁶ Mesmo que elaborada a partir do fervor nacionalista das autoras italianas, a obra guarda uma vitalidade que impressiona. Certamente algumas abordagens guardam lacunas típicas do tempo em que

¹⁹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p.27-33.

¹⁹⁵ Idem, p.29.

¹⁹⁶ Op.cit.

escreveram, e já apontamos algumas ao longo do trabalho. No entanto, ao deslindarem os nomes dos inúmeros mestres italianos construindo em toda a cidade, as autoras ainda representam exceção numa historiografia de esquecimento. Exceção também encontrada nas pesquisadoras Sheila Schneck e Luciana Alem Gennari, que abordaram alguns nomes essenciais entre os italianos.¹⁹⁷ Ainda pensando na vitalidade do livro, qualquer estudo que de alguma maneira aborde a produção arquitetônica italiana se vale das informações das autoras. Carecemos sim de uma renovação historiográfica sobre o tema, mas isso não significa excluir sumariamente uma contribuição fundamental. Nesse sentido, Salmoni e Debenedetti há muito puseram luz sobre a importância dos mestres de obras e engenheiros-arquitetos italianos que transformaram a história da construção civil em São Paulo na virada do século XIX para o XX.¹⁹⁸ Sobre o casario de alvenaria que os mestres construíram, dizem as autoras:

*“semelhantes a pequenos cubos estampados por uma única matriz dispostos ao longo das ruas dos novos bairros da cidade em formação, as casinhas dos mestres-de-obras italianos deram um caráter unitário às ruas de Vila Buarque, Higienópolis, Campos Elísios, Bom Retiro e do Brás, tornando-se mesmo monótono, e que podemos reconstituir com a ajuda das casas que não foram demolidas, rodeadas por prédios mais modernos”*¹⁹⁹

A passagem nos permite algumas considerações, “os cubos estampados” não eram “privilegio” dos construtores italianos, conforma atesta a larga atuação de José Kanz, Fernando Simões, Raul dos Santos Oliveira, dentre outros. E “a única matriz” que supostamente perfazia as fachadas, não era unívoca e nem sempre envolvia o mesmo repertório plástico. Não podemos negar, como também apontam as autoras que de

¹⁹⁷ GENNARI, Luciana e SCHNECK, Sheila. op. cit...

¹⁹⁸ DEBENEDETTI e SALMONI, op.cit.

¹⁹⁹ Idem, p.63-64.

desconhecidos mestres e construtores de simples casinhas, alguns foram ganhando destaque e prestígio, imbuídos das teorias das “Cinco Ordens da Arquitetura” de Vignola, e seu repertório de inspiração clássica, alcançando o grande circuito da produção arquitetônica paulistana. Partilhamos da tese, porém tal processo era mais amplo e também envolvia construtores germânicos, lusos e inúmeros brasileiros. Nesse sentido, não podemos fazer tábula rasa da experiência profissional de inúmeros e diferentes construtores italianos. Suas distintas regiões de origem numa plural e fragmentada cultura, impelida pelos projetos de construção da nação, tem conseqüências na vida além mar. Desse modo, vejamos no amplo quadro abaixo algumas características gerais da diversidade dos mesmos.

Tabela 11 – Construtores italianos registrados entre 1894 – 1950 e presentes na SOP entre 1906-1914

Nome	Data nas.	Naturalidade	Escritório/residência	Obras
1. Carlos Milanesi*	-	-	Rua da Glória, 109	-
2. Narcizo Frediani	25/03/1863	Lucca	Rua Voluntários da Pátria, 234	08
3. Rossi & Brenni*	-	-	Rua Conselheiro Furtado, 50	-
4. Manoel Asson	1869	-	Ladeira de São Francisco, 21	62
5. Antonio Cavichioli	-	-	-	07
6. Calcagno e Irmão*	-	-	-	-
7. Sante Bertolazzi	-	-	Praça da Sé, 3/Rua Bresser, 258	28
8. Francisco Sargaço	-	-	-	02
9. Miguel Marzo	-	-	Rua Capitão Salomão, 42	89
10. Thomaz Ferrari	-	-	Rua Maria Theresa, 31	05
11. Michele Del Cima	24/07/1868	Lucca	Av. Tiradentes, 131	03
12. Archimedes Galli	-	-	Rua Bela Cintra, 64	11
13. Antonio Melchert	-	-	-	02
14. Ângelo Lariola	-	-	Rua Asdrúbal do Nascimento, 22	01
15. José Cottini	-	-	-	01
16. Raphael Cardone	-	-	Rua Assembléia, 20	s/p
17. Raphael Ferrara	-	-	Rua Dr. Vila Nova, 16	03

18. Caetano Piccardi	29/03/1884	Montova	Av. Lins de Vasconcelos, 51	02
19. Giovanni Olivieri	-	-	Rua São Pedro, 43	01
20. Oreste Biolcati	10/08/1859	Rovigo	Rua Dr. Ubaldino Amaral, 18	01
21. Domingos Del Papa	01/08/1897	Lucca	Rua Justo Azambuja, 7	10
22. Adolpho Zoccola	10/05/1885	Salerno	Rua Líbero Badaró, 46/Rua Augusta, 333	01
23. Dante Maziero	14/10/1881	[Estanguela]	Rua Mazzini, 27	01
24. Marco Migliacci	-	-	Rua da Consolação, 550	03
25. José Minozzi	17/03/1864	Roma	Rua José Maria Lisboa, 172	01
26. José Chiappori*	28/08/1874	Cagliari	Rua José Bonifácio, 73/Rua Martiniano de Carvalho, 84	-
27. Aldo Lanza*	17/03/1888	Milão	Rua José Bonifácio, 73/Rua Chuy, 6	-
28. Ângelo Bitelli	22/11/1881	Ravena	Rua Parecis, 51	04
29. Ângelo Cristoforo	-	-	Av. Rebouças, 45	01
30. José Fugulin	16/05/1882	Udine	Rua São Vicente, 20	03
31. Antonio Fugulin Junior	13/07/1886	Udine	Rua Direita, 7/Rua Manoel Dutra, 9	03
32. Augusto Marchesini	14/07/1883	[Verona]	Rua Venceslau Brás, 22/Rua Lacerda Franco, 25	01
33. Ignácio Ferrara	04/01/1881	Palermo	Rua Joaquim Piza, 26	01
34. Espartero Rossi	-	-	Rua Castro Alves, 13	06
35. Luiz Pedalini	-	-	Rua Pedro Taques, 31	03
36. Pietro Carboni	-	-	Rua do Hipódromo, 242	01
37. Emilio Simonetti	-	-	Rua Netto de Araújo, 21	01
38. Agide Gorgatti	09/06/1891	Montova	Alameda Santos, 218	01
39. Cirillo Bellettato	26/08/1876	Rovigo	Av. Independência, 69	01
40. Antonio Sorrentino	-	-	Rua Cyrino Abreu, 7	02
41. Ângelo Fermi	-	-	Rua Cesário Alvim, 16	01
42. Natale Filippi	06/11/1875	Lucca	Praça da Sé, 43/Carandiru, 20	02
43. Adriano Manzini	-	-	Rua Jorge Dronsfield, 5	03
44. Ulysses Moretti	14/10/1879	Montova	Av. Independência, 75	02
45. Alexandre de Battisti	14/01/1871	Verona	Rua Vergueiro, 6	63
46. Francisco Gola	-	-	Rua Salete, 50	01
47. Sisto Ranzini	-	-	Rua Duílio, 19	01
48. João Serato	08/05/1884	Veneza	Rua Barata Ribeiro, 51	10

49. Alberto Tanganelli	28/05/1887	Castiglione-Fiorentino	Rua Herval,35 A	01
50. Pedro Amadesi	-	Roma	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 4201	13
51. Ignácio Pretti		-	Rua Paim,75	03
52. José Rossi	21/04/1888	Montova	Rua Luis Coutinho, 593	30
53. Silvio Fagnani	-	-	Rua Barão de Tatuí, 47	03
54. José Martuscelli	21/01/1873	Salerno	Rua Bela Cintra, 167	06
55. Ângelo Conte	12/07/1866	Vincenza	Rua Tamandaré, 190	18
56. Giovanni Natale	-	-	Rua do Paraíso, 61	01
57. Carlos Medea	22/12/1878	Rovigo	Rua Capote Valente, 98	01
58. Antonio Stefani	-	-	Rua João Boemer, 14	10
59. José Antonio Zuffo	06/01/1872	Rovigo	Largo General Osório, 9/Rua Apiaí, 117	02
60. Francisco Santoro	23/12/1883	Nápoles	Rua Serra de Jairé, 151	01
61. João De Valentin	-	-	Rua Correa Dias, 20	01
62. Carlos Malatesta	-	-	Rua Araguaia, 59	02
63. Felice Mollica	-	-	-	05
64. Alberto Borelli	-	-	Rua Direita, 8	02
65. Saverio Scarpelli	-	-	Rua Major Diogo, 97	02
66. Giacomo Ponzini	-	-	Rua da Mooca, 37	-
67. Vicente Russo	-	-	Rua Clementino, 77	-
68. Vicente Lei	-	-	Rua Domingos de Moraes, 269	01
69. Tito Olini	-	-	Rua Oliveira Alves, 6	01
70. Melchior Barbieri	21/05/1878	Legnano-Verona	Rua Joaquim Piza,22	01
71. Enrico Michetti	-	-	Rua Dr. César, 4	02
72. Domingos Pepe	18/07/1888	Salerno	Rua da Mooca, 501	09
73. João Pangella	-	-	Rua da Consolação,47	02
74. Raphael Tognotti	-	-	Rua Voluntário da Pátria,250	01
76. Aniello Saggese	-	-	Rua Dr. Penaforte Mendes, 30	02
77. Pachoal Ottajano	27/02/1878	Potenza	Rua Rodrigo Silva, 24	s/p
78. Augusto Merlin	-	-	Rua Visconde de Taunay,20	01
79. José Travaglini e (?) Mariotti	-	-	Rua Libero Badaró, 28	07
80. Nilo Graziano	-	-	Rua Liberdade, 30	19
81. João Copertino	29/03/1881	Davelina	Rua Caetano Pinto, 177	02
83. Paulo Amadesi	-	-	Rua Wandenkolk,40	02

84. Romano Valenti	28/08/1883	Pieve Di Coriano	Rua Mazzini,84	02
85. Salvador Fogliano	-	-	Rua Galvão Bueno, 65	02
86. Bartholomeu Coppola	14/03/1868	Nápoles	Praça Julio Mesquita, 89	04
87. Francisco de Cordis	20/04/1871	Consenso	Rua Bernardino de Campos, 2A	03
88. Salvador Petinatti	-	-	Rua Rodrigo de Barros, 73	02
89. Cesare Marchisio	-	-	Rua Sebastião Pereira, 11 A	01 s/p
90. Emilio Stefani	-	-	Rua Lavapés, 240	06
91. Luiz Credidio	-	-	Rua Domingos de Moraes, 218	01
92. Nicolangelo Maronna	-	-	Rua Jaceguai,95	02
93. Florêncio Prota	20/10/1886	Salerno	Rua 15 de Novembro, 44/Rua Quintino Bocaiúva, 5	-
94. João Romeu Murari	09/07/1884	-	Rua Conselheiro Furtado, 521	01
95. Salvador de Rosa	31/01/1892	Nápoles	Rua Cipriano Barata, 204	
96. Genaro Luciano Orsini	03/03/1883	Roma	Rua Bom Pastor, 55/Rua Labatut, 79	04
97. Ângelo Nappi	18/01/1889	Parma - Campagni	Estrada da Cantareira, 165	02
98. Antonio Fiori	26/06/1860	Salerno	Rua Silvia, 4	01
99. José Froise	03/04/1883	Nápoles	Rua Piratininga, 57	01
100. Giulio Zaveri	27/02/1882	Novara	Rua Conselheiro Brotero,37	03
101. Antonio Ambrogi	15/10/1874	Lucca	[Rua Voluntários da Pátria]	02
102. João Galimberti	03/04/1881	Adria	Rua Eça de Queiróz, 6	03
103. João Victor Longo	01/05/1886	Bari	Rua 11 de Agosto, 66	07
104. Ângelo Lodi	14/04/1885	-	Rua Arruda Alvim, 136	01
105. Nicodemo Roselli	02/03/1874	Cortona	Rua 7 de abril,23	01
106. Palmorino Mônico	03/09/1884	Campobasso	Rua Andre Leão, 152/Rua Dr. Freire, 69	01
107. Antelo Del Debbio*	23/06/1901	Viareggio	Rua Cônego Eugênio Leite, 1092	-
108. Felizberto Ranzini *	18/08/1881	Montova	Rua Santa Luzia, 31	-

Legendas

s/p – Requerimentos sem projeto arquitetônico disponível;

* Construtores sem obras encontradas entre 1906-1914.

Total de
projetos:

554

O levantamento expressado pela **Tabela 11** nos dá a medida da variedade de construtores italianos não só quanto ao local de origem como também aos lugares nos quais os mesmos se estabeleceram em São Paulo. Da Lapa ao Tatuapé, da Vila Mariana a Santana, a presença desses profissionais, sua sociabilidade e sua produção material alterou definitivamente a silhueta arquitetônica da cidade. Começamos vislumbrando as províncias e regiões das quais emigraram, conforme o quadro abaixo.

Tabela 12 – Distribuição de construtores por região da Itália

<i>Região</i>	<i>Província</i>	<i>Construtores</i>	<i>Total</i>
Toscana	Lucca	Narcizo Frediani Michele Del Cima Domingos Del Papa Natal Filippi Antonio Ambrogi Antelo Del Debio	08
	Arezzo	Alberto Tanganelli Nicodemo Roselli	
Campânia	Salerno	Adolpho Zoccola José Martuscelli Domingos Pepe Florêncio Prota Antonio Fiori	09
	Nápoli	José Froise Salvador de Rosa Francisco Santoro Bartholomeu Coppola	
Lombardia	Montova	Caetano Piccardi Agide Gorgatti José Rossi Felisberto Ranzini Romano Valenti	06
	Milano	Aldo Lanza	

Vêneto	Rovigo	Orestes Biolcati Cirillo Bellettato Carlos Medea José Antonio Zuffo João Galimberti	10
	Verona	Augusto Marchesini Alexandre de Battisti Melchiorre Barbieri	
	Veneza	João Serato	
	Vincenza	Angelo Conte	
Lazio	Roma	Gennaro Orsini Pedro Amadesi José Minozzi	03
Basilicata	Potenza	Paschoal Ottajano	01
Calábria	Consenza	Francisco de Cordis	01
Emilia-Romagna	Parma	Angelo Nappi	02
	Ravenna	Angelo Bitelli	
Friuli-Venezia-Giulia	Udine	José Fugulin Antonio Fugulin	02
Molise	Campobasso	Palmorino Mônaco	01
Puglia	Bari	João Victor Longo	01
Sardegna	Cagliari	José Chiappori	01
Sicília	Palermo	Ignácio Ferrara	01

Considerando as regiões da *Toscana*, *Lombardia*, *Vêneto*, *Emília-Romagna* e *Friuli*, a parte norte concentra a origem de **28** construtores, mais da metade dos **46** que tiveram a sua origem identificada. Os outros **18** se concentram na região centro-sul do país. Não é novidade o fato de que muitos imigrantes vieram diretamente para regiões citadinas, uma vez oriundos das regiões tradicionalmente urbanizadas do norte da Itália.

Entretanto, conforme a perspectiva do atual levantamento, o número de “nortistas” não está muito acima dos “sulistas”. A região da Campânia, por exemplo, concentra a origem de **9** construtores, oriundos das urbanizadas províncias de Nápoli e Salerno. Ainda das sulistas Basilicata, Puglia, Sicília, Calábria, e mais da Ilha da Sardegnia, vieram **5(cinco)** sujeitos, e da região centro-sul, Lazio e Molise, outros **4 (quatro)**.

Mapa 1 : Itália – Divisão Política

Fonte: <http://www.freeworldmaps.net/europe/italy/map.html>

Interessante notar que dos **6(seis)** construtores originários da região de *Lucca*, **4(quatro)** habitavam na região norte da cidade de São Paulo, entre a Luz e o Bairro de Santana. São eles Narcizo Frediani e Antonio Ambrogio na rua Voluntários da Pátria; Michele Del Cima na Avenida Tiradentes, e Filippi Natale na região do Carandiru. Talvez aqui se coloque a questão de seus lugares de origem como elemento aglutinador dos mesmos na cidade de São Paulo e na própria produção do espaço, uma vez que a distante Itália não era senão uma visão fragmentada e desprovida de unidade nacional. Nesse sentido, São Paulo se tornava o novo território do engendrar de uma “comunidade imaginada” revestida das sociabilidades dos dois mundos.²⁰⁰

De qualquer maneira, sendo do sul ou do norte, certamente vinham com uma significativa bagagem urbana. Não pudemos desenvolver uma larga pesquisa sobre a tradição de cada região, mas é certo que muitas delas guardavam tradicionais redutos artísticos, dos quais muitos dos construtores aqui em questão eram de alguma maneira partícipes. Também é verdade que uma vez em São Paulo, alguns deles aprenderam o ofício de Mestre de Obras com o pai, ou meramente auxiliando mestres pedreiros ao longo dos canteiros de obras espalhados pela cidade. A variedade e intensidade de atuação dos italianos desde a última década do século XIX encontram nas figuras dos mestres mais antigos sua principal expressão.

Destacam-se, nesse sentido, Michele (Miguel) Marzo e Carlos Milanese, registrados como empreiteiros em 1896 e, juntamente, com os Irmãos Calcagno, os primeiros a se auto intitularem “engenheiros-arquitetos”. Marzo é um dos poucos construtores não-diplomados italianos que estiveram presentes nas edificações do

²⁰⁰ ANDERSON, Benedict. op.cit.

Triângulo em fase de modernização entre 1860 e 1914.²⁰¹ Junto com Carlos Milanese, este com escritório na Rua da Glória desde 1895, abre um estúdio na Rua Libero Badaró, nº17, formando o Escritório “*Milanese e Marzo Engenheiros-Architectos*”. Marzo e Milanese, assim como Giuseppe Chiappori e Aldo Lanza, são tão requisitados e conhecidos nas primeiras décadas do século XX quanto seu congênere italiano, o Engenheiro-Arquiteto florentino Giulio Micheli. Todavia, diferentemente de Micheli, não possuíam formação superior em engenharia e/ou arquitetura. Entre 1906 e 1914, não encontramos na SOP edificações assinadas por Carlos Milanesi. No entanto, na última década dos Oitocentos sua atuação foi significativa, conforme atestam os levantamentos de Schneck para o bairro da Bela Vista, onde Milanese realizou **31** projetos.²⁰² Em 1896, entrou como engenheiro na “Seção de Obras” da Intendência Municipal, o que talvez explique seu declínio como agente da iniciativa privada nos primeiros anos do século XX. Nosso interesse em Milanese reside na sua trajetória como um dos primeiros mestres a construíram o famigerado prestígio dos italianos, não só entre o alto patriciado paulista mas também nas fileiras das classes médias e baixas dos subúrbios da cidade. Juntamente com Milanese, já atuavam na passagem do século XIX para o XX, os seguintes mestres: *Antonio Cavichioli, Miguel Marzo, Narciso Frediani, Manoel Asson, Sante Bertolazzi, Archimedes Galli e Michele Del Cima*. Todos eles com intensa atuação. Somadas a produção dos mesmos, ela representa **208** de um total de **554** projetos entre 1906-1914, o que significa **37,5 %** do total de obras realizadas pelos italianos no período. O número elevado demonstra uma forte concentração dessas obras nas mãos de dois construtores: Miguel Marzo com **89** projetos e Manoel Asson com **62**. A atuação de ambos nos dá a dimensão da atuação

²⁰¹ BARBUY, Heloisa. op.cit.

²⁰² SCHNECK, Sheila. op. cit. p.94.

dos italianos na cidade. Na análise dos requerimentos e na recorrência das assinaturas, percebemos que Miguel Marzo é o autor de seus projetos, atuando como projetista e construtor, ao passo que Manoel Asson se envolvia mais com a empreitada, uma vez que seu nome aparece em projetos sem um padrão corriqueiro, o que não exclui a possibilidade de também ter sido autor dos projetos de muitas obras que executou.

Miguel Marzo

A despeito de nossas investigações, não conseguimos descobrir aspectos da trajetória pessoal de Miguel Marzo. As informações sobre o mesmo se fundam nos escritos de Salmoni e Debenedetti, na documentação primária da SOP, além de dados que reunimos ao longo da presente pesquisa. Os almanaques anteriores a 1896 não apontam a presença de Marzo entre os principais construtores da cidade. Entrementes, no “Completo Almanak Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo” de 1896, o nome de Marzo aparece ao lado dos seguintes “Architectos e Constructores”:

Architectos e Constructores

Antonio Fernandes Pinto, r. Conselheiro Nebias,32.

Bertini Carlo, rua Boa Vista,44.

Cesare Pellini, Av. Rangel Pestana,38

Emilio Ollivier, r. D. Veridiana,8.

Milanese e Marzo, r. Libero Badaró,17.

Eugenio Raisin, r. Sao Bento,43.

Florimond Colpaert, Alameda Barão de Limeira,41.

Guilherme Krug & Filho, Rua José Bonifacio, 7, e Conselheiro Crispiniano,51.

Hugo Rabe, Alameda Triumpho,33.

João Baptista Izelli, r. Dr. Rego Freitas,30.

João Lourenço Madeira, Largo Riachuelo, 26,28.

José Cidanes Peres, r. Tamandaré,21.

José Fernandes Pinto, r. Conselheiro Nebias,32.

Miguel Lourenço de Azevedo, rua Aurora,71 B.

Pedro de Mello Souza Junior, r. S. Bento,24.
Pucci & Micheli, r. 15 de Novembro,28.

Fonte: “Completo Almanak Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo”

Certamente Marzo chegara à cidade já numa condição privilegiada e ao lado do já assente construtor Carlos Milanese começou sua longa e intensa trajetória. Em 1905 já aparece atuando fora da sociedade com Milanese, a partir de seu escritório na rua Capitão Salomão, n.42, na região da República, conforme atesta anúncio do “*Almanak Laemmert*”.²⁰³ Uma vez conhecido, Marzo passa a projetar, principalmente para proprietários imigrantes, casas de classe média, cocheiras, casas e sobrados de uso misto, além de reformas.

Fig. 24. Projeto para a construção de duas casas na rua Itapira, n.6, no Bairro do Brás em 1907. Propriedade de **Domingos Marzullo**. Autor do projeto e construtor: **Miguel Marzo**. Planta e elevação demonstram uma das tipologias edilícias mais recorrentes no período em todos os bairros da cidade, as casas em série. A fachada apresenta as sóbrias linhas inspiradas no neoclássico. As platibandas,

²⁰³ “Almanak Administrtivo, mercantil e Industrial do Rio de Janeiro”... op.cit.

ventilações e entradas laterais estão de acordo com a legislação edilícia salubrista. Os acessos aos cômodos se dão por intermédio de um corredor interno, preservando a “privacidade” do dormitório. Os quatro cômodos, sala, quarto, sala de jantar e cozinha configuram uma casa de classe média. **Fonte:** AHMWL – SOP – OP1907.000.861.

Fig. 25. Projeto para a construção de um “Atelier” para a **Marmoraria Tavoraro**, propriedade de Miguel Tavoraro, na rua Santa Efigênia, n.69 em 1906. Projeto e construção: Miguel Marzo. Os arcos plenos da fachada denotam o tema clássico. Na planta podemos verificar um espaço para “Exposição de obras de Mármore”. **Fonte:** AHMWL – SOP – OP1906.001.413.

Fig. 26. Projeto para a construção de um sobrado de uso misto – armazém e residência – de propriedade de Azira Maluff, na Ladeira da Constituição - Sé - em 1906. **Fonte:** AHMWL-SOP-OP1906. 000.120.

Fig. 27. Detalhe do carimbo propaganda de Miguel Marzo como “Architecto-Constructor” com escritório na “Rua Capitão Salomão, 42 – S. Paulo. **Fonte:** AHMWL-SOP-OP1906. 000.120.

Emmanuelle Asson (1869-1922)

Talvez só tenhamos informações sobre Manoel Asson porque sua memória continuou com a atuação de seus dois filhos Luis e Adolfo Asson. A família foi contratada em 1922 para construir o conhecido e já demolido Palacete Santa Helena na Praça da Sé. Citando a “Gazeta Penhense” de 27/02/1982, Malta Campos e Simões Júnior registraram:

*“Era (Manoel) um construtor arquitetônico de elevada dose artística [...] levantou belíssimas residências em todos os bairros finos da metrópole bandeirante, além de palacetes de requintado conforto a Avenida Paulista, em Higienópolis, notadamente na Avenida Angélica”.*²⁰⁴

Do trecho podemos concluir que mais uma vez a memória de um construtor foi atrelada à categoria de cliente para o qual trabalhou. No caso acima para clientes abastados de bairros elitizados. Entre as obras de Manoel Asson encontramos de fato palacetes e edifícios requintados, mas também existem projetos de pequenos e simples edifícios em regiões bem afastadas do centro e dos “bairros finos” acima citados. Mais de uma vez encontramos Manoel Asson atuando na “rede” de construtores aparentemente dirigida por José Kanz. Em 1907, ambos aparecem assinando requerimento para a construção de duas casas em série na Rua Fontes Junior (atual Joaquim Távora) na então suburbana “Villa Mariana”.

²⁰⁴ “Gazeta Penhense, 27-02-1982”. In: CAMPOS, Candido Malta e SIMÕES JR. José Geraldo. *Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo*. São Paulo: SENAC, 2006.

Fig.28. Projeto para a construção de duas casas em série de “padrão operário” na Villa Mariana”, 1907. Requerimento assinado por José Kanz e Manoel Asson. Notar que os riscos do projeto são idênticos aos dos projetos onde figuram o nome de José Kanz. As casas de “padrão operário” são aquelas com apenas três cômodos e isentas de impostos segundo legislação municipal. **Fonte:** AHMWL - OP1907.000.647-PR001

Fig.29. “Croqui” com o local da construção acima da Rua A, atual Rua Manoel Paiva, na Vila Mariana. **Fonte:** AHMWL - OP1907.000.647-PR002.

É bem provável que antes de adquirir prestígio construindo para clientes mais asbastados, Asson tenha trilhado caminhos mais árduos, atuando ele mesmo como pedreiro nas suas primeiras obras. Em abril de 1907, por exemplo, figura como encarregado para construir um muro de 40 m na rua “Dona Anna Cintra”, pegado ao

n.21”, em Santa Cecília.²⁰⁵ Uma vez trilhado o “caminho das pedras”, Asson encontra em trabalhos de maior vulto a oportunidade de inserção num meio social mais abastado. Assim, verificamos seu nome envolvido em construções para a família Souza Queiróz, Paes de Barros, e também para a Família Prado. Entre 1906 e 1914, foi responsável por mais de **60** obras. Sua derradeira obra, não abarcada pelo nosso levantamento na SOP, foi o mencionado Palacete Santa Helena. Edifício símbolo da arquitetura eclética da região central e voltado para atividades do setor terciário, lojas, escritório e teatro, foi projetado pelo arquiteto italiano Giacomo Corberi e construído pela Família Asson.

Fig.30. Fachada principal do Palacete Santa Helena. **Fonte:** CAMPOS, Candido Malta e SIMÕES JR. José Geraldo. op.cit., p.121.

²⁰⁵ OP1907.000.547-PR001

No que tange às origens de Manoel Asson, segundo a Seção de Logradouros do AHMWL, no seu virtual “Dicionário de Ruas de São Paulo” ²⁰⁶, emigrara em 1891 do Tirol, Áustria, e viera para São Paulo, onde passou a atuar como construtor. Acreditamos que a informação possa estar equivocada, e que Asson tenha vindo da Região de Trentino, também conhecida como Tirol italiano. Nasceu em 1869 e faleceu em 25 de junho de 1922, quando as obras do Palacete Santa Helena estavam em andamento. Seu filhos assumiram o controle e terminaram o trabalho do pai. Luis Asson (1898-1971) e Adolpho Asson (1892-1925) se associaram ao pai tão logo atingiram maior idade. Verificamos, em 1912, projeto de Adolpho Asson, então com 20 anos, para a construção de três casas em série na Rua Campos Sales na distante Penha.²⁰⁷ Adolpho morreu jovem, três anos depois do pai, cabendo a Luis Asson a continuidade do escritório da família. Encontramos o registro do mesmo como arquiteto prático licenciado em 1935. Nascido em São Paulo em 1898, residia na Penha e mantinha o escritório técnico na Praça da Sé, n.3. Como era um pouco mais novo que seu irmão Adolpho, não encontramos obras assinadas por ele antes de 1914, quando contava com apenas 16 anos de idade.

²⁰⁶ www.dicionarioderuas.com.br – Seção de Logradouros do AHMWL.

²⁰⁷ Em 1912 existiam duas ruas “Campos Sales”, uma na Penha e outra no Brás.

29

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO — 5.ª SECÇÃO

Registro No. _____

NOME Luiz Asson ✓
 Nacionalidade Brasileira
 Escritório Rua da Sé 3 - 3º andar Tel. 2-0234
 Residência Av. Granville 32 - Oculi
 Assinatura Luiz Asson

Em cumprimento do despacho exarado em 26 de novembro de 1935 no processo No. 49516 de 1935, pelo Snr. Diretor de Obras e Viação, faço ao lado a averbação da carteira profissional outorgada pelo Conselho Regional de Engenharia e Architectura, da 6.ª Região, em 26 de Setembro de 1935, de acordo com o Decreto Federal No. 23.569 de 14 de Dezembro de 1933, a Luiz Asson

Asson
 Divisão de Expediente
 5.ª Secção da Diretoria de Obras e Viação,
 em 12 de Dezembro de 1935

O escripturario
Severiano Peres de Lencastre
 VISTO
Severiano
 Chefe de Repartição

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITETURA

CARTEIRA PROFISSIONAL

Carteira No. 1499 6.ª REGIÃO S. Paulo, 26 de Setembro de 1935
 Registro no CREA No. 2560
 Nome Luiz Asson Antônio de Barros
 Presidente do Conselho Regional
 Nacionalidade Brasileira
 Naturalidade S. Paulo - Capital
 Nascido a 24 de Setembro de 1898
 Repartição em que se licenciou Agricultura
 em 31 de março 1926
 Estado S. Paulo
 Título de habilitação Archiecto
Licenciado

NÃO É VÁLIDO O RETRATO SEM O CARIMBO DO CONSELHO E A RUBRICA DO PRESIDENTE

POLLEGAR DIREITO

De acordo com o art. 15 do Decreto N.º 23.569 a presente servirá de carteira de identificação, substitue o diploma e tem fé publica.

Detalhe da fotografia 3 x 4 de Luiz Asson.

Fig.31. Registro de Luiz Asson com a habilitação de “Arquiteto Licenciado” pelo CREA-SP. **Fonte:** AHMWL - Livro de Registro de “Práticos Licenciados”.

Fig. 32. Projeto para construção de duas *casas em série* de classe média para o Sr. Paulo de Souza Queiroz na Rua Santo Amaro em 1910. Construtor: **Manoel Asson**. Fonte: AHMWL-SOP-OP110.002.298.

Fig.34. Projeto para a construção de um “Pavilhão para deposito da Typographia” para os Srs. Siqueira Nagel & Cia.
Fonte: AHMWL-SOP-OP1912. 001.297 –PR001

2.7. Os brasileiros

Atrás em quantidade apenas dos italianos, os brasileiros representam a maior parte das obras realizadas entre os construtores de todas as nacionalidades. Devemos considerar que muitos eram italianos naturalizados ou filhos de italianos. Contudo, apenas dois construtores, Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro e Benedicto Bettoi, com **324** e **400** projetos respectivamente, ultrapassam os **554** projetos feitos por italianos. Na tabela abaixo vislumbramos os principais brasileiros atuando nas primeiras décadas do século XX.

Tabela 13 – Construtores brasileiros registrados e presentes na SOP entre 1904-1914

Nome	Data nasc.	Naturalidade	Escritório/Residência	Obras
1. Leopoldino Antonio dos Passos	-	-	-	45
2. Possidonio Ignácio das Neves	-	-	-	08
3. Joaquim C. Augusto Cavalheiro	17/08/1856	Mogi das Cruzes	Rua Uruguaiana, 168	324
4. João Gullo	-	-	Travessa Olinda, 10	09
5. Raul dos Santos Oliveira	12/08/ ?	São Paulo	Rua Tupi	628
6. Benedicto Bettoi	07/09/1883	Mogi das Cruzes-SP	Rua Rodovalho Jr, 37	400
7. Francisco Martins Pompêo	01/11/1893	Capivari-SP	Praça da Sé, 3/ Rua Carlos Botelho, [10]	260
8. Giacomo Lanfranchi	-	-	Rua Conselheiro Carrão, 117	02
9. Fernando Corazza*	-	-	Rua 12 de Outubro, 71	-
10. João Corazza*	-	-	Rua 12 de Outubro, 71	-
11. Jacob Corazza*	28/01/1897	Rio Claro-SP	Rua Afonso Sardinha, 117	-
12. Francisco Corazza	27/02/1898	Rio Claro-SP	Rua Clemente Álvares, 113	05
13. Antonio Marques Simões	08/03/1888	São Paulo-SP	Av. Brig. Luiz Antonio, 1308	10
14. Gino Pinotti	20/05/1874	Bras. Naturalizado	Rua José Getulio, 328	04
15. João Antonio dos Passos	18/11/1879	São Paulo	Rua da Consolação, 118	52

17. Luiz Bianco*	14/05/1889	São Paulo-SP	Praça da Sé,43	-
18. Francisco Di Pace	27/04/1892	Ribeirão Preto	Rua Asdrúbal do Nascimento, 62	01
19. Humberto Badolato	-	-	Rua Maria José, 50	02
20. José Vieira Pucci	-	-	Rua Libero Badaró, 46	52
21. Raul Simões	14/10/1884	Rio de Janeiro-RJ	Rua São Bento, 37/Rua Catumbi, 137	04
22. Francisco Pinto Moreira	27/10/1871	Bras.Nat.(Porto)	Rua Paraíso, 11 A	10
23. Luis Asson*	24/09/1898	São Paulo-SP	Praça da Sé, 3/Av. Guarulhos, 32	-
24. Ricardo Retondini	03/04/1881	Bras. Nat. (Verona)	Caminho da Água Fria	20
25. Luiz Bahia	07/09/1874	Rio de Janeiro-RJ	Rua Quirino de Andrade, 17	16
26. Vicente Branco (Bianco)	25/10/1892	São Paulo-SP	Praça da Sé, 43/Rua Conde de Sarzedas,220	33
27. Raphael Lanzara	29/04/1893	Jundiaí-SP	Rua Direita, 36	01
28. David Domingues Ferreira	03/02/1893	São Paulo-SP	Rua Maria Tereza, 5/Rua Nilton Prado, 38	36
29. Fernando Simões	18/11/1875	Rio de Janeiro-RJ	Rua Libero Badaró, 35/Rua Augusta, 563	983
30. Paschoal Blasco	12/10/1888	São Paulo-SP	Rua Augusta, 25	02
31. José Cevenini	13/05/1904	São Paulo-SP	Rua do Seminário, 35	-
32. Leonardo Nardini	28/07/1882	São Paulo-SP	Rua São Bento, 36/Rua Paraíso, 19	11
33. Natale Fabrini	26/12/1889	Bras. Nat.(Lucca)	Rua Olavo Egídio, 13	01
34. Arnaldo Dumond Villares*	20/09/1888	Ribeirão Preto-SP	Rua Boa Vista, 2/Rua Pirapitingui,204	-
35. João Del Nero	23/06/1887	São Paulo-SP	Rua Major Quedinho, 109	01

* construtores que passaram a atuar após 1914.

Entre os brasileiros estão os principais empreiteiros “populares” do início do século. Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro, Raul dos Santos Oliveira, Fernando Simões, Benedicto Bettoi, Francisco Martins Pompêo e Leopoldino Antonio dos Passos atingem a impressionante quantidade de 2.640 projetos de um total de 2.920, o que representa 90% do total de obras entre os brasileiros. Certamente os seis mais atuantes citados desenvolveram, como José Kanz, suas redes de atuação pela cidade. Raul dos Santos Oliveira e Fernando Simões figuram atuando com Kanz, e assim como ele, mais de uma vez serviram de testemunhas para a Diretoria de Obras.

Total:
2.920

Estudo de caso exemplar: Aspectos da trajetória de Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro (1856-1940)

Fig35. Retrato do construtor no início do séc. XX.

Dentre as centenas de construtores que levantamos na presente pesquisa, poucos foram aqueles que conseguimos localizar familiares mais próximos e em condições de nos fornecerem testemunhos e vestígios históricos sobre suas trajetórias. Nesse sentido, o brasileiro Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro configura ilustre exceção. Nos arquivos pessoais do empreiteiro e proprietário paulistano, encontram-se preciosos

documentos do cotidiano pessoal e profissional de um “capitalista” e construtor característico da passagem do século XIX para o XX.²⁰⁸ Esboços de projetos para habitação, rabiscos de genealogia, títulos de eleitor do Império e da República, fotografias de viagens e passeios, são alguns testemunhos da vida de um sujeito que figurou dentre os principais empreiteiros responsáveis pelo agenciamento e construção de milhares de obras na capital paulista nas primeiras décadas do século passado. Nesse período, Cavalheiro fez parte de um negócio lucrativo e em franca expansão: o mercado da construção civil na cidade de São Paulo.

Entrementes, nos idos dos anos de 1930, quando contava com mais ou menos 76 anos e uma sólida trajetória como empreiteiro, Cavalheiro anotava numa simples folha pautada, hoje amarelada pela passagem do tempo, os nomes de seus parentes mais

²⁰⁸ Arquivo pessoal da Família Cavalheiro. Documentos esparsos sobre a vida de Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro sob a guarda de seus bisnetos Rogério e Ricardo Mendes, que gentilmente colaboraram com nossa pesquisa.

próximos, suas datas de falecimento e seus lugares na rua e quadra do jazigo da família no Cemitério da Consolação.²⁰⁹

Fig.36. Anotações de Joaquim Cavalheiro sobre seus familiares e localização dos mesmos no jazigo da família no Cemitério da Consolação. **Fonte:** Arquivo da Família Mendes – Cavalheiro.

Citamos o “fúnebre” fato para que possamos entender a inserção social do construtor, proprietário de um jazigo perpétuo no elitizado Cemitério da Consolação. Diferente de inúmeros pequenos construtores que começaram com dificuldades construindo a própria casa e depois expandindo suas atividades, Cavalheiro já gozava de uma razoável condição social herdada de seu pai Francisco de Assis Cavalheiro. Este fora nomeado pessoalmente pelo 2º governador do Estado de São Paulo na era republicana, Jorge

²⁰⁹ Papéis avulsos do arquivo pessoal da Família Cavalheiro.

Tibiriçá, para ocupar o mediano cargo de suplente de delegado de polícia no Brás, “devendo prestar, perante a autoridade competente, o compromisso solenne de ser fiel á causa da Republica”.²¹⁰ Além de funcionário do governo, Francisco Cavalheiro era cidadão eleitor desde o período Imperial, algo raro num país escravocrata e com uma Carta Constitucional que previa voto censitário.

De certa forma herdeiro de um “status quo” privilegiado, Joaquim Cavalheiro começou seus negócios especulando com a compra e vende de terrenos no Brás e na Mooca, e posteriormente passou a empreiteiro de obras. Desse modo, morador do Brás desde os tempos do Império, Cavalheiro foi um dos empreiteiros brasileiros mais atuantes na “estrangeira” cidade de São Paulo entre 1880 e 1930. Filho mais velho de Francisco de Assis Cavalheiro e Silva, nasceu em Mogi das Cruzes no dia 17 de agosto de 1856 onde passou parte da infância até se estabelecer com seus pais na cidade de São Paulo por volta de 1870. Identificamos suas atividades como “proprietário” e “capitalista” nas ruas do Brás e da Mooca desde 1890.²¹¹ Adquiriu alguns terrenos na Rua Piratininga entre 1890 e 1892. Comprou em 1890, por exemplo, um terreno no valor de 1:100\$000 dos grandes proprietários e investidores Victor Nothmam e Martim Burchard. Vale dizer que sua região de atuação como investidor e posteriormente como empreiteiro de obras foi nos bairros do Brás e da Mooca. Construiu em 1883 sua casa na Rua Uruguaiana, nº 42 (posterior nº 168) onde estabeleceu não só sua residência, mas também seu escritório de trabalho. A partir daí empreendeu centenas de projetos de construções novas e reformas. Autor de **324** projetos de obras entre 1906 e 1914, Cavalheiro era tão conhecido em seu tempo e local de atuação, que lhe renderam

²¹⁰ Arquivo da Família Mendes - Cavalheiro – Declaração de nomeação.

²¹¹ “Arquivo Aguirra – Museu Paulista da Universidade de São Paulo” - Fichas de Escrituras e Compra de Terrenos – Bairro do Brás.

homenagem com nome de rua no bairro do Brás, a partir de 1916, conforme consta na Seção de Logradouros do AHMWL. Trata-se da Rua Cavalheiro, próxima à atual estação Brás do Metropolitano. No que tange aos registros profissionais, encontramos o mais recuado em 1897, quando pagou imposto como “Empreiteiro de Obras” de acordo com a tabela de “Indústria e Profissões”.²¹²

Fig.37 - Cartão de visitas de Joaquim Cavalheiro nos anos 1920.

Fonte: Arquivo pessoal da Família Mendes - Cavalheiro

²¹² AHMWL – Registros de Empreiteiros de Obras e Pagamentos – Etiqueta Verde 1451.

Fig. 38. – Registro Municipal de Empreiteiros de Obras de 1897. Verifica-se aqui a escassa presença de engenheiros-arquitetos diplomados e o predomínio de mestres empreiteiros como Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro, Leopoldino Antonio dos Passos, Narciso Frediani e Manoel Belleza. Dentre os arquitetos mais conhecidos, o sueco Carlos Eckman, os italianos José Rossi, Francisco Brenni, além do florentino Giulio Micheli. **Fonte:** AHMWL: Registro de Empreiteiros de 1897.

Empreiteiros de 1897			
Classe	Nomes	Data de pag. ^{ta}	Imposto
1ª classe	Grandana Orestes	4. 1. 1897	1008000
2ª classe	Leopoldino Antonio dos Passos	4. 1. 1897	1008000
	Manoel, degn. Fran. ^{co} de Paula Manoel da Oliveira	8. 1. 1897	2008000
	Domingos Mancini	9. 1. 1897	1008000
3ª classe	Fran. ^{co} Joaz ^o Constantino	11. 1. 97	1008000
" "	Moel Belleza	11. 1. 97	1008000
" "	Antonio Calabrez	11. 1. 97	1008000
	Bartholomeu	8. 1. 97	1008000
	José Coelho da S. ^a	11. 1. 97	1008000
4ª classe	F. ^{co} Mancini	11. 1. 97	1008000
	Narciso Frediani	11. 1. 97	1008000
5ª classe	Julio Micheli	12. 1. 97	2008000
" "	Fried Eckmann	12. 1. 97	2008000
6ª classe	Angelo Alfain	13. 1. 97	1008000
	Felipe Joaz Baptista	13. 1. 97	1008000
	José Catarino Camargão	13. 1. 97	1008000
	Rossi Brenni	13. 1. 97	2008000
	Antonio Alves de Rocha	13. 1. 97	1008000
	Francisco de Souza Ramos	13. 1. 97	1008000
	José Ferman de Brito	15. 1. 97	1008000
	José Joaz ^o de S. ^a Nogueira	15. 1. 97	1008000
	João Carlos Augusto Cavalheiro	16. 1. 97	1008000
	Pelro f. Almeida	19. 1. 97	1008000
	José de Carvalho	19. 1. 97	1008000
	Guilherme Brug f. Filho	20. 1. 97	1008000
	Luiz de Coutinho Remondino Coraggio	" "	1008000
	Dr. Ant. ^o Drethert	23. 1. 97	1848444
	Dr. Silva Leal	" "	1848444
	Pedro de Lourenço V. ^o	26. 1. 97	1848444
	Jorge Mattos f. Junior	27. 1. 98	1848444
	Gerardo Ferdinando	27. 1. 98	1848444

Apesar de ter alcançado os anos de 1930, Cavalheiro não chegou a ser registrado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) após a regulamentação da profissão em 1933. Sua condição de empreiteiro e seu “status” de arquiteto remonta o prestígio dos empreiteiros, diplomados ou não, do final do século XIX. Os registros de empreiteiros desse período não denotavam a clivagem criada nos anos 30 pelas pressões das corporações de classe e, por conseguinte, pela regulamentação da profissão de engenheiro, arquiteto e agrimensor.

Desenho e canteiro nas obras de Joaquim Cavalheiro

Lamentando a “feroz e vergonhosa” exploração do trabalhador da construção, Sérgio Ferro chamou a atenção para uma história da arquitetura vista do canteiro. No seu dizer, para se entender as relações entre projeto e canteiro é preciso perceber a exploração daqueles que ficam com os “pés no lodo”.²¹³ Retomamos esta crítica para esclarecer que a natureza da atuação dos práticos também reside na ideia da construção da cidade como negócio. De fato, existem níveis diferentes de construtores práticos, desde pequenos mestres de obras italianos realizando poucas obras por encomenda, até grandes empreiteiros como é o caso de Cavalheiro. A objetividade dos traços de suas pranchas denota o pragmatismo sanitarista engendrado pela legislação republicana e a premente necessidade de um “métier” dinâmico para a profusão de demandas por construções não só no Brás, Mooca e Belém (sua principal região de atuação) como em outros bairros paulatinamente arruados ao longo das antigas chácaras da cidade. Cavalheiro e tantos

²¹³ FERRO, Sérgio. *A história da arquitetura vista do canteiro*: três aulas de Sérgio Ferro. Apresentação de José Pedro de Oliveira Costa e José Eduardo de Assis Lefèvre. São Paulo: GFAU, 2010.

outros práticos não eram pequenos pedreiros ou espoliados “pés de lodo” do canteiro. De fato, tais construtores se constituíram como dinâmicos empreendedores capitalistas na produção do espaço urbano paulistano. No que tange aos seus programas e tipologias, encontramos o cotidiano das residências de classe média, casas de padrão operário, coqueiras, oficinas, galpões e armazéns, dentre outras tipologias híbridas ligadas às demandas da sociabilidade do capital.

Fig. 39. – Projeto para a construção de uma casa de classe média para José Máximo, na Rua Conselheiro Carrão, nº 126 no Bairro da Bela Vista em 1913. Conforme atestou Sheila Schneck em sua dissertação sobre o bairro do Bexiga, a presença de J.C.A. Cavalheiro também foi corriqueira no tradicional bairro paulistano.²¹⁴ Planta com entrada lateral, corredor externo, quintal. No interior, sala, quarto, corredor interno, sala de jantar e cozinha. A composição formal, apesar de conter elementos do ecletismo em voga, é simples e austera. Nos carimbos da Diretoria de Obras o crivo da legislação sanitaria (Código Sanitário de 1894): “A superfície do solo ocupada por habitações deve ser revestida de camada impermeável. Art. 36 do Código Sanitário.”

Fig.40. Projeto para a construção de 9 casas num terreno da rua Santa Rita, esquina com a rua (Rio) Bonito, propriedade do Sr. Francisco Maria Barata, 1913. Região entre Brás e Pari. Trata-se de Casas em Série, tipologia recorrente entre os construtores práticos em todos os bairros da cidade.²¹⁵

Fonte: AHMWL - SOP – OP.1913.004.525

²¹⁵ Para maiores detalhes sobre as casas em série ver: GENNARI, Luciana Alem. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. Dissertação apresentada à FAUUSP, 2005.

Fig. 41. “Projeto de um armazém para padaria, forno, salão de trabalho, coqueira e 14m de muro a edificar-se no terreno da rua Silva Telles no lugar que existe duas casinhas velhas de nºs 4 – 6 que serão demollidas para dar lugar as novas obras de propriedade dos Snrs. Antonio Pizza e Bossa”.

Fonte: AHMWL – SOP – OP1913.004.868

N. _____
(Dado no Tribunal Regional)

TITULO DE ELEITOR

ESTADO DE SÃO PAULO

1ª zona *Capita* (Município)

Domicílio eleitoral *Braz*

Número de ordem da inscrição *1880*

Data da inscrição no cartório *4 de Março de 1933*

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
J. Carlos Aug. Cavalleiro

Qualificativos

Filiação *Francisco de Assis Cavalleiro*

Naturalidade *Mogy das Cruzes*

Idade *76* anos — Data do nascimento *17 de Agosto de 1856*

Estado civil *Viúvo*

Profissão *Proprietário*

ASSINATURA DO ELEITOR
J. Carlos Aug. Cavalleiro

O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo e recebeu o número *1880* aos *25* dias do mês de *Março* do ano de mil novecentos e trinta e *3*

[Assinatura]
Diretor da Secretaria

Polegar direito

Formula dactiloscópica

[Fotografia do titular]

10.11.2010 20:23

Fig.42. – Título de Eleitor de Joaquim Cavalleiro com 76 anos em 1933, no início da Era Vargas.

Fonte: Arquivo pessoal da Família Mendes - Cavalleiro

2.8. *Fichas- perfis exemplares de alguns Práticos Licenciados*

Elaboradas ao longo da pesquisa, as fichas abaixo representam parte dos mais de cem construtores práticos registrados pelo CREA-SP a partir de 1935. São breves esboços de uma prática profissional e de uma trajetória de vida ainda merecerão de nossa parte desdobramentos de pesquisa futura.

1. Alberto Tanganelli

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 28/05/1887

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Castilhón - Fiorentini

Escritório/Residência: Rua Herval, 35 A

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 29/12/1926.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 1927.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 151 – 11/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.6 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto.

Alguns aspectos da trajetória de Alberto Tanganelli nos foram revelados por seu neto Newton Simões, engenheiro graduado pela Escola Politécnica da USP e Presidente da Racional Engenharia.²¹⁶ Em tom entusiasmado e saudoso, beirando quase o lirismo de memórias literárias, Simões narrou fragmentos da trajetória pessoal e profissional do “Arquiteto Licenciado” Alberto Tanganelli. Originário de Castilhón Fiorentini na Toscana, e nascido em 1886, Tanganelli teria vindo para o Brasil com mais ou menos 11 anos de idade. Ainda jovem aprendeu com o pai os fundamentos básicos do canteiro de obra, e como servente começou a trilhar os passos que o levariam a uma longa carreira na profissão. Segundo Simões, o pai de Tanganelli teria imigrado já na condição de mestre de obra, profissão que ensinou ao filho. Entre lições de estética e harmonia, geometria e cálculo, Tanganelli aprendeu, com o pai e com a prática dos canteiros, a versar de forma erudita sobre os fundamentos da arquitetura. Ainda segundo seu neto, Tanganelli citava lições de Vignola, além de argumentar sobre os benefícios e malefícios das obras realizadas com o concreto armado. Nesse sentido, citava as obras de Alfredo Pujol, pioneiro nas construções com concreto armado. Finalmente, Simões explica que o avô não passou pelos bancos escolares, foi autodidata, tendo aprendido teoria e prática com o pai e por conta própria no cotidiano dos canteiros de obras da cidade de São Paulo.

²¹⁶ Entrevista gentilmente concedida pelo Engenheiro **Newton Simões Filho**, Presidente Fundador da Empresa Construtora **Racional Engenharia** e neto de dois “Arquitetos Licenciados”. Por via materna é neto do toscano **Alberto Tanganelli**, e pelo lado paterno é neto do carioca **Raul Simões**.

2. Aldo Lanza

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Era sócio de José Chiappori no escritório técnico "Chiappori & Lanza Engenheiros-Architectos"

Nascimento: 17/03/1888

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Milão

Escritório/Residência: Rua José Bonifácio, 73/Rua Chuy, 6.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 18/03/1926.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 06/09/1926.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 260 – 26/01/1935 - Livro de Práticos Licenciados, p.147 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 235.

Nascido na urbanizada e rica Milão, na Lombardia, Lanza passa a atuar na cidade de São Paulo após 1915, não está no período contemplado por nossa base de dados de obras dos Práticos catalogadas a partir da Série de Obras Particulares, que até o momento envolve os anos de 1906 a 1914. No entanto, é figura de destaque uma vez que se associou a José Chiappori (também um Prático Licenciado). Ambos fundaram o Escritório Técnico “Chiappori e Lanza Engenheiros-Architectos”. Salmoni e

Debenedetti nos informam que Lanza, assim como Chiappori antes dele, havia sido um dos colaboradores do Escritório Técnico do Engenheiro-Arquiteto, o Conde Florentino, Giulio Micheli. Nascido em Florença em 1862, Micheli chega a São Paulo em 1888, e logo trava contato com Luis Pucci, executor do projeto de Bezzi para o Monumento do Ipiranga, futuro Museu Paulista. O que se nota aqui, confrontando os escritos de Salmoni e Debenetti²¹⁷ com a Série de obras Particulares e os diversos livros de registros da profissão, é um grande circuito de construtores italianos que aos poucos foram adquirindo também grande prestígio no mercado da construção civil, como apontou Paulo César Xavier Pereira ao analisar o prestígio do elemento estrangeiro italiano no negócio da construção, nos últimos anos do século XIX, a partir da industrialização da construção, uma problemática que envolve assalariamento do trabalho e transformação capitalista da propriedade da terra, juntamente com o ideário de modernização inspirado nos modelos europeus.²¹⁸ É nessa ordem de fatores que inúmeros estrangeiros, sobretudo os italianos, procuram um lugar no mercado da construção. Lanza é “herdeiro” do escritório de “Pucci e Micheli”, de “Micheli e Chiappori”, e após a morte de Micheli em 1919, torna-se sócio de Chiappori na “Chiappori e Lanza”, tornando-se um tradicional e conhecido estúdio de engenharia e arquitetura. Ambos trabalham até anos 30, alcançando os registros do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, e são sintomaticamente registrados como Práticos e não como Engenheiros-Arquitetos diplomados. No entanto, Salmoni e Debenedetti nos informam que Giuseppe Chiappori e Aldo Lanza eram engenheiros, fato que não se verifica nos registros que encontramos. Os mesmos registros não fazem menção a uma eventual Escola ou Universidade que tenham cursado na Itália, sendo

²¹⁷ DEBENEDETTI, Emma & SALMONI, Anita. *Arquitetura italiana...* Op.Cit.

²¹⁸ PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Op.Cit.

apenas habilitados como Arquitetos Práticos Licenciados, segundo consta em nossas pesquisas nos Livros de Licença. Nesse sentido, figuravam nos anos de 1930 fora do quadro de diplomados. Não sabemos como se deu a formação dos mesmos na Itália, aventamos que podem ter cursado um ensino técnico, nos moldes que o Liceu de Artes e Ofícios oferecia em São Paulo. Há também a possibilidade de autopromoção através do prestígio, uma vez que ambos, Lanza e Chiappori haviam colaborado com o reconhecidamente Engenheiro-Arquiteto diplomado Giulio Micheli. No intuito de pontuar a trajetória de Lanza e Chiappori, em sua tese de doutoramento sobre o Theatro Municipal Carlos Gomes em Campinas, a pesquisadora Marialice Faria Pedroso analisa a trajetória do sócio de Lanza, José ou Giuseppe Chiappori, uma vez que estes construtores venceram o concurso para a elaboração do projeto. Pedroso recorre a Salmoni e Debenedetti para compor a trajetória do construtor, reafirmando, como os autores o fizeram nos anos de 1950, que José Chiappori havia nascido em Turim, tendo cursado Engenharia Industrial. No entanto, afirma Pedroso:

*“Visitando os arquivos da Prefeitura de Turim e Milão e consultando o Ordine degli Ingegneri della Porvincia di Torini, **nada encontramos** (negrito nosso) registrado sob sua assinatura (...) Pesquisando no Archivio del Politécnico di Torino, em 03/07/2002, **não encontramos**(negrito nosso) no Annuario de 1899-1900 o nome Giuseppe Chiappori na lista de alunos de 90 e 91 e nem nos anos 92/93”.*²¹⁹

Ora, é patente aqui uma profusão de informações desencontradas. Segundo a pesquisadora, em Turim nada foi encontrado; na Escola Politécnica da Província de Torino também não. Entrementes, nossas pesquisas no AHMWL divergem tanto de

²¹⁹ PEDROSO, Marialice Faria. *Metáfora da Modernidade - Theatro Municipal Carlos Gomes*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 2003. p.134-138.

Salmoni e Debenedetti quanto de Marialice Pedroso. Através dos registros identificamos que José Chiappori nasceu em Cagliari na ilha da Sardenha e, pelo menos de acordo com os registros do CREA, não possuía formação como Engenheiro Industrial, sendo enquadrado como Prático Licenciado. Quanto à Lanza, as informações disponíveis indicam que era de Milão e também um Prático Licenciado. De fato, não sabemos se Salmoni e Debenedetti entrevistaram pessoalmente Chiappori e Lanza ou se foram tentadas a acreditar na informação de algum carimbo nas plantas com a auto intitulação de “Engenheiro-Arquiteto”. De qualquer maneira, vale lembrar que ser ou não diplomado no sentido de ter ou não a competência para atuar, só passou a ser um problema legal após a regulamentação da profissão em 1933, antes disso o “status” de engenheiro-arquiteto era dado até mesmo para mestres sem diploma de ensino superior, mesmo diante das pressões das corporações de classe de engenheiros e arquitetos para a restrição da profissão apenas aos diplomados. É importante lembrar ainda, que Lanza, assim como Chiappori se destacam pela inserção num circuito da construção mais elitizado, uma vez que projetaram prédios comerciais no triângulo central e foram também responsáveis, no âmbito das obras públicas, pelo projeto do Theatro Municipal Carlos Gomes em Campinas, além de terem participação direta nas obras de Giulio Micheli.

3. Alexandre de Battisti

Fonte: AHMWL-CREA – Livro de Registros de Construtores Práticos Licenciados

Habilitação profissional: Registrado em 1935 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 14/01/1871

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Verona

Escritório/Residência: Rua Vergueiro, 674

Registros Profissionais:

1º Registro - Governo Estadual - Secretaria da Agricultura em 23/11/1925.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 24/01/1927.

3º Registro - Prefeitura Municipal de S. Paulo - CREA

Diretoria de Obras e Viação – 5ª Secção

Italiano natural de Verona, no Vêneto, Alexandre (Alessandro) de Battisti figura entre os muitos mestres construtores italianos que passam a atuar em São Paulo nas últimas décadas do século XIX. Está entre os construtores mais atuantes entre 1906 e 1912, assinando *66 projetos* em diversas localidades da cidade. Para se ter uma ideia da abrangência de sua atuação, no ano de 1907,04/02, solicita autorização para edificar um quarto de dispensa na casa da Rua Capitão Matarazzo, nº27 de propriedade do Sr.

Giannoni Attiglio, no Bom Retiro.²²⁰ Em 19 de fevereiro requer alvará para edificar duas casas em série de 130 m2 cada uma, num valor de obra estimado pelos fiscais da Diretoria de Obras em 26:900\$000, na Rua das Palmeiras, região da Barra Funda.²²¹ Em 30 de março começa a construir um galpão de 388 m2 para a Fábrica da Companhia Upton, na Av. Martin (Martinho) Burchard no Brás. Trata-se de propriedade das Casas Upton & Cia, especializada em importações e fabricação de maquinário agrícola para beneficiamento de café no começo do século, juntamente com a Cia Mecânica Importadora de Alexandre Siciliano.²²² Tais obras dão o tom da inserção de um construtor prático como Battisti no desenvolvimento urbano da cidade. O mesmo está presente nos pequenos serviços de reformas, nas novas edificações e até mesmo no grande setor industrial ligado ao café, ao edificar galpões de maquinário agrícola. Battisti é, nesta lógica, a contundente evidência de que os mestres-de-obras não se envolviam apenas com o pequeno casario de padrão operário (três cômodos) dos bairros periféricos. Seus projetos e pranchas arquitetônicas são traçados com cuidado e método, muitas vezes dispondo de elevação com detalhes e requintes de ornatos típicos do estilo neoclássico e outros estilemas históricos do ecletismo.

²²⁰ SOP - OP1907. 000.351.

²²¹ SOP - OP1907. 000.1184

²²² Para a questão dos grupos econômicos industriais no período republicano ver SAES, Flávio. São Paulo Republicana: Vida Econômica. In: PORTA, Paulo (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v.3: a cidade na primeira metade do Século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

4. Ângelo Bitelli

Fonte: AHMWL – CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 22/11/1881

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Ravenna

Escritório/Residência: Rua Parecis, 51

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 31/07/1925;

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 13/10/1926;

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 181 – 15/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.16

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 47.

Também representante da grande hegemonia de construtores italianos, Bitelli aparece pela primeira vez na SOP (Série Obras Particulares) em 30 de julho de 1909, solicitando alvará de licença para construir na Rua Barão de Tatuí n°s 54 e 58, na região de Santa Cecília. São duas casas de padrão operário²²³ e em série²²⁴ das quais Bitelli, além de

²²³ SOP - OP.1909.000.304. Quanto às tipologias edilícias, nos valem aqui das categorias estabelecidas por Carlos Lemos em “A República ensina a morar: melhor”. “Os cortiços (CO) englobariam na pesquisa

construtor, é proprietário de uma delas.²²⁵ Além das informações disponíveis nos livros de registro e nas Obras Particulares, as facilidades proporcionadas pela Rede Mundial de Computadores permitiram identificar que o construtor, natural da Província de Ravenna e da cidade de Corfelice - na região da Emília- Romagna - fixou residência no município de Mogi-Guaçu, onde se casou aos 20 anos de idade, em 03/06/1900, na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, com Albina Ricci, 19 anos, e nascida em Ravenna.²²⁶ No Memorial do Imigrante pudemos identificar que a família de Ângelo

toda sorte de habitação promíscua em que necessariamente os tanques de lavagem de roupa e as latrinas fossem de uso comunitário. Aí estão incluídas, também, as moradias de até três cômodos, isoladas entre si, mas com privadas compartilhadas por todos, indistintamente. As casas operárias (OP) abrangeriam as moradias pequenas de até três acomodações, fora o WC de uso exclusivo da família, enfim a casa já definida a partir do Código de Posturas de 1886. As residências de classe média baixa (CB) reuniriam todas as moradias com quatro cômodos e instalações sanitárias. As moradias de classe média (CM) designariam as casas com qualquer número de dormitórios, mas portadoras de duas salas, a de receber, às vezes também chamada de “gabinete”, e a sala de jantar costumeiramente batizada de “varanda”, fora a cozinha, tendo ao lado instalações sanitárias completas, incluído banho. As residências ditas de classe média alta (CA) reuniriam os exemplares com qualquer número de dormitórios, mais sala de visitas, “gabinete”, agora com feição de escritório, sala de jantar, copa-cozinha e quarto de empregada. Construções quase sempre no alinhamento e com jardim lateral, raramente assobradada”. Além dessas, ainda categoriza as soluções de uso duplo envolvendo habitações unidas a locais de comércio (MS).

²²⁴ Utilizamos a definição dada por Luciana Gennari, “Definimos por *casas em série* aquelas projetadas e construídas em número maior que um, sejam elas implantadas em vilas, ruas particulares ou vielas, sejam elas voltadas para a rua principal. Desconsideramos desmembramentos de lote, onde uma segunda moradia foi projetada posteriormente nos fundos do mesmo. Essas *casas em série* devem ter sido construídas por um mesmo proprietário, o que pode se traduzir em pessoas físicas ou jurídicas, associações, fábricas ou indústrias, famílias, entre outros. Elas não possuem necessariamente todas as plantas idênticas, quando projetadas em número maior que dois, com indicação nos projetos de pertencer a um mesmo lote ou seu desmembramento. Mas devem necessariamente ter plantas idênticas quando projetadas em número de dois e em lotes separados”. Para maiores detalhes ver GENNARI, Luciana Alem. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. Dissertação apresentada à FAUUSP, 2005. p.10-11.

²²⁶ Tais informações podem ser verificadas num sítio da web ligado à Prefeitura de Mogi-Guaçu: http://www.imigrantesitalianos.com.br/Mogi_Guaçu. Especializado em imigração italiana e genealogia, o

Bitelli deu entrada na Hospedaria dos Imigrantes em 27/11/1888, quando Ângelo tinha apenas 7 anos de idade. Ao todo eram sete integrantes, o pai Agostino Bitelli, a mãe Carlotta, as irmãs Adelaide, Marianna e Eugênia, o irmão Tomaso Bitelli, e o próprio Ângelo. Aventamos aqui que sua baixa incidência de obras na Capital se deva ao fato de ter fixado moradia em Mogi-Guaçu, onde provavelmente teve uma atuação mais expressiva. O construtor também foi brevemente citado por Gennari atuando na região da Mooca assinando projetos de casas em série no ano de 1910.²²⁷

sítio dispõe de informações preciosas sobre casamentos, listas de nomes em navios e autos de sepultamento de italianos que fixaram residência em Mogi-Guaçu desde o fim do século XIX. Vale lembrar que nada substitui, no ofício do historiador, o contato direto com as fontes primárias, mas como são muitos nomes e pouco tempo para tal volume de pesquisa, nos permitimos o uso de fontes alternativas.

²²⁷ GENNARI, Luciana Alem. Op.Cit., p.144.

5. Bartolomeu Coppola

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 14/03/1868

Nacionalidade: Nápoles

Naturalidade: **Escritório/Residência:** Praça Julio Mesquita, 89

Registros Profissionais:

1º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 28/06/1928

2º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Serviços Municipais

CREA - 6ª Região – Registro no CREA N° 4115 em 9/09/1947 - Livro de Práticos Licenciados, Vol.2, p.213, Título de Habilitação: Construtor com exercício exclusivo em São Paulo (Capital)

Dentre seus compatriotas italianos atuantes em São Paulo, o napolitano Bartolomeu Coppola é o mais velho. Quando foi registrado pelo CREA em 1947, já contava seus 79 anos. Numa vida inteira como construtor, Coppola viu o ocaso da atuação de construtores sem diploma, sendo habilitado exclusivamente para atuar no município de São Paulo. Interessante notar que a regulamentação da profissão em 1933 não extinguiu definitivamente a licença dos chamados práticos, mas deu início ao processo de restrição de atuação até o momento que os antigos habilitados não mais figurassem em registros com licença de arquiteto. O tempo de prestígio dos construtores italianos e do

construtor que outrora prescindia do ensino acadêmico ficara no passado. Quanto à recorrência de sua atuação, entre 1906 e 1913 nossas pesquisas verificaram apenas 7 obras assinadas por Coppola. No dia 11 de junho de 1906 figura como proprietário num requerimento solicitando autorização para construir na Rua Álvaro de Carvalho na região da Consolação.²²⁸ Quem assina o requerimento é o empreiteiro José Kanz, sem dúvida o grande agenciador de construtores da cidade entre 1900 e 1910. Kanz não só se associava a outros construtores levando obras por empreitada, como era grande conhecedor dos trâmites legais da Diretoria de Obras, tendo sido por diversas vezes testemunha dos engenheiros fiscais da Prefeitura. Vale dizer que sua recorrência na SOP é algo como monumental, merecendo de nossa parte um estudo de caso. Coppola também aparece como proprietário ainda em 1906 numa obra feita no entroncamento da Rua Três Rios e Rua da Graça no Bom Retiro. Trata-se de duas casas de três cômodos com um armazém na frente de cada.²²⁹ Prática corriqueira entre os construtores, o complexo deve ter servido de renda de aluguel para Coppola, numa associação entre mercado da construção e rendas imobiliárias, tema caro à história do urbanismo paulistano. Em 1911 encontramos outra vez o construtor-proprietário em ação na Avenida Rebouças, nº 37 numa obra de cinco cômodos (Venda sala, quarto, cozinha e latrina).²³⁰ Além das casas-armazém para aluguel, o construtor fez ainda casas de padrão operário (três cômodos), com é o caso da casinha da Rua Um no Bairro da Lapa em 1912.²³¹ Suas pranchas normalmente seguem os padrões exigidos pela Diretoria de Obras, somente com riscos simples de corte A-B e planta, sem requintes decorativos ou elevação.

²²⁸ SOP - OP1906. 000.020

²²⁹ SOP - OP1906. 001.639

²³⁰ SOP - OP1911. 002.986

²³¹ SOP- OP1912. 004.483

6. Benedicto Bettoi

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 07/09/1883

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Mogi das Cruzes

Escritório/Residência: Rua Rodovalho Junior, 37.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 31/07/1925;

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 09/09/1926;

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 191 – 25/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.44 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 71.

Brasileiro de ascendência francesa, Benedicto Bettoi nasceu em Mogi das Cruzes no ano 1883, e só por volta dos 30 anos começou sua atividade de construtor na cidade de São Paulo. Bettoi tem a incrível marca de 312 obras em dois anos (1912-1913). Construiu casas operárias, casas de classe média baixa (quatro cômodos e instalações sanitárias) e de classe média (casas com qualquer número de dormitórios, mas

portadores de duas salas) e estabelecimentos industriais como o galpão para a Companhia Curtidora Marx, em 1912, na Rua Barra Funda, nº 182, 184.²³² Esta fábrica de curtume foi a primeira grande indústria instalada, no ano de 1895, em Cubatão, tendo suas ramificações na Capital.

7. David Domingues Ferreira

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 03/02/1893

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo

Escritório/Residência: Rua Maria Tereza, 5/ Rua Nilton Prado, 38.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 07/07/1926;

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 25/03/1927.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 622 – 26/11/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.16 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 294.

Um dos poucos construtores paulistanos dentre os Práticos Licenciados, David Domingues Ferreira começou cedo, com apenas 14 anos, como ajudante de Joaquim

²³² SOP - OP1912.000.572

Domingues Ferreira que, ao que tudo indica, era um mestre-de-obras atuante desde o último quartel do século XIX, além de ser o provável pai de David. Os dois aparecem juntos pela primeira vez assinando um requerimento de 22 de abril de 1907, solicitando licença para construir uma casa de classe média no alinhamento da rua, com quatro quartos, duas salas, uma cozinha e um banheiro, pertencente ao Major Pedro Francisco do Canto. Alguns construtores eram tão conhecidos pela intensa atuação que acabaram por virar nome de rua. Consultando a Seção de Logradouros do AHMWL verificamos que há uma Avenida em Itaquera chamada “David Domingues Ferreira”. No entanto, não há uma explicação para tal nome, mas não seria improvável que tenha sido em homenagem ao construtor de inúmeras obras da cidade de São Paulo. Entre 1907 e 1912, David Ferreira respondeu por 34 obras.

8. Del Cima Michele

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 24/07/1868

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Lucca

Escritório/Residência: Av. Tiradentes, 131

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 23/11/1925.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 09/02/1927.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 416 – 30/11/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.114

-

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 112.

Natural de Lucca na região da Toscana, Del Cima Michele não está entre os italianos mais atuantes da cidade. Entre 1906 e 1913 verificamos que o construtor realizou apenas dois projetos, sendo que um deles não foi deferido pela Diretoria de Obras. Em 1907, próximo à Igreja da Consolação numa rua denominada “nova”, o arquiteto habilitado solicitou autorização para construir uma casa térrea de cinco cômodos afastada do alinhamento da rua e distante 50 metros da Rua da Consolação.²³³ No entanto, os fiscais da Diretoria de Obras alegaram que a planta era inadequada, sendo o pedido indeferido pelo Engenheiro Diretor Victor da Silva Freire.

²³³ SOP – OP1907.001.157

9. Domingos Del Papa

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 01/08/1887

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Lucca

Escritório/Residência: Rua Justo Azambuja, 7.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 28/12/1925

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 03/12/1926

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 197 – 25/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.213 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 225.

Segundo informações do Memorial do Imigrante, Domingos, ou Domenico, Del Papa chegou ao Brasil somente com seu pai, Giuseppe Del Papa, no dia 06 de novembro de 1890. Também de origem Toscana, verificamos sua primeira obra, uma casa de padrão operário, no ano de 1908, na rua Justo Azambuja no bairro do Cambuci, obra que assina também como proprietário.²³⁴ Construiu apenas 6 obras entre 1908 e 1913, sendo uma

²³⁴SOP - OP1908. 001.183

delas um belo projeto de sobrado duplo com fachada em estilo *Art Nouveau* na rua Treze de Maio, nº262 no bairro da Bela Vista.²³⁵ Com recuo lateral e frontal, o projeto dispõe três pavimentos. Na planta do porão verifica-se um depósito, uma sala, um quarto de criada, uma área de serviço com tanque e uma pequena latrina. No pavimento térreo, do jardim frontal alcança-se o “Hall” que dá entrada para o gabinete, seguido pela sala de visitas, por uma sala de jantar, cozinha, uma pequena saleta e terraço. Do “Hall” também se alcança a escada que leva ao terceiro pavimento sobrado com um grande quarto ao centro, seguido na parte frontal e dos fundos por outro quarto menor com um “toilette”. É sem dúvida um tipo de obra para classe média alta que normalmente não faz parte do escopo dos construtores Práticos, mas que eventualmente figura entre a monumental obra dos mesmos.

²³⁵ SOP - OP1912. 004.423

11. Felisberto Ranzini

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 18/08/1881

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Montova

Escritório/Residência: Rua Santa Luzia

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 07/07/1926.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 1941 – 29/12/1934 - Livro de Práticos Licenciados, Vol.2, p.231,

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 539.

Ranzini representa um ponto chave na relação entre consagrados engenheiros-arquitetos e Práticos Licenciados. Não era arquiteto diplomado, mas conseguiu reconhecimento e títulos que a maioria dos Práticos jamais alcançara. De fato, entender a inserção de Ranzini nos quadros dos grandes arquitetos de São Paulo é perceber seus circuitos sociais desde que chegara à cidade ainda criança. Contemporâneas a Ranzini, Salmoni e

Debenedetti nos informam que o mesmo nasceu em San Benedetto Pó em 1881²³⁶. Veio para São Paulo em 1888, tendo estudado, segundo levantamento de Sylvia Ficher, pintura, desenho e escultura com o pintor e gravador Demétrio Blackman.²³⁷ Coursou os egrégios bancos escolares do Liceu de Artes e Ofícios, e por volta de 1908 já fazia parte de seu quadro docente lecionando ‘Desenho Arquitetônico, Rudimentos de Arquitetura, Desenho Profissional’ para o curso geral de artes. Interessante notar que Ranzini foi aluno de Domiziano Rossi (o grande colaborador de Ramos de Azevedo) no Liceu, e foi por ele introduzido no circuito maior da grande arquitetura paulistana: a F.P. Ramos de Azevedo & Cia, o posterior Escritório Técnico Ramos de Azevedo. O italiano imigrante e artista de formação técnica secundária atinge os píncaros do cenário arquitetônico da Primeira República projetando palacetes como a Casa das Rosas na Avenida Paulista e o novíssimo e neoclássico Mercado Municipal às margens do Tamanduateí. Neste sentido, Ranzini circula entre a gama de arquitetos formados pelas principais instituições de ensino de arquitetura, a Escola Politécnica e o Mackenzie, e a grande leva de construtores sem diploma de ensino superior - os Práticos Licenciados - e ainda atuava como desenhista e projetista na Seção de arquitetura do escritório Ramos de Azevedo. Vivia no meio de uma disputa pela regulamentação da profissão, propalada desde 1905 pelo discurso de Alexandre de Albuquerque²³⁸; no bojo de uma sociedade controlada ainda por famílias de tradição colonial e imperial que via no elemento estrangeiro se não uma ameaça, certo desconforto; estava, sobretudo, buscando um espaço profissional num cenário conturbado onde o discurso da qualificação e da competência na arquitetura se consolidava paulatinamente nos quadros das instituições

²³⁶ SALMONI, Anita. DEBENEDETTI, Emma. Op. Cit., p.95.

²³⁷ FICHER, Sylvia. Op. Cit., p.200-204.

²³⁸ Idem, p.29. Como orador da colação de grau de sua turma, em 1905, na Escola Politécnica, Albuquerque aponta para a necessidade de uma agremiação forte e coesa de engenheiros.

de ensino superior²³⁹ e, por conseguinte, nos inúmeros escritórios técnicos de Engenheiros-Arquitetos diplomados que se disseminavam pela cidade, dando mostras do autônomo e lucrativo mercado da construção civil. Vale dizer que essa era a tônica imposta a todos aqueles Práticos que partilhavam da mesma formação que Ranzini. Mesmo tendo participação visceral na configuração da arquitetura eclética paulistana, os Práticos estavam sujeitos aos impasses e pressões das agremiações de classe que clamavam pela regulamentação da profissão e que exigiam do Estado uma lei que acabasse com o embaraço.²⁴⁰ Entrementes, não é necessário dizer que o talento e a competência de Ranzini não bastariam para o seu devido reconhecimento como importante arquiteto se não fosse introduzido por Domiziano Rossi no Escritório de Ramos de Azevedo e posteriormente substituído o mesmo Rossi na Escola Politécnica como professor de ‘Composição Decorativa’. Seria anacrônico de nossa parte instituir o “se” como indagação de interpretação e análise do passado. No entanto, as pessoas e suas trajetórias pessoais e profissionais dependem da trama social da qual fazem parte e atuam. Ranzini integrou a ‘elite’ arquitetônica paulistana, publicando trabalhos e recebendo menção honrosa no 9º Salão Paulista de Belas Artes em 1942.²⁴¹ Em 1934 foi registrado com a Licença de Arquiteto nº 539 pela Diretoria de Obras do Município e pelo CREA da 6ª Região, atestando sua condição de Prático Licenciado. Em 1951 aposentou-se pela FAU/USP onde lecionava na cadeira de ‘Plástica’ do 1º ano do curso. Faleceu nesta cidade de São Paulo a 22 de agosto de 1976 aos 95 anos. Não é nossa intenção aqui fazer tábula rasa da trajetória de Ranzini dizendo como um Prático pôde alcançar um prestígio pouco provável e por isso honroso e notável. Interessa perceber

²³⁹ Idem, p.29-30.

²⁴⁰ Tal é a problemática que Sylvia Ficher aponta no capítulo I e II de seu trabalho. Diante da consolidação de um vigoroso mercado de trabalho se segue a pressão pela associação profissional.

²⁴¹ Idem, p. 202.

que Ranzini fez parte de uma geração um pouco posterior aos mestres-de-obras alemães, portugueses, italianos e brasileiros que galgaram lugar na construção civil nas últimas duas décadas do século XIX. Já contava com um organizado circuito de instituições e com o prestígio alcançado pelos primevos construtores italianos. Podemos dizer que soube aproveitar a rede social de arquitetura da qual Ramos de Azevedo era o grande articulador, uma vez muito próximo dos dirigentes da máquina pública administrativa. Resta dizer que mesmo a memória de Ranzini, Domiziano Rossi, dentre outros, é ainda pouco lembrada e estudada, na esteira do Ecletismo como vilão arquitetônico desde as primeiras diretrizes do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937. Neste sentido, estudar trajetórias de Práticos menos conhecidos que Ranzini é ainda tarefa mais árdua e necessária. Pouco ou nada se falou dos palacetes que José Chiappori projetou, dos sobrados que Miguel Marzo desenhou e das milhares de casinhas que o empreiteiro José Kanz fez aprovar na *Diretoria de Obras e Viação* entre 1906 e 1914.

11. Fernando Simões

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 18/11/1875

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Rio de Janeiro – DF.

Escritório/Residência: Rua Libero Badaró, 35 – Sala 6/ Rua Augusta, 563.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 12/05/1927.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 06/07/1927.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 277 – 22/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.14 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 504.

Como se sabe, a arquitetura civil e doméstica não era exclusividade dos mestres de obras italianos pouco depois da virada do século. Prova disso é a intensa atuação de Fernando Simões em diversas localidades da cidade de São Paulo entre 1906 e 1913. Nascido no Rio de Janeiro em 1875, Simões se transferiu para São Paulo por volta dos 25 anos, e logo se inseriu no crescente e lucrativo mercado da construção civil. Sua formação nos é desconhecida, no entanto seus projetos demonstram o conhecimento técnico necessário para atuar como construtor. Entre reformas e construções novas, Simões respondeu por **928 obras** entre os anos de 1906 e 1913, sem dúvida um dos

mais atuantes construtores da história da cidade de São Paulo. Só em 1907 assinou **48** projetos de obras. No dia 4 de março solicitou alvará de licença para a “construção de um barracão para a instalação de uma indústria com a respectiva máquina a vapor no interior do terreno”,²⁴² com a área de 69m² e no valor estimado de “5:509\$600” réis. Tratava-se das instalações da “Fábrica de Tecelagem-Ítalo-Brazileira” na Rua Joly, nº 47, distrito do Brás. O proprietário está identificado como C.G Duvel, mas a fábrica parece ter pertencido ao italiano imigrante Guglielmo Poletti, empresário paulistano do início do século.²⁴³ Na rua São João, ainda antes do alargamento do seu leito carroçável que a tornaria Av. São João, Simões fez aprovar em fevereiro de 1907 planta para a “construção de duas casas e uma cocheira para carros”, as casas eram em série, de padrão classe média com 93m² cada uma, e pertenciam ao Sr. Francisco Vazza, provavelmente de origem italiana.²⁴⁴ No mesmo mês de fevereiro, dia 15, pedia autorização para construir duas casas de padrão médio, 100m² cada uma, para os irmãos de origem italiana João e Artidoro Berzaghi na rua Voluntários da Pátria no ainda suburbano bairro de Santana.²⁴⁵ Em 5 de dezembro de 1908 solicita alvará para reformar a casa de um certo Charles W. Miller (Müller), na rua Oriente, nº36, esquina da rua Miller no Brás. Para os amantes do futebol e da arquitetura é deveras interessante ver um Prático Licenciado reformar a casa do “Pai do Futebol” no Brasil, pois o certo Miller é Charles William Miller (1874-1953) nascido no Brás, filho de um escocês e de uma brasileira de origem inglesa.²⁴⁶ Inferimos que a rua Miller, que faz esquina com a Oriente, seja na verdade uma homenagem coetânea ao homem que ajudou a organizar a

²⁴² SOP – OP.1907.000.931 – Caixa 23.

²⁴³ TRENTA, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. Um século de imigração italiano no Brasil. São Paulo, Editora Nobel, 1989, p.146.

²⁴⁴ SOP – OP.1907.001461 – Caixa 28.

²⁴⁵ SOP – OP.1907.001725 e 1726.

²⁴⁶ Charles Miller foi estudar na Inglaterra aos nove anos de idade aprendendo lá uma série de esportes inclusive o ‘football’, que introduziu no Brasil a partir de 1894 quando voltou para trabalhar na Estrada de Ferro São Paulo Railway.

Liga Paulista de Futebol, além de ter se tornado correspondente da Coroa Britânica e Vice-Cônsul inglês. De fato, é interessante pensar que os Práticos eram requisitados mesmo entre indivíduos de inserção social privilegiada como Charles Miller, pelo menos para reformas. Pela quantidade de obras que geriu, Simões foi um “virtuosi” da construção civil paulistana. Das 48 obras que Simões se responsabilizou em 1907, 18 eram no Distrito do Brás, portanto fora do perímetro central e no limite entre o perímetro urbano e suburbano naquele momento. Tal constatação pode ser geralmente estendida à maioria dos construtores práticos que, em geral, atuavam nos bairros centrais adjacentes ao perímetro central, loteados paulatinamente no fim do século XIX, mas em menor escala no coração da cidade, onde faziam, sobretudo, reformas. Fernando Simões atuou entre 1906, data mais recuada em que encontramos seu nome na documentação, e 1934, ano em que foi registrado pelos livros de práticos do CREA no alto de seus quase 60 anos. O construtor atinge o auge da maturidade profissional ao mesmo tempo em que a regulamentação da profissão lhe restringia a atuação e o prestígio de atuante construtor durante décadas.

12. Francisco de Cordis

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 20/04/1871

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Consenza

Escritório/Residência: Rua Bernardino Campos, 2 A.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 03/11/1925.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 25/07/1928.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 272 – 31/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.118 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 78.

Um dos poucos calabreses entre os construtores estrangeiros da Itália, Francisco de Cordis assina sua primeira obra em 1907, quando solicitou alvará para aumentar uma

casa de sua propriedade na Rua das Palmeiras, nº8.²⁴⁷ Em 1908 desaparece dos requerimentos das Obras Particulares, reaparecendo em 1909 na Rua dos Guaianazes, bairro do Belenzinho, para fazer uma reforma na casa nº 86, “*abaixar a porta de entrada até o nível do passeio do prédio*”.²⁴⁸ Entre 1907 e 1913, assina apenas 4 obras.

13. Francisco Martins Pompêo

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 01/11/1873

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Capivari

Escritório/Residência: Praça da Sé, 3/ Rua Carlos Botelho, nº...

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 24/09/1925.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 09/09/1926.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 190 – 30/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.138 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 43.

²⁴⁷ SOP – OP1907. 001.187

²⁴⁸ SOP – OP1909. 001.167

Paulista natural de Capivari, Pompêo é também um fenômeno da construção entre os anos de 1908 e 1913, quando respondeu por 225 obras nas mais diversas localidades da cidade. Edificou casas operárias, casas em série, chalés, armazéns, galpões e muitas reformas. Representa, juntamente com Fernando Simões e José Kanz, um dos grandes empreiteiros da cidade no referido período.

14. Ignácio Ferrara

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA.

Nascimento: 4/01/1881

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Palermo

Escritório/Residência: Rua Joaquim Piza, 26.

Registros Profissionais:

1º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 25/10/1926;

2º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 219 – 20/11/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.37 -

Título de Habilitação: Licença de construtor só para a Capital (S. Paulo).

Único construtor italiano da região da Sicília dos identificados até agora, Ignácio Ferrara aparece pela primeira vez nas obras particulares em 23 de outubro de 1906 requerendo autorização para construir uma casa de classe média de sua propriedade com sala, dois quartos, varanda (ou sala de jantar) e cozinha.²⁴⁹ Entre 1906 e 1913 respondeu apenas por 3 obras. Seu registro no CREA em 1934 traz a ressalva de atuação restrita à capital paulista, momento de ocaso dos mestres não diplomados.

15. João Antonio dos Passos

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 18/11/1879.

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo (Provável filho do empreiteiro e mestre-de-obras Leopoldino Antonio dos Passos, construtor atuante desde o fim do período Imperial)

Escritório/Residência: Rua da Consolação, 118 – Sobrado.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 11/01/1926.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 07/10/1926.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 2467 – 05/12/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.106 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 149.

²⁴⁹ SOP – OP1906.000.294

Brasileiro com sobrenome de origem lusa, João Antonio dos Passos foi responsável por 47 obras entre 1906 e 1913. Dentre elas sobrados de elite e casas de classe média como a que fez para Dona Ercilha Rudge da Silva Ramos na Rua Maria Antônia, nº 26.²⁵⁰ Aventamos aqui a possibilidade de parentesco próximo entre João Antonio dos Passos com um empreiteiro muito atuante desde os últimos anos do século XIX chamado Leopoldino Antonio dos Passos, numa provável rede familiar de mestres construtores passando de pai para filho.

16. João Del Nero

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 23/06/1887

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo - Capital

Escritório/Residência: Rua Major Quedinho, 49.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 30/11/1925.

2º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA Nº 504 – 30/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.281 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, Nº 115.

²⁵⁰ SOP – OP1906. 001.052

Brasileiro de sobrenome italiano, Del Nero aparece pela primeira vez nas obras particulares em 11 de março de 1908 solicitando licença para construir uma casa para Antonio Del Nero, seu provável parente, na Rua São João, atual Av. São João. Trata-se de um projeto com armazém de esquina, três quartos, duas salas, uma área descoberta, uma cozinha e um banheiro amplo com banheira e pia.²⁵¹ Além de João Del Nero, é recorrente também na documentação Domingos e Valentim Del Nero. Domingos Del Nero assina requerimento para construir três grandes sobrados de ampla fachada neoclássica com arcos plenos, colunas e frontões, com 230 m² cada um, na Rua Quintino Bocaiúva, esquina com a Senador Feijó no Perímetro Central em 1909.²⁵² Todavia não encontramos nos livros de registro o nome de “Domingos Del Nero” e nem de “Valentim Del Nero”, o que nos impossibilita a identificação indubitável de sua condição de construtores práticos.

²⁵¹ SOP – OP1908.001.755

²⁵² SOP – OP1909.001.949

17. João Victor Longo

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 01/05/1886

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Bari

Escritório/Residência: Rua 11 de Agosto, 66

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 17/05/1926.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 25/08/1926.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 2582 – 27/02/1935- Livro de Práticos Licenciados, p.315 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 286.

Originário da Apúlia, no sul da Itália, João Victor Longo aparece atuando na região do Bexiga no ano de 1909. No dia 17 de junho assinou requerimento pelo proprietário Mocco Maiolino para construir uma casa de classe média de 117m² na Rua Santo Antonio, n° 134.²⁵³ Todas as cinco obras que realizou em 1909 foram no Bexiga, e todos os proprietários eram de origem italiana, fato que corrobora a forte presença de

²⁵³ SOP - OP1909.002.111

italianos no tradicional bairro da Bela Vista desde a última década do século XIX. Em 1913, executou um belo projeto de duas casas geminadas com recuo frontal, bela fachada com motivos florais e jardim, obra realizada na Alameda Lorena entre as ruas Augusta e Haddock Lobo.²⁵⁴ Obra de sua propriedade que certamente foi feita para renda de aluguel. Entre 1909 e 1913 realizou 11 obras. Interessante notar que há também outro ‘Longo’ atuando nesse período cujo nome é José Longo, provável construtor de parentesco próximo com João Victor Longo, mas não encontramos o devido registro para confirmá-la de forma indubitável como construtor.

18. José Chiappori

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto. Sócio de Aldo Lanza na firma “Chiappori e Lanza Engenheiros-Architectos”

Nascimento: 28/08/1874

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Cagliari

Escritório/Residência: Rua José Bonifácio, 73/Rua Martiniano Carvalho, 84.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 18/03/1925.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 04/10/1926.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 286 - 12/12/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.131 - Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 234.

²⁵⁴ SOP – OP1913.003.339

Assim como Felisberto Ranzini, José Chiappori gozou de boa inserção nos quadros do alto ecletismo paulistano. Contudo sua origem italiana e sua formação parecem ser controversas. Como evidenciamos acima no perfil de Aldo Lanza (ver p.9), as pesquisadoras Anita Salmoni e Emma Debenedetti nos informam que Chiappori *“tinha nascido em Turim em 1874, onde tinha-se brilhantemente diplomado em engenharia industrial”*. Todavia, como já apontamos acima, Marialice Pedroso não encontrou informação alguma sobre Chiappori nos arquivos de Turim, tanto na Prefeitura quanto na Escola Politécnica de Torino.²⁵⁵ Os registros do CREA e da Diretoria de Obras do Município de São Paulo em 1934 ajudam a explicar parte do imbróglio ao trazerem os nomes de Chiappori e Lanza no livro de não diplomados, ou seja, no Livro de Práticos Licenciados. Não podemos afirmar categoricamente que os dados de Salmoni e Debenedetti estejam incorretos, porém, podemos afirmar que não batem com os registros de nossas pesquisas até o momento. Segundos os mesmos, é certo que Giuseppe Chiappori nasceu em Cagliari na Sardenha. Chegando ao Brasil logo travou contato com o florentino Giulio Micheli, já consagrado desde fins do XIX, com o qual firmou colaboração e sociedade em 1906. Sobre as obras de “Micheli e Chiappori” nos falam Salmoni e Debenedetti:

“O Viaduto de Santa Ifigênia foi construído entre 1911 e 1913, sob a direção do engenheiro Chiappori, acompanhando o projeto das fundações executado no estúdio de Micheli e montando as estruturas metálicas encomendadas na Bélgica (...) São três arcadas de ferro, que galgam sobre pilares de cimento, o Vale do Anhangabaú. Liberadas recentemente de algumas construções adjacentes, que limitavam a vista dos

²⁵⁵ PEDROSO, Marialice Faria. Op. Cit. p.134 – 138.

pontos extremos, demonstram agora quanta poesia pode haver numa nua estrutura, sabiamente calculada.”²⁵⁶

A despeito do tom saudoso e ufanista das autoras também italianas, percebemos aqui a importância de Chiappori na chamada “grande” arquitetura paulistana. Recorremos também às informações das autoras sobre a ampla atuação de Chiappori que *“logo que chegou no Brasil trabalhou para a Estrada de Ferro Sorocabana (...) Em seguida, em Poços de Caldas, supervisionou os trabalhos de água potável e dos esgotos de toda a cidade, que ele mesmo tinha projetado. Foi o primeiro no Brasil a estudar e instalar uma estação de depuração biológica das águas de esgoto.*”²⁵⁷ Tal era o “savoir faire” de Chiappori, que além do Teatro Municipal Carlos Gomes de Campinas, construiu no triângulo central junto com Giulio Micheli. Sabemos ainda que Chiappori serviu o exército italiano na Primeira Grande Guerra, e quando do retorno ao Brasil em 1919, sucedeu Micheli, falecido no mesmo ano, no estúdio de engenharia e arquitetura do qual fora colaborador desde 1906. Por volta de 1926 estabeleceu sociedade com Aldo Lanza fundando a “Chiappori e Lanza Engenheiros-Architectos”, escritório estabelecido na Rua José Bonifácio, nº 73 no centro da cidade. Vale lembrar que o nome de José Chiappori não foi encontrado na Série de Obras Particulares entre 1906 e 1913, uma vez que as obras das quais participou eram assinadas pelo engenheiro-arquiteto Giulio Micheli. Nossas pesquisas ainda não avançaram até a década de 1920 para verificarmos sua atuação na iniciativa privada.

²⁵⁶ SALMONI & DEBENEDETTI. Op. Cit p.104.

²⁵⁷ Ibidem.

19. José Martuscelli

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 21/01/1873

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Salerno

Escritório/Residência: Rua Bella Cintra, 167

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 10/02/1926.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 22/03/1927.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 595 – 26/11/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.102 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 203.

Nascido em Sarleno na região da Campânia, dono de um pitoresco bigode, além de óculos característicos, José Martuscelli aparece em 1907 construindo uma casa de sua propriedade na Rua Augusta, nº 92.²⁵⁸ Assim como muitos construtores, começou construindo casas de padrão médio com quatro ou cinco cômodos para aluguel. Em 1910 volta a construir uma casa na mesma Rua Augusta, desta feita no número 82, também de sua propriedade. Foi responsável por 8 obras no período de 1907-1913.

²⁵⁸ SOP – OP1907. 000.119

20. Luiz Bahia

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 07/09/1874

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Rio de Janeiro – DF.

Escritório/Residência: Rua Quirino de Andrade, 17.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 10/01/1927;

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 18/03/1927;

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 145 – 19/09/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.4 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto.

Nascido na antiga Corte e capital federal do País, Luiz Bahia se estabeleceu em São Paulo desde o início do século, onde atuou em pequenas reformas, além de construir pequenos barracões de oficinas, casas de classe média e operárias. Em 6 de fevereiro de

1906 encontra-se no Bexiga, rua Major Diogo, nº114 para construir mais uma sala na casa do Sr. Francesco Lascala.²⁵⁹ Entre 1906 e 1913 foi responsável por 33 obras.

21. Luiz Bianco

Fonte: AHMWL - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 14/03/1889

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo

Escritório/Residência: Praça da Sé, 43/Av. Moema, 1

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 02/01/1926;

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 22/09/1926;

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção - CREA N° 154 – 11/09/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.2

Habilitação: Licença de Arquiteto.

Construtor brasileiro que passa a atuar após 1913, período não abarcado ainda pela pesquisa documental no que tange ao levantamento das obras realizadas pelos práticos.

²⁵⁹ SOP-OP1906. 001.031

No entanto, figura nos livros de registros como profissional do ramo da construção, inclusive como Prático Licenciado pelo CREA.

22. Manoel Alves Ferreira

Sem Retrato

Habilitação profissional: Registrado em 1935 pelo CREA.

Nascimento: 29/11/1869

Nacionalidade: Portuguesa

Naturalidade: Cons. Feira

Escritório/Residência: Avenida Celso Garcia, 339/Travessa Frei Gaspar, 16

Registros Profissionais:

1º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 15/02/1927.

2º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 2340 – 26/02/1935 - Livro de Práticos Licenciados, p.168 –

Título de Habilitação: Licença de construtor só para o Capital (S. Paulo).

O luso Manoel Alves Ferreira também se enquadra entre os práticos que tiveram sua atuação restrita, a partir de 1934, à Capital. Em julho de 1907 realizou reforma na fábrica da Companhia de Calçados Clark Limitada (fundada em 1904), na Rua João Antonio de Oliveira no bairro da Mooca.²⁶⁰ Em 1911 assinou requerimento pelo proprietário Antonio Luzio para construir 4 casas em série na Rua João Boemer nº26, no que aparentemente parece ser uma pequena vila com pátio de entrada comum.²⁶¹ Gennari também nos fala sobre um Manoel Ferreira atuando na rua da Mooca entre

²⁶⁰ SOP - OP1907. 000.939

²⁶¹ SOP - OP1911. 001.965

1914 e 1918²⁶², apesar de ser um nome recorrente no período, é bem provável que seja o próprio Manoel Alves Ferreira aqui identificado como Prático Licenciado. Manoel Alves Ferreira realizou 8(oito) obras entre 1906 e 1913.

23. Melchiore Barbieri

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA.

Nascimento: 21/05/1878

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Legnano-Verona

Escritório/Residência: Rua Joaquim Piza, 22.

Registros Profissionais:

1º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 28/07/1927

2º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 226 – 29/11/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.94 -

Título de Habilitação: Licença de construtor só para o município da Capital (S. Paulo). Em 1935 só foi licenciado para construir em cemitérios.

²⁶² GENNARI, Luciana Alem. Op. Cit. p.144.

Italiano do norte, Lombardia, Melchior Barbieri não está tão presente nas obras particulares entre 1906-1913. O único requerimento no qual se faz presente é de 1909, quando, juntamente com Alexandre de Battisti, solicita licença para construir duas casas na Rua Borges de Figueiredo, nº28, próxima à Estação Mooca da São Paulo Railway. Contudo, no verso do requerimento, o parecer do Engenheiro Fiscal José Sá Rocha é categórico ao indeferir o pedido, alegando que a divisão entre as duas casas é inadequada, podendo vir a ser uma habitação coletiva ilegal, diga-se um cortiço. Apesar do revés, muito corriqueiro entre interessados e Diretoria de Obras, o caso é significativo ao evidenciar uma clara associação entre mestres construtores, nesse caso Alexandre de Battisti e Melchior Barbieri, no cotidiano da construção civil e doméstica do período. Barbieri também representa aqui o curioso e sintomático caso de Prático Licenciado que aos poucos foi sendo marginalizado pela regulamentação da profissão em 1933. Quando foi registrado em 1934 pelo CREA, tinha autorização para atuar como construtor na Capital, mas após 1935, sem qualquer explicação dos registros, fica restrito para atuar somente em cemitérios.

24. Narciso Frediani

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 25/03/1863

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Lucca

Escritório/Residência: Rua Voluntária da Pátria, 234

Registros Profissionais:

1º Registro: Intendência Municipal – Empreiteiros de Obras de 1897 – Construtor de 4ª Classe.

2º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Viação em 17/05/1928.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 2595 – 14/02/1935 - Livro de Práticos Licenciados, p.249 –

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 4.

O toscano Narciso Frediani é um dos mais antigos mestres italianos atuantes em São Paulo no período aqui estudado. É o único dos construtores Práticos, que alcançaram o registro do CREA em 1934, que chegou a ser registrado em 1897 como Empreiteiro de Obras ainda pela antiga Intendência Municipal, antes mesmo da criação do cargo de Prefeito e da Prefeitura. Vale dizer que é um exemplo de longa duração de construtor que experimentou muitas fases da história da construção civil e dos embates da profissão de engenheiro-arquiteto em São Paulo. Estabelecido, na década de 1930, na Rua Voluntários da Pátria, em Santana, encontramos Frediani pela primeira vez nas

obras particulares em 1907, solicitando licença pra construir seis casas na Rua Marquês de Três Rios esquina com a Travessa (atual Rua) Guarani no Bom Retiro. Trata-se de um programa com seis casas com plantas parecidas, mas adaptadas à forma do terreno. A planta da casa de esquina com a Travessa Guarani tem um armazém (muito comum na maioria dos terrenos que fazem canto com outra rua), sala de jantar, quarto, cozinha, um pequeno quintal, e um pequenino W.C. De frente para a Travessa Guarani, nos fundos do terreno, há a menor casinha do conjunto, com dois quartos na frente, sala de jantar, cozinha, pequeno W.C e pequeno quintal. As outras quatro seguem um padrão de implantação quase idêntico, com entrada lateral, gabinete, dois quartos, sala de jantar, cozinha, W.C e quintal nos fundos.²⁶³ O proprietário do imóvel é Silvio Frediani, provável parente próximo do construtor Narciso. Em 1912, o mesmo aparece no “Caminho do Carandiru” construindo duas casinhas em série com duas coqueiras ao fundo, obra de sua propriedade.²⁶⁴ Frediani encontrou na região do antigo Bairro da Coroa, no caminho de Santana, o lugar para suas casas de aluguel e posteriormente para sua própria moradia. Entre 1906-1913, constatamos a realização de apenas seis obras, número muito baixo comparado com outros Práticos do mesmo período.

²⁶³ SOP – OP1907. 001.598

²⁶⁴ SOP – OP1912. 001.070

25. Orestes Biolcati

Sem Retrato

Habilitação profissional: Registrado em 1935 pelo CREA.

Nascimento: 10/08/1859

Nacionalidade: Italiana

Naturalidade: Rovigo

Escritório/Residência: Rua Dr. Ubaldino Amaral, 18.

Registros Profissionais:

1º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 15/09/1926.

2º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 844 – 25/02/1935 - Livro de Práticos Licenciados, p.174 –

Título de Habilitação: Licença de construtor só para o Capital (S. Paulo).

Natural de Rovigo na região do Vêneto, Orestes Biolcati alcança os registros do CREA aos 76 anos de idade, e com a restrição de só poder na Capital. Entre 1906-1913 só aparece duas vezes no ano de 1909, solicitando licença pra construir na Avenida Celso Garcia. Biolcati não assina sozinho o requerimento, junto com ele aparece José Kanz, o avassalador empreiteiro de obras da cidade nos primeiros 15 anos do século XX. Kanz se associou à maioria dos pequenos e médios construtores da cidade, o que nos leva a crer que era um grande agenciador de mestres construtores, talvez por isso muitos nomes, como é o caso de Orestes Biolcati, não aparecem nos requerimentos das obras particulares, uma vez que José Kanz sempre assinava pelo proprietário ou pelo executor da obra.

26. Raul dos Santos Oliveira

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 12/08/1879

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo

Escritório/Residência: Rua Tupi, nº57.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 21/10/1925.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 25/08/1926.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 217 – 31/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.155 –

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 67.

A exemplo de Kanz, Raul dos Santos Oliveira se associou à diversos construtores. Entre 1906 e 1913 tem a impressionante marca de **600** obras espalhadas por toda a cidade. A intensa atuação pode também ser explicada pelo acesso que Raul dos Santos, assim como José Kanz e Fernando Simões, tinha nos trâmites burocráticos da Diretoria de Obras. Em 1908, por exemplo, o amanuense da Diretoria de Obras, Thomé de Oliveira escreve: *“Tendo que assignar a Sr^a D^a Carolina Augustinha Bresser Monteiro pelo qual*

se obriga a não transformar em habitação o porão de seu prédio sito a Rua Tabatinguera, nº 9 A, sob pena de multa de cem mil réis(100\$000) por cada infração verificada.

Para constar e todos os efeitos lavra-se o presente termo que será assignado pela proprietária e pelas testemunhas José Kanz e Raul dos Santos Oliveira. Eu, Thomé de Oliveira, amanuense, o fiz. Diretoria de Obras da Prefeitura de São Paulo, 5 de novembro de 1908.

Thomé de Oliveira

Carolina Augusta Bresser Monteiro

José Kanz

Raul dos Santos Oliveira”²⁶⁵

Para além de colocar na berlinda a questão da legislação sanitaria e do temor das autoridades diante da possibilidade de “encortiçamento” dos porões das casas, o documento coloca uma questão visceral para a inserção dos Práticos no cotidiano da Diretoria de Obras e da construção civil paulistana. Aparecem como testemunha no documento nada menos que os dois maiores empreiteiros do período 1906-1915. Ambos foram testemunhas em outras ocasiões, fato que nos leva a pensar que eram grandes agenciadores de construtores e bons conhecedores não só do trâmite legal da Diretoria de Obras, como conhecidos dos próprios engenheiros fiscais da época, entre outros, Arthur Saboya e José Sá Rocha. Dentre as mais de 600 obras de Raul dos Santos, se envolvia tanto a construção de um muro quanto a edificação de galpões industriais,

²⁶⁵ SOP – OP1908.001.849

barracões de marcenaria, cocheiras, casas operárias, casas de classe média e as mais variadas reformas.

27. Raul Simões

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA com a Licença de Arquiteto.

Nascimento: 14/10/1884.

Nacionalidade: Brasileira (provável Irmão de Fernando Simões).

Naturalidade: Rio de Janeiro – DF.

Escritório/Residência: Rua São Bento, 37 – Sala 20/ Rua Catumbi, 137.

Registros Profissionais:

1º Registro: Governo Estadual – Secretaria da Agricultura em 23/10/1925.

2º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 08/02/1927.

3º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 144 – 25/10/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.82 -

Título de Habilitação: Licença de Arquiteto, N° 65.

À exemplo de Fernando Simões, também oriundo da antiga Corte, Raul Simões construiu em São Paulo sua carreira de construtor. Ainda não temos provas cabais do parentesco entre os dois Simões, no entanto, além do sobrenome, da origem comum e da similitude percebida pela fotografia de ambos, temos o registro de uma atuação

conjunta dos Simões, em 1908, construindo uma pequena casa, 43 m², para o Sr. Manoel Correia na Avenida da Intendência, nº 103.²⁶⁶ Sabe-se que costumeiramente irmãos se associavam em empresas construtoras, esse parece ser o caso de Raul e Fernando Simões. O primeiro com uma atuação mais tímida, entre 1907 e 1913 esteve envolvido em apenas oito obras. Raul Simões é avô por via paterna do já citado engenheiro Newton Simões, todavia as informações a respeito do mesmo se restringem à citação da introdução de nosso trabalho.

28. Vicente Branco

Fonte: AHMWL –CREA - Livro de Registro de Construtores Práticos Licenciados.

Habilitação profissional: Registrado em 1934 pelo CREA.

Nascimento: 25/10/1892

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo

Escritório/Residência: Praça da Sé, 43 – Quinto Andar / Rua Conde Sarzedas, 220.

Registros Profissionais:

1º Registro: Prefeitura Municipal – Diretoria de Obras e Viação em 28/03/1927.

2º Registro: Prefeitura Municipal de S. Paulo - Diretoria de Obras e Viação

5ª Secção – Registro CREA N° 415 – 22/11/1934 - Livro de Práticos Licenciados, p.40 -

Título de Habilitação: Licença de Construtor só para a Capital (S. Paulo).

²⁶⁶ SOP – OP1908.001.022

Vicente Branco, ou Bianco como apontou Luciana Gennari²⁶⁷, começou sua vasta atuação como construtor em 1913, ano em que foi responsável por 31 obras. Ainda segundo Gennari, *“aparece como responsável pela reforma de dois conjuntos de casas em série nesta área: um à rua Carneiro Leão nº1 e 3E, de propriedade de Arcângelo, ou Ângelo, Lenzi, e outro à rua Wandenkolk n 61, de propriedade de Pascoal Vurrara. Ele(Vicente Bianco) possuía licença de construtor e eletricitista para os anos de 1928-29 na prefeitura”*.²⁶⁸ Interessante notar que também se aventurava em trabalhos de eletricitista, numa versatilidade típica de um período de idas e vindas pela regulamentação de diversas profissões liberais.

²⁶⁷ GENNARI, Luciana Alem. Op. Cit. p.144.

²⁶⁸ Ibidem.

2.9. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A cidade dos práticos: nos fios e rastros de algumas trajetórias pessoais e profissionais

A retomada biográfica

“A verdade sempre foi a ambição da escrita do historiador, ainda que seu modo de objetividade permaneça para sempre incompleto, enunciando-se numa linguagem sempre equívoca, tensionada entre passado e presente, a partir de uma subjetividade implícita num lugar e numa prática”

(François Dosse, 2009, p.408) ²⁶⁹

Analisando a historicidade do gênero biográfico no mundo ocidental, François Dosse identifica uma reaproximação entre a história e a biografia desde os anos 1980. Gênero marginalizado por muitos anos no meio universitário, a biografia voltou a ser objeto de interesse do historiador e interessante campo de experimentação, dado seu caráter híbrido, suscitando as tensões contemporâneas entre a literatura e as ciências humanas. Dosse explica o recente interesse:

“A humanização das ciências do homem, a era da testemunha, a busca de uma unidade entre o pensar e o existir, o questionamento dos esquemas holistas, assim como a perda da capacidade estruturante dos grandes paradigmas, todos esses elementos contribuem para o entusiasmo atual pelo biográfico”. ²⁷⁰

De fato, evitando as suscetibilidades dos juízos de valor e da narrativa moralista, o estudo das individualidades fragmentadas se inscreve na ânsia de se buscar a universalidade através de flutuações do tempo, na esteira de uma vida que se esvai em

²⁶⁹ DOSSE, François. *O desafio biográfico: Escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

²⁷⁰ Idem, p.406.

finitude. Nesse sentido, trabalhos recentes colocaram na berlinda a vida e a obra de arquitetos que viveram e atuaram no espaço urbano de São Paulo. Ramos de Azevedo é um dos que mais teve a vida devassada pela retórica do gênero biográfico. Outros coetâneos a ele não tiveram a mesma sorte, à exceção de Victor Dubugras, estudado por Nestor Goulart²⁷¹, e Samuel Augusto das Neves, estudado por Maria Tereza Stockler de Bréia, em dissertação de mestrado no Mackenzie. Os nomes, vidas e obras de Giulio Micheli, Augusto Fried, Carlos Ekman, Max Hehl, Eduardo Loschi, Eduardo M. Gonçalves, entre outros engenheiros e arquitetos de intensa atuação entre 1890 e 1930, não mereceram ainda o desafio biográfico. Citamos estes diplomados porque conviveram de perto com os Práticos Licenciados, inclusive se associando com alguns deles, caso de Giulio Micheli (diplomado) e Giuseppe Chiappori (prático), sócios no Escritório Técnico “Micheli e Chiappori Engenheiros-architectos” até 1919.

Constatamos, desse modo, que nem mesmo os “ilustres” arquitetos tiveram a sua trajetória social e profissional como alvo de pesquisas acadêmicas. Os relatos são esparsos, curtos, muitas vezes contraditórios e fragmentados, caráter esse ainda mais acentuado no caso dos construtores práticos. Tal é o desafio que se impõe para que possamos deslindar a vida dos mesmos. Uma vez escolhidos os sujeitos, mergulha-se de cabeça, vive-se a vida do outro, desvenda-se sentidos de forma eufórica, nutre-se da vida alheia, satura-se. Não se quer com isso, fazer dessa narrativa uma mera ficção romanesca, mas numa perspectiva hermenêutica, de reflexividade, proceder a uma abordagem do outro.²⁷² O retorno ao sujeito, detectado também na virada historiográfica da História da Cultura, tem na biografia um campo fértil. Não se trata de reconstituir a realidade passada, mas de alguma maneira fazer viver os que não mais existem, no

²⁷¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Racionalismo e Proto-Modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP, 1997.

²⁷² DOSSE, Op.Cit., p.229.

entanto, como alerta Dosse, o biógrafo “*sabe que o enigma biográfico sobrevive à escrita biográfica. A porta permanece escancarada para sempre, oferecida a todos em revisitações sempre possíveis das efrações individuais e de seus traços de tempo.*”²⁷³

Levando em consideração as questões levantadas e as limitações das buscas por maiores detalhes da vida dos práticos, narramos alguns aspectos da trajetória de sujeitos antes anônimos, mas agora inseridos nos quadros de uma história mais abrangente. De fato, todos aqueles que listamos deveriam resultar em estudos de casos exemplares. Todavia, as dificuldades na identificação de muitos deles, e os necessários recortes e escolhas inerentes ao processo de pesquisa, nos deixa lacunas e portas entreabertas que necessariamente serão revisitadas.

²⁷³ Idem, p.410.

BIBLIOGRAFIA

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

BARBUY, Heloisa. *A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar – vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1985.

BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1984.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)*. São Paulo: FAUUSP, 2008.

CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo, Senac, 2002.

CAMPOS, Eudes. “Arquitetura Paulistana sob o Império - aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo”. Tese de doutorado em “Estruturas Ambientais Urbanas”- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1997.4 v.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ªed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. “A Arquitetura de Ramos de Azevedo”. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FAUUSP, 1996.

CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro – a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril – cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade:UNESP, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república, momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEBENEDETTI, Emma & SALMONI, Anita. *Arquitetura italiana em São Paulo*. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1981.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, DEL, 1971.

DIAS, Márcia Lúcia Rebello Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo – 1870-1914*. São Paulo, Nobel, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo. Livraria Nobel, 1987.

_____. “Modernidade e vanguarda: o caso brasileiro”. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

FICHER, Sylvia. *Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo*. Edusp: São Paulo, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo - trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, IPHAN, 2005.

GOMBRICH. E.H. A teoria renascentista da arte e a ascensão da paisagem. In: _____. *Norma e Forma: estudos sobre a arte da renascença*. São Paulo: Martins Fontes, 1990,

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1995.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. “Mudanças espaciais na casa republicana. A higiene pública e outras novidades”. *Pós*. São Paulo, 1993, nº3.

_____. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira (1867-1918)*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. *De Beco a Avenida: a História da Rua São Luiz*. São Paulo: EDUSP, 2006.

LE MOS, Carlos A.C. *Cozinhas, etc. – um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2ªed. São Paulo, Perspectiva, 1978.

_____. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2 ed., São Paulo: Nobel, 1989.

_____. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.

_____. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MELLO, Joana. *Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 44, p. 69-98. set. 2006.

MEYER, Regina Maria Prosperi. 'O papel da rua na urbanização paulistana'. In: *A cidade e a rua*. Cadernos de História de São Paulo N.2 Jan-Dez.1993. Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

MICELI, Sérgio. "Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)". In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *SPHAN: refrigério da cultura oficial*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.22, 1987.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo. Da comunidade à metrópole*. São Paulo, DEL, 1970.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954." In: Porta, Paula (*) (org). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3.

RAMALHO, Maria Lucia Pinheiro. "Da Beaux-Arts ao Bungalow. Uma amostragem da arquitetura eclética no Rio de Janeiro e em São Paulo." Dissertação de Mestrado – FAU-USP-1989.

RAMINELLI, Ronald. "História Urbana". In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997, p.185-202.

REIS FILHO, Nestor Goulart: *São Paulo e outras cidades*. Hucitec, São Paulo, 1994.

_____. "Habitação popular no Brasil – 1880-1920". São Paulo, USP, 1994.

_____. *Racionalismo e Proto-Modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP, 1997.

_____. *Quadro da arquitetura no Brasil*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2002.

_____. *São Paulo: Vila Cidade Metrópole*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, Bank Boston, 2004.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado*. A instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: FAPESP, 2000.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei – legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel; FAPESP, 1997.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. "O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana". *Espaço & Debates*. São Paulo, 1994, nº37.

São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Cadernos do IGEPAC-SP-1: Aspectos Metodológicos**. DPH, 1986.

São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Cadernos do IGEPAC-SP-2: Liberdade**. DPH, 1986.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996.

_____. *Prelúdio da Metrópole: Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.

SEVCENKO, Nicolau (org.). "Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In NOVAIS, Fernando A. (coord.) *História da Vida Privada no Brasil; 3. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 'História das Paisagens'. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História – Ensaaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. Duas Cidades, São Paulo, 1981.

_____. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo, Empresa das Artes, 1996.